

**Conde de
Porto Alegre**

Poliantéia (1) organizada pela Biblioteca do Exército em comemoração ao 1º centenário da Batalha de Monte Caseros, ocorrida em 02/03 de fevereiro de 1852.

1ª Edição: Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1952.

Dr. Carlos Maul
Tenente Coronel Deoclécio de Paranhos Antunes
Tenente Coronel Jaime Ribeiro da Graça

Re-edição comentada organizada em comemoração ao Bicentenário do Conde de Porto Alegre/2004 pela Academia de História Militar Terrestre do Brasil e pelo Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul.

2ª Edição Comentada: Gênese Edições, Porto Alegre, 2004.

Coronel Cláudio Moreira Bento
Coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis

Conde de Porto Alegre

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL

CONDE DE PORTO ALEGRE

2ª Edição

**Comentada pelos Coronéis
Cláudio Moreira Bento e
Luiz Ernani Caminha Giorgis**

Porto Alegre, janeiro de 2005

© dos autores

1ª edição: 1952

2ª edição: 2005

Tiragem: 1000 exemplares

Capa: Capitão de Fragata Carlos Norberto Stumpf Bento

Diagramação: Sandro L.O. Camargo & Flávio A. de O. Camargo

Divulgação: Genesis Edições

Revisão final e de provas: Os autores

Fotolitos e impressão: Metropole LTDA

Pedidos desta obra:

Academia de História Militar Terrestre do Brasil

AMAN - Av. Presidente Vargas, 442

Campos Elíseos - Resende - RJ

CEP 27542-570

Tel: (24) 3354 3355 r. 5051

email: ahimtb@resenet.com.br

www.resenet.com.br/users/ahimtb

CIP - CATALOGAÇÃO INTERNACIONAL NA PUBLICAÇÃO



M447c	<p>Maul, Carlos Conde Porto Alegre / Carlos Maul, Deoclécio de Paranhos Antunes, Jaime Ribeiro da Graça; comentários [de] Cláudio Moreira Bento, Luiz Ernani Caminha Giorgis; organizada [por] Academia de História Militar Terrestre do Brasil, Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. — 2.ed. com. — Porto Alegre : Gênese, 2005.</p> <p>252 p.</p> <p>1. Biografia : Conde de Porto Alegre. 2. Biografia : Manoel Marques de Souza(Conde de Porto Alegre). 3. História : Rio Grande do Sul : Conde de Porto Alegre. I. Antunes, Deoclécio de Paranhos. II. Graça, Jaime Ribeiro da. III. Bento, Cláudio Moreira. IV. Giorgis, Luiz Ernani Caminha. V. Academia de História Militar Terrestre do Brasil. VI. Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. I. Título.</p> <p>CDD: 92 CDU: 92(Conde de Porto Alegre)</p>
-------	--

Catálogo na publicação:

Biblioteca Setorial da Faculdade de Agronomia da UFRGS

ISBN: 85-87578-15-4

Sumário

	Pág.
Prefácio da primeira edição	ix
Prefácio da segunda edição	xi
Apresentação à segunda edição	xix

1ª Parte

Paisagem do berço do herói.....	23
Antecedentes da primeira intervenção no Prata.....	27
O Brasão de uma estirpe.....	31
Das escaramuças de 1811 à fundação da Cisplatina.....	34
Funda-se a Província Cisplatina.....	36
Na alvorada da emancipação.....	40
O conflito do extremo sul continua.....	43
O fim das lutas do Prata.....	49
Comentários à primeira parte.....	56

2ª Parte

Na revolução de 35.....	61
Sob o comando de Caxias.....	68
Emissário de Caxias.....	73
Brasão e genealogia do Conde de Porto Alegre.....	78
O conde de Porto Alegre e a política.....	85

Anotações à segunda parte.....91

3ª Parte

Antecedentes da colaboração do Brasil na luta interna da República Argentina e da guerra de 1851 – 1852 ...	103
O enterevero diplomático no Rio de Janeiro.....	112
Diante de Rosas.....	122
Comentários à primeira parte.....	137

4ª Parte

Guerra Paraguai.....	do	141
-----------------------------	-----------	-----

5ª Parte

Fé de Ofício de Manuel Marques de Souza.....		169
Diário Parlamento.....	do	195
Caderno iconográfico.....		202

Prefácio da 1ª Edição

Com a presente poliantéia a Biblioteca do Exército reverencia a memória de um dos mais valorosos chefes militares brasileiros, ao ensejo das comemorações do primeiro centenário da memorável batalha de Caseros, na qual o nosso País demonstrou, uma vez mais, seus invariáveis propósitos de solidariedade continental e de amizade para com os povos paraguaio, uruguaio e argentino.

Três escritores ilustres, integrantes da Comissão Diretora de Publicações, incumbiram-se de organizar este trabalho, cabendo a mim a tarefa de redigir estas desataviadas linhas, a título de prefácio. Quando me dispus a escrevê-las, veio-me à mente a primeira viagem que fiz à Argentina, em maio de 1938, a fim de assumir o cargo de observador militar à Conferência de Paz do Chaco. Desci justamente no aeródromo de Morón, ao lado do campo onde se defrontaram os Aliados e as tropas de Don Juan Manuel de Rosas, a 3 de fevereiro de 1852. Não consegui afastar do meu espírito a lembrança daquela jornada gloriosa, que pôs termo a quatro lustros de despotismo. Procurei divisar o arroio Morón, a chácara de Caseros, o pombal, o fosso que os brasileiros transpuseram, os Santos Lugares... Nada identifiquei, porque o progresso, sempre vertiginoso na grandiosa e culta metrópole portenha, transfigurou completamente aquele palco inesquecível. Na imaginação, porém, parecia-me ver o intrépido General Justo José de Urquiza a modificar, com o impecável Brigadeiro Manoel Marques de Souza III, em pleno combate, o plano inicial de ataque às posições de Rosas. Inúmeros chefes imortais, uruguaios, argentinos e brasileiros foram vistos a escrever páginas de ouro na história militar do Novo Mundo.

Lembrei-me das expressões do comandante-em-chefe das Forças Aliadas, ao despedir-se dos brasileiros em Palermo, a 1º de março de 1852: "A Confederação Argentina jamais olvidará". Recordei-me dos termos com que a honorável Sala dos Representantes de Buenos Aires se referiu aos nossos patrícios, em setembro de 1852, e, principalmente, da saudação dos argentinos, que se encontravam em Montevidéu por ocasião da batalha de Monte Caseros: "nossos filhos saberão de nós que à nação brasileira deverão

seus pais, em parte, a liberdade, que gozam desde 3 de fevereiro de 1852”.

Empolgado por tais pensamentos, deixei o campo de Morón e rumei em automóvel, para a cidade, em demanda do “City Hotel”. Mostraram-me, à esquerda, Palermo e, na mesma tarde passei pela Praça de Maio, entre a Casa Rosada e o Cabildo, emocionado e sob a impressão de que ouvia ainda os aplausos do povo argentino a saudar a 1ª Divisão Brasileira e o seu garboso comandante, futuro Conde de Porto Alegre, descendente de militares de renome, um dos generais que em nosso País mais se aproximaram do Duque de Caxias.

Alguns anos após, comandi o 1º Batalhão do 9º Regimento de Infantaria, cuja sede era a cidade do Rio Grande, de glorioso passado e berço de brasileiros ilustres, entre os quais o Brigadeiro Manoel Marques de Souza, Barão, Visconde e Conde de Porto Alegre. Mais uma vez nos reunimos diante da casa onde nascera tão prestante chefe militar, à rua General Bacelar, para prestarmos homenagem à memória do inesquecível cabo de guerra. Recordamos, nessas oportunidades, os seus feitos admiráveis na campanha Farroupilha e nas lutas externas, mormente em Caseros, Tuiutí, e Curuzú, que os autores deste livro, Dr. Carlos Maul e Tenentes Coronéis Jaime Ribeiro da Graça e Deoclécio De Paranhos Antunes discorrerão em mestria.

Pedro da Costa Leite, Cel
Rio, fevereiro de 1952

Prefácio da 2ª Edição

BICENTENÁRIO DE MANOEL MARQUES DE SOUZA III - CONDE DE PORTO ALEGRE

Cel Cláudio Moreira Bento e Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis -
Anotadores da presente reedição

Projeção histórica

O dia 13 Jun 2004 assinalou o bicentenário de nascimento, na cidade de Rio Grande, do Tenente General Manoel Marques de Souza III, Conde de Porto Alegre.

Sua vida e obra se projetaram com relevo na História do Brasil, na do Rio Grande do Sul e na de Porto Alegre, como um bravo cabo de guerra que muito serviu à Independência, à Unidade, à Integridade e à Soberania do Brasil. À Independência serviu ao ajudar sua consolidação na Província Cisplatina.

Combateu no Passo do Rosário em 20 Fev 1827, ao final da Guerra Cisplatina, 1825/28; na Revolução Farroupilha, 1835/45; na Guerra contra Oribe e Rosas, 1851/52, onde comandou a 1ª Divisão Brasileira, que integrou o Exército Aliado, o qual derrotou forças do ditador argentino Rosas em Monte Caseros a 02 Fev 1852. Combateu na Guerra do Paraguai, 1865/68, na qual foi o comandante brasileiro das forças que obrigaram os paraguaios que invadiram o Rio Grande do Sul por São Borja, a se renderem em Uruguaiana em 18 Set 1865, na presença do Imperador D. Pedro II e dos presidentes Bartolomeu Mitre e Venâncio Flores, da Argentina e do Uruguai, respectivamente.

Participou de esforço na Guerra do Paraguai à frente de seu 2º Corpo de Exército, à base de Cavalaria da Guarda Nacional gaúcha, tendo conquistado o forte de Curuzú, que usou por largo tempo, como base do 2º Corpo.

Seu grande momento como líder de combate foi comandar pessoalmente a derrota inimiga na 2ª Batalha de Tuiuti, com extrema e memorável bravura.

Ele foi o mensageiro providencial que o Barão de Caxias enviou

ao Rio em companhia de seu irmão Capitão Carlos Miguel Lima e Silva e do Ministro farrapo Vicente da Fontoura para, junto ao Imperador e seus ministros, discutir e ajustar as condições de pacificação, ocasião em que repeliu proposta de um ministro de comprar a paz com dinheiro a ser pago aos líderes farrapos, proposta que ele sepultou com este firme e enérgico aparte:

“Senhor Ministro, os meus patrícios não se vendem! ”

Seu título de Conde de Porto Alegre foi em razão de haver, com ousado golpe de mão, liderado a reconquista definitiva de Porto Alegre aos farrapos em 15 Jun 1836, depois de fugir do barco prisão Presiganga, onde fora preso pelos farrapos. Em consequência deste notável feito que liderou, Porto Alegre recebeu o título de Leal e Valorosa e exigiu mais tarde, em memória do herói que a libertou e a defendeu nos três sítios farrapos a que foi submetida, de levantar-se estátua para o imortalizar. Estátua que foi a primeira a ser erigida em Porto Alegre. Inaugurada pela Princesa Izabel em 1885, na Praça da Matriz, e que foi transferida em 1910 para a Praça Conde de Porto Alegre, junto do antigo Portão de entrada do complexo de fortificações que protegeram Porto Alegre dos três sítios farrapos que o herói enfrentara com ardor, valor e determinação.

Os generais Manoel Marques de Souza I, II e III

Manoel Marques de Souza III, por homônimo de seu pai e de seu avô. Este, o Marechal de Campo Manoel Marques de Souza I, o patrono da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada sediada em Pelotas, a qual juntos estudamos, em parceria, dentro do projeto em curso, a História do Exército na Região Sul, em execução pela nossa Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

Ele ingressou no Exército aos 13 anos, como cadete do 1º Regimento de Cavalaria Ligeira da Divisão de Voluntários Reais em Montevideú, após esta praça ser ocupada pela citada Divisão, em 20 Jan 1817, ao comando do General Carlos Frederico de Lécor.

E ali ao lado de seu pai, General Manoel Marques de Souza II, participou de diversas ações de guerra até 1822, para a consolidação militar da posição de Portugal no atual Uruguai.

Em 1818, aos 14 anos, foi promovido a Alferes Ajudante de Campo do General Lécor, comandante dos Voluntários Reais vindos de Portugal para ocupar a Banda Oriental (atual Uruguai).

Terminadas as guerras contra Artigas em 1820, que culminaram com a incorporação do atual Uruguai ao Brasil, como

Província Cisplatina, ali o herói permaneceu até a Independência, participando das guerras da Independência do Brasil, com vistas à sua consolidação naquela novel Província.

Participação na Guerra da Cisplatina, 1825/28

Cursou, no Rio, a Academia Militar do Largo do São Francisco em 1824, por curto período, retornando a Montevidéu para combater na Guerra da Cisplatina, 1825/28. Nesta guerra, integrando a 1ª Divisão, ao Comando do Marechal Sebastião Pereira Pinto, participou com destaque da batalha do Passo do Rosário de 20 Fev 1827, como tenente do Estado-Maior desta Divisão, e foi citado por sua boa atuação por aquele chefe.

Capitão em 20 Mar 1827, um mês após a Batalha do Passo do Rosário, passou a Ajudante de Ordens do General Lécor, comandante do Exército do Sul. Finda a Guerra permaneceu em Montevidéu integrando a Divisão de Observação Brasileira.

Major em 29 Mar 1829, aos 24 anos assumiu o comando da 6ª Cia do 4º Regimento de Cavalaria Ligeira, unidade anteriormente comandada pelo avô e pelo pai e com ela retornou ao Rio Grande, onde passou a comandar a citada unidade. Hoje ele é o patrono do 8º R C Mec - Regimento Conde de Porto Alegre, em Uruguaiana, unidade que foi abordada em livro pelo historiador da AHIMTB, Sargento Carlos Fonttes. E nela teve imortalizado seu nome por sua ação no comando, ali em Uruguaiana, das forças que obrigaram os paraguaios a se renderem em 18 Set 1865.

Participação na Revolução Farroupilha, 1835/45

Ao estourar a Revolução Farroupilha em 20 Set 1835, conservou-se fiel ao Império. E terminou por apresentar-se ao Rio, de onde retornou a Pelotas no comando de uma força de 80 homens, assumindo o comando desta cidade.

Ao general farrapo Antônio Neto tomar Pelotas, o Major Marques de Souza foi capturado e enviado preso para Porto Alegre onde lhe serviu de prisão o barco Presiganga, ancorado no meio do rio Guaíba.

E foi a partir do barco Presiganga, de onde conseguiu se evadir, auxiliado por outros companheiros, que o Major Marques de Souza liderou a retomada de Porto Alegre aos farrapos em 15 Jun 1836 e passou a participar com destaque da defesa de Porto Alegre

dos diversos ataques a que foi submetida durante os três sítios farrapos por nós estudados em Porto Alegre - Memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias, Brasília, EGGCF, 1989.

Este feito o imortalizou na História de Porto Alegre e é a origem de seu título Conde de Porto Alegre, e da cidade, então titulada de Leal e Valorosa.

A sua saúde foi seriamente afetada, pelos restos de seus dias, pela sua prisão, por cerca de 2 meses, no Presiganga. E entrou em licença de saúde por largo período. Assumiu o comando do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira só em 1840 e à sua frente participou de várias ações contra os farrapos, sendo que, em 1844, Caxias o designou como coronel, para guardar importante posição em São Gabriel, o forte Caxias, como comandante de sua guarnição. Quase ao final da revolução foi enviado ao Rio em companhia de um irmão do Barão de Caxias, o Capitão Carlos Miguel Lima e Silva e de Antônio Vicente da Fontoura, a serviço da pacificação da revolução. Celebrada a paz, em Dom Pedrito atual, Caxias o encarregou de viajar mais uma vez ao Rio, agora para comunicar a pacificação ao governo imperial.

Ao estudar-se a sua história e a do seu primo-irmão e amigo, o futuro Almirante Tamandaré e mais a de Osório, percebem-se os constrangimentos familiares que os mesmos revelavam em combater a revolução. O Tenente Osório a ela aderiu no primeiro momento, dela se retirando quando tomou o rumo de República.

Em 1846, Marques de Souza foi graduado brigadeiro e comandante da 2ª Brigada de Cavalaria.

Participação destacada em Monte Caseros contra Rosas

A guerra contra Oribe e Rosas em 1851/52 lhe reservou destacado papel, como brigadeiro graduado e depois efetivo (Gen Bda), desde 14 Ago 1850.

Coube-lhe a honra de comandar a 1ª Divisão Brasileira que brilhou na Batalha de Monte Caseros, integrando a força aliada que terminou por derrubar o governo do ditador argentino Rosas.

Do Boletim do Exército Aliado sobre a Batalha se lê:

"O Sr. Brigadeiro Manoel Marques de Souza, chefe do centro aliado e das forças brasileiras, deu um dia de glória à sua pátria, acrescentando novos louros à sua frente e granjeando o respeito e gratidão dos aliados".

Caxias, referindo-se à 1ª Divisão Brasileira na batalha de Monte Caseros escreveu:

“O Brigadeiro Manoel Marques de Souza, comandante da 1ª Divisão, mostrou no dia desta memorável batalha, muito tino e valor, dirigindo o combate no centro da linha inimiga, o seu ponto mais forte, prevenindo o ataque inimigo na ocasião oportuna. Nossos batalhões manobram como se estivessem em parada. E isso aterrou consideravelmente o inimigo. Eu recomendo à sua Majestade, o Imperador, este oficial general, que faz honra ao Exército Brasileiro”.

Em 18 Fev 1852, o Brigadeiro Marques de Souza desfilou com sua 1ª Divisão Brasileira pelas ruas de Buenos Aires, Divisão que ajudara os irmãos argentinos a libertar-se do ditador Rosas.

Em 01 Mar 1852, Marques de Souza reuniu em Montevideú a sua 1ª Divisão ao Exército, ao Comando de Caxias, onde foi elogiado "por sua coragem e sangue frio na batalha".

Foi então que o Império o agraciou, a 05 Mar 1852, por sua invejável conduta, com o título de Barão de Porto Alegre, com honras de grandeza, com a medalha de ouro de oficial general das campanhas do Uruguai e Argentina e com sua promoção a Marechal de Campo (General de Divisão).

Em 26 Jun 1852 assumiu em Porto Alegre o comando da atual 3ª Região Militar que exerceu até 05 Mar 1853, continuando a residir na Leal e Valorosa, e terminando por pedir reforma em 20 Fev 1856, levado pelo sofrimento de doença crônica adquirida na Presiganga. Foi reformado como Tenente General (General de Exército) aos 52 anos. Havia contraído o 2º casamento no ano anterior, com uma filha do Coronel Soares de Paiva, herói da resistência imperial ao ataque farrapo de São José do Norte.

Reformado, passou a ter agitada carreira política. Foi eleito deputado imperial em três legislaturas, 1856, 1860 e 1822. Foi Ministro da Guerra por 6 dias em 1862.

Participação na Guerra do Paraguai, de 1865/68

Com a eclosão da guerra do Paraguai e conseqüente invasão do Rio Grande do Sul, apresentou-se pronto para ir para a guerra, depois de nove anos como reformado. Foi nomeado, em 21 Jul 1865, Comandante-em-Chefe do Exército Brasileiro em Operações no Rio Grande do Sul.

Coube-lhe comandar o sítio do invasor paraguaio em Uruguaiana, onde teve que assumir atitude firme e enérgica, junto com seu ilustre primo-irmão, o Almirante Tamandaré, para impedir que argentinos comandassem o sítio do inimigo em território

brasileiro.

E na proclamação feita aos soldados brasileiros para o ataque ao invasor mencionou:

"Tendes por companheiros nesta luta de honra, os valorosos soldados das nações aliadas e para testemunhas de vossos feitos, os chefes das mesmas nações que comigo vos guiarão na marcha gloriosa que vamos empreender".

E teve o Barão de Porto Alegre papel militar de destaque na rendição do invasor do Brasil em Uruguaiana, em 18 Set 1865.

Após a rendição paraguaia, na Ordem do Dia nº 13, Porto Alegre ali escreveu entre outras coisas:

"Soldados da liberdade! Em nome do Imperador, o General-em-Chefe do Exército Imperial vos saúda, e vos conjura a que respeites a desgraça do inimigo vencido. O General-em-Chefe agradece a dedicação de cada um de vós esperando poder ainda uma vez orgulhar-se de haver-se achado à vossa frente. Ass: Barão de Porto Alegre".

A seguir, passou a comandar o 2º Corpo de Exército que, a partir de São Borja, foi lançado para combater no Paraguai em reforço ao 1º Corpo de Exército.

E sob sua liderança, o 2º Corpo conquistou Curuzú em 03 Set 1866. E em 14 Set ele proclamou:

"Sobre as trincheiras de Curuzú tremula altivo o pavilhão nacional, que sustentado pelos bravos à cuja frente me acho, percorrerá triunfante este solo aonde ainda impera a tirania. A jornada do dia 3 foi brilhante prólogo da obra, de cujo desempenho a pátria nos incumbe.....

....Soldados! Vingam a honra vilmente ultrajada, o direito conculcado, e a liberdade oprimida foi, é, e será sempre a mais nobre missão que pode ter um exército de um país livre; ufanai-vos, porque tal é a nossa incumbência. Barão de Porto Alegre".

Em 22 Set 1866 teve lugar o malogrado ataque aliado a Curupaiti, sobre o qual, três dias depois, Porto Alegre escreveu carta a um amigo, carta esta publicada na revista Reforma, de 02 Fev 1885.

Na Ordem do Dia nº 88 de 10 Out de 1866, Porto Alegre declarou: "Em Curupaiti ficou ileso a honra da Bandeira Brasileira".

Sob o comando de Caxias, Porto Alegre, muito doente, solicitou dispensa do comando do 2º Corpo. Retornou em 01 Mar 1867, reassumindo o seu comando. Pouco depois estabeleceu sua base em Tuiuti, onde foi atacado de surpresa por forças paraguaias e teve que as repelir, como líder de combate, como Caxias o faria em

Itororó.

Nesta ação gloriosa, Porto Alegre, aos 63 anos, combateu com a mesma agilidade de um moço, não recebendo nenhum ferimento, apesar de terem sido crivados de balas os dois cavalos que montava. Houve um momento em que foi derrubado do cavalo e teve que combater a pé.

Sobre a 2ª batalha de Tuiuti de 3 de novembro – escreveu o General Tasso Fragoso em sua monumental A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai:

“A figura do general Porto Alegre destaca-se com brilho imorredouro. Ele patenteia, mais uma vez, as suas qualidades excepcionais de heroísmo e tenacidade. Embora compreendendo a gravidade do momento, mantém-se firme no cumprimento do dever. Perde duas vezes o cavalo em plena refrega, recebe contusões por balas inimigas, mas continua à testa dos elementos disponíveis, eletrizando-os com o seu exemplo e inflamando-os no desejo de colher a vitória naquele lance”.

O Conde de Porto Alegre retirou-se do Teatro de Operações em Jan 1868 por doente, sendo louvado por Caxias “pelo zelo, inteligência e valor com que sempre se houve no desempenho de suas funções”.

Sem melhorar sua saúde, terminou por falecer no Rio de Janeiro em 18 Jul 1875, aos 71 anos. Embalsamado, o seu corpo foi transportado com todas as honras em navio de guerra até Rio Grande e depois até Porto Alegre e ali foi sepultado em 05 Nov 1875 no cemitério da Santa Casa de Caridade.

Em 02 Fev 1885, com toda a pompa e circunstância, foi inaugurada a sua estátua pela Princesa Izabel, presente seu esposo, o Conde D´Eu, Marechal Gastão de Orleans, autor da melhor memória sobre a Rendição de Uruguaiana, em sua “Viagem ao Rio Grande do Sul em 1865”. Entre seus biógrafos destaco Décio Vignoli das Neves em Vultos do Rio Grande. Santa Maria: Pallotti,1981.

A Academia de História Militar Terrestre do Brasil, além do seu Guararapes nº 41, através de sua Delegacia Gen Rinaldo Pereira da Câmara no Rio Grande do Sul, muito trabalhou nas comemorações do bicentenário do Conde de Porto Alegre. A sua descendente, jornalista Carmen Lucia Ferreira Silva, sócia efetiva da Delegacia Gen Rinaldo Câmara o focalizou em O Gaúcho nº 23, de Mar 2004, informativo do Instituto de História e Tradições do RGS.

Fontes consultadas

- 1- ALMEIDA, Antônio Rocha, Vultos da Pátria. Porto Alegre: Ed. Globo, 961.v.1;
- 2- AMAN-CADEIRA DE HISTÓRIA. História Militar do Brasil. Volta Redonda, Gazetilha, 1978;
- 3- BENTO, Cláudio Moreira. História da 3ª Região Militar, 1808-1889 e Antecedentes. Porto Alegre: 3ªRM/SENAI,1994;
- 4- (____).Porto Alegre - Memória dos sítios farrapos e da Administração de Caxias. Brasília:EGGCF,1989;
- 5- (____).Brasil, conflitos externos. Consultar na Internet em "Livros" no site da AHIMTB www.resenet.com.br/users/ahimtb
- 6- FONTTES, Carlos. Regimento Conde Porto Alegre. Uruguiana: ed/autor,1985;
- 7- (____).A Retomada de Uruguiana. Uruguiana. Gráfica Universitária:1994;
- 8- MAUL, Carlos et alli. Conde de Porto Alegre. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1952;
- 9- NEVES, Décio Vignoli das, Vultos do Rio Grande. Santa Maria: Pallotti,1981;
- 10- PORTO ALEGRE, Conde de. Ordens do Dia do 2º Corpo de Exército. Rio de Janeiro: Tip Francisco Alves,1877 (Contém 103 ordens do Dia de 21 Ago 1865 a 15 Mai 1867, com referências a nomes dos integrantes do Corpo em ordem alfabética pelo primeiro nome);
- 11- SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da, Ten Gen Manoel Marques de Souza in: Os Generais do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: M.Orosco, 1907;
- 12- SILVA, Carmen Lúcia Ferreira da, Conde de Porto Alegre. O Gaúcho, Mar 2004;
- 13- GIORGIS, Luiz Ernani Caminha, Palestra sobre o Conde de Porto Alegre, O Gaúcho nº 24, Mai 2004.

Apresentação à 2ª Edição

É com enorme satisfação castrense que apresento a segunda edição da obra **Conde de Porto Alegre**, que aborda a vida e a obra do Tenente-General Manoel Marques de Souza III, filho ilustre da cidade de Rio Grande e comandante da nossa atual 3ª Região Militar - Região Dom Diogo de Souza, depois da Guerra contra Oribe e Rosas, 1851/52, ocasião em que, como comandante da Divisão Brasileira, aliado a forças argentinas, venceu a Batalha de Monte Caseros, em 2 de fevereiro de 1852, forçando o ditador Juan Manuel de Rosas a deixar o governo da Argentina e retirar-se para a Europa.

Esta reedição se faz sob a égide da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS), entidades das quais os esforços para tornar esta obra uma realidade merecem destaque. Da mesma forma, destaco o trabalho dos consagrados historiadores militares e dirigentes das citadas entidades, os senhores coronéis Cláudio Moreira Bento, presidente da AHIMTB e do IHTRGS e Luiz Ernani Caminha Giorgis, vice-presidente da AHIMTB e do IHTRGS e Delegado da Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara da AHIMTB no Rio Grande do Sul.

Obra que vem a lume no bicentenário do herói, graças à persistência e justo empenho de sua descendente a jornalista D. Carmen Lúcia Ferreira da Silva, também correspondente da AHIMTB em Porto Alegre, em reavivar a memória de seu ilustre ancestral, especialmente em Porto Alegre, onde monumento à sua memória, erigido em 1885, foi o primeiro que a mesma possuiu, por tê-la libertado e defendido no início da Revolução Farroupilha, razão inclusive do título de Conde de Porto Alegre, que recebeu mais tarde.

Os esforços de D. Carmen que me sensibilizaram, como Comandante da 3ª Região Militar, pois possibilitaram a edição comemorativa do bicentenário de nascimento de um ex-comandante ilustre, bem como sensibilizaram a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) e o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS). Para esta edição, além dos meritórios trabalhos dos coronéis Bento e Caminha, cabe-me registrar o autor da

capa da obra,
o Capitão de Fragata Carlos Norberto Bento, grande colaborador da AHIMTB e, ainda, do seu ilustre acadêmico, o historiador Dr. Flávio Camargo, editor gratuito do trabalho. Ambos, nas suas especialidades, colaboradores destacados da coleção **Projeto História do Exército na Região Sul**, já com 9 volumes publicados.

Vale recordar às atuais e futuras gerações de soldados brasileiros que, em 1836, o futuro Conde de Porto Alegre, num ousado e bem sucedido golpe de mão, libertou a capital do controle dos revolucionários farrapos. Mais tarde, ao final da Revolução, foi enviado pelo Barão de Caxias, junto com um irmão deste e mais o embaixador farrapo Vicente da Fontoura até a cidade do Rio de Janeiro, para defender junto ao governo Central as condições de paz propostas por Caxias. Destas proposições resultou a pacificação honrosa firmada em D. Pedrito, por republicamos farrapos no final de fevereiro e pelos imperiais no início de março de 1845.

Esta obra é mais uma contribuição ao fortalecimento dos objetivos do Exército, reiterados pelo seu comandante, o Exmo. Sr. General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, em agradecimento e reconhecimento à ação da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, ao receber a Medalha do Mérito Histórico Militar Terrestre da AHIMTB no grau de Comendador, reafirmando sua diretriz:

“A História Militar, no meu entendimento, desempenha papel de enorme relevância para a preservação da história, das tradições e dos valores morais, culturais e históricos e, ainda, é um instrumento valioso na formação técnico- profissional dos nossos quadros.

Este ponto de vista é atestado pela diretriz que expedi ao assumir o Comando do Exército e que enfatiza serem inevitáveis e perenes referências como Hierarquia e Disciplina, o amor às tradições castrenses, o respeito à ética e à prática das virtudes militares. Neste mesmo documento, ao tratar da Cultura e do Ensino, destaquei que as áreas ligadas à cultura deveriam voltar-se para a pesquisa e para a divulgação da História Militar do Brasil, com foco nos públicos interno e externo, afim de ressaltar valores cívicos, estimular atitudes positivas, resgatar tradições e afirmar nossa identidade de soldados”.

General-de-Divisão **Marco Antônio Longo**
Comandante da 3ª Região Militar

Região Dom Diogo de Souza

1ª Parte

de Carlos Maul

- I – Paisagem do berço do herói**
- II – Antecedentes da primeira intervenção no Prata**
- III – O brasão de uma estirpe**
- IV – Das escaramuças de 1811 à fundação da Cisplatina**
- V – Funda-se a Província Cisplatina**
- VI – Na alvorada da emancipação**
- VII – O conflito no extremo sul continua**
- VIII – O fim das lutas do Prata**

PAISAGEM DO BERÇO DO HERÓI

O homem dos pampas, nos fins do século XVIII e começo do XIX, nasce ao lado do cavalo. É o amigo, o companheiro, o veículo. A planície áspera, na sua imensidade, só pode ser vencida nas travessias pela diligência, pela carreta, ou pela alimária(2) de sela. Mas a campanha gauchesca, embora as aparências geográficas lhe imprimam fisionomia uniforme, tem, melhor examinada, aspectos que tornam diferente a argentina da brasileira. Os acidentes que separam na carta essas partes de uma vasta unidade telúrica, como que representam divisórias vigorosas riscadas pela natureza para que de cada lado se desenvolvessem e personalizassem ramos de um mesmo agrupamento étnico. O espanhol e o português, que na península ibérica fundaram duas nações de sangue idêntico e com idiomas apartados, na transplantação para a América repetiram o fenômeno nos filhos que aqui colonizaram o extremo meridional do Continente.

A terra da planura argentina possui características distintas das do campo cisplatino. O indivíduo que nela vive, de pura cepa castelhana secularmente radicada, ou de mescla com os elementos autóctones que se espalham sobre a fronteira, não é igual nas duas margens do grande rio. Logo à primeira vista o gaúcho platino se revela outro que não o das coxilhas rio-grandenses. A indumentária, os costumes, os divertimentos rústicos, se revestem de modalidades próprias, como a assinalar, nas exterioridades artificiais, temperamentos e sensibilidades antagônicos. Embora entregues por longo tempo aos azares da vida pastoril, não se confundiram nem nos cantos populares nem na poesia agreste. O Conde de Keiserling, no seu famoso estudo sobre a América do Sul, anota no habitante da savana transplatina traços e pendores que mostram peculiaridades que o afastam do guasca do Rio Grande. O gaúcho da outra banda é melancólico e trágico, e nele Keiserling vislumbrou um tipo humano sombrio no qual predominava o que ele denominou "a tristeza sexual do rioplatense", uma tristeza que transpira da sua existência dramática durante mais de três centúrias, e só abrandada depois que vingaram as correntes imigratórias que trouxeram àqueles lugares bárbaros certas comodidades da civilização inventadas no século XIX.

Constrangidos a uma permanente vigília de armas, com as rugas herdadas dos colonizadores, tanto o gaúcho argentino quanto o gaúcho brasileiro se mantiveram por longo prazo dividindo as suas atividades entre as correrias caudilhescas e as fainas pacíficas e movediças de criadores de rebanhos. As divergências das casas reinantes de Espanha e Portugal se desdobravam nas colônias americanas, e as rivalidades dos pais explodiam nos filhos, que se entrematavam sob as bandeiras que cobriam as respectivas nacionalidades européias. Francisco de Paula Cidade, na sua esplêndida monografia "Explicação da história pela geografia" acentua o que deviam ser os pagos sulinos antes que a independência, utilizando a obra dos desbravadores audaciosos que iam ocupando e submetendo o chão sem dono de direito de lado a lado: "Qual o meio mais eficaz para dominar o interior dessa extensa faixa costeira?" interroga, e em seguida responde: "Apoderar-se sucessivamente das aberturas marítimas: Rio Grande, Maldonado, Montevidéu. O resto é costa inóspita, mar bravio, regiões que hão de cair em mãos dos que dominem as reentrâncias que constituem os abrigos marítimos. Esta conclusão é justificada pela missão dada ao capitão-mor da Laguna, de apoderar-se do Rio Grande de São Pedro, isto é, da primeira entrada marítima que se apresenta ao sul de Santa Catarina."

Nessas paragens o que há, até então, é a miragem de Tordesilhas (3) posta nos mapas do tratado de 1777 (4). Falta-lhes a marca da pisada humana, a posse pelo que chegar primeiro. É dessa data que a história dos entreveros começa a ter importância na definição dos lindes internacionais nesse pedaço deste hemisfério. Os dois grupos gauchescos que se pronunciam autônomos do lado de lá e do lado de cá das torrentes que cavam fundo e com o ímpeto das águas diluvianas o marco natural que a ambos incumbirá preservar, daí para o futuro, como parede sinuosa das respectivas moradas definitivas, não são a mesma coisa do ponto de vista sociológico. A etnologia americana os explica como produtos da miscigenação de íberos com bugres das hordas de charruas, minuanos e guaicurús, e dessa mescla se geram criaturas de índole diversa da dos peninsulares de onde provieram as sementes. O nomadismo, o espírito de rapina e o bandoleirismo são a voz do sangue mouro que impelira lusos e castelhanos à violenta usurpação de terras em todos os quadrantes do mundo. O gaúcho platino e o sul-riograndense herdaram-lhes essa característica que se fundiu com os atributos idênticos da indiada que os antecederam de séculos na ocupação do

território. Mas esses gaúchos da Argentina, do Uruguai e do Brasil, diferem tanto entre si, quanto na Europa são dessemelhantes portugueses e hispanos.

Nas colônias, na época em que vai surgir a personagem singularíssima desta narrativa, já não imperam os primitivos elementos, mas a sua descendência caldeada através de inúmeras gerações. A guerra, porém, continua a ser fatalidade que persegue essas massas errantes que não sentem a segurar-lhes as pernas a garra indivisível e poderosa do solo que inspira e orienta o instinto de conservação dos povos que compreendem a necessidade de plantar o burgo e fazer dele o núcleo da família e da nação. Nesse cenário brigaram tribos silvícolas, brigaram íberos aventureiros, e os seus herdeiros mamelucos lhes prosseguiram nas façanhas. Quebrados os vínculos políticos que amarravam a Argentina à Espanha, ficaram os resíduos da velha desavença a serem liquidados aqui pelos novos senhores da terra. Antes de o Brasil atingir a sua maioridade, coube aos brasileiros, ainda sob o pavilhão azul e branco dos soberanos de além-mar, lutar pela segurança dos frutos da sua peleja e que transformaram em realidade geográfica as fantasias dos convênios diplomáticos sem apoio em alicerces sólidos. Não fossem essas forças soltas da natureza, e outra teria sido a sorte dessas glebas disputadas a ferro e fogo por gentes de várias procedências, cada uma delas movida pela necessidade de acrescer ao seu patrimônio novas fontes de abastança. Os antagonismos que colocaram face a face os gaúchos provocam a inquietação permanente nas duas orlas do caudal que se despenha do altiplano andino e vai gizando fronteiras até ao seu desaguardo no Atlântico. Emancipada a Argentina, combate-se no Uruguai para que ele se desligue do Brasil e entre na confederação platina que recomeça a sonhar com a restauração do vice-reinado (5) que se esfacelara.

...“tapes desprendidos del árbol misionero, indios charrúas y minuanes que vagaban de uno a otro lado con sus toldos a cuevas y desertores españoles y portugueses de la Colonia del Sacramento. Toda esta gente, con la excepción de la perteniente a las 13 estancias porteñas y santafecinas, no formaba población estable, vivía a campo raso en toldos y chozas, haciendo una vida salvaje que poco se diferenciaba de la los indios aborígenes.”

“Los gauchos del Uruguay antes y después de la fundación de Montevideo.” – De Emilio A. Coni.

“... adviertase de nuevo que este “gaucho” de 1810 nada tiene que ver con el primitivo y titular auténtico del mote. No és aquél evolucionado, ni és tampoco su remedo o su cópia. Aquel “gaucho”, hombre de tipo intermediario entre el civilizado y el

natural, no arrimó nunca su hombro en ninguna parte un esfuerzo desinteresado o de labor.”

“Discurso” do professor Felipe Fereiro, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai em 1937”.

“Con la fundacion de San Carlos en 1762, poblada con familias lusitanas, mudadas de Colonia, se inicia la penetracion de la civilizacion en el interior del Uruguai, y poco a poco nuevos núcleos de poblacion empiezan a disputar a los gauchos el dominio de las campañas. Paysandú se funda em 1772, Canelones em 1774, Florida em 1779, Mercedes en 1771, Santa Lucia, con gente de la Peninsula, en 1781, San José, con imigrantes españoles, en 1787, Rocha en 1793, Minas en el mismo año también con españoles, Pando en 1787 y Melo en 1725. Todos estos nucleos de población que representan la civilizacion y la autoridad, deberan durante muchos años disputar ásperamente el dominio de las campañas al gauchaje salvaje que hasta ese momento era su unico dueño.”

Emilio A. Coni – obra citada

“La fundacion de la Colonia del Sacramento por los portugueses (1680) objeto de cuentas luchas, inicia una corriente de hombres de otra raza americana hacia nuestro país. No olvidemos, sin embargo, que por esos años, entre 1683 y 1685, existió case en el linde de nuestra atual frontera con el Brasil, en las puntas del Yacuy o rio de las palometas, o sea nuestro Rio Negro, en las proximidades de la atual ciudad de Bagé, que dista apenas 18 leguas de Aceguá, una de las muchas reducciones jesuiticas a base no de guaranies o tapes, sino de guenoas y minuanes, vale decir charruas.”

“Además es sabido que, iniciado el movimiento revolucionario de 1810, las huestes artiguistas tenían en sus filas indios de pura sangre como Andresito y las de Bento Manuel en tierras del Brasil, las de Rivera posteriormente, las de Lavalleja, en 1825, contaron entre sus lineas grupos de minuanes, charrúas y guaranies salidos de entre las asperezas de las Sieras de Yerbal o de los montes de Tacuari, Olimar y Cebollati.”

“Poblacion indigena de la region noroeste de la Republica: Cerro Largo y Treinta y Tres” – Francisco N. Oliveres – Montevideo, 1937.

“Depois desses 148 anos de lutas e negociações que se estendem desde a fundação da Colônia do Sacramento(6) até a convenção de paz em 1828, o fático meridiano de Tordesilhas andou de um lado para outro, oscilou, sem conseguir firmar-se. Os anos de 1750, 1777, 1819 e 1821 marcam tentativas, gerais ou parciais, feitas no sentido de substituí-los por linhas viáveis, traçadas no terreno, à feição dos interesses naturais dos povos que colonizavam a fértil região que constitui o sul do Brasil e norte da atual República Oriental do Uruguai”.

“Lutas ao sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes” – General Francisco de Paula Cidade – Rio – 1948.

ANTECEDENTES DA PRIMEIRA INTERVENÇÃO NO PRATA

As primeiras intervenções organizadas de forças brasileiras no Prata datam da transplantação da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Depois de 1808 transferiram-se para a América as disputas peninsulares e não é difícil de admitir que o próprio regente D. João as estimulasse com a sua conhecida malícia, se não com o fito de desenvolver aqui uma política de matiz imperialista ao sabor da época, pelo menos para fornecer à sua irrequieta consorte espanhola uma distração fora dos campos das intrigas internas do Paço. Os oferecimentos de proteção endereçados em 1808 ao Cabildo de Buenos Aires através do Conde de Linhares, sob o pretexto de que, estando a Espanha então submetida à França, tal como a terra lusitana, lhe seria conveniente entregar-se aos cuidados de Portugal aqui oficialmente instalado, revelam que D. João trazia planos traçados e a por em prática na nova sede do Reino. Não aceitou o Cabildo a interferência, e a repeliu de modo a deixar claro que lhe compreendia os objetivos. Souza Docca trouxe à luz sobre esse ponto pouco esclarecido da nossa história documentação interessante que até recentemente dormitava nos arquivos e comentou-a com vivacidade. "Manda a imparcialidade, – assevera no seu ensaio "O Exército nas campanhas platinas" – exige o juízo sereno da história, que se louve o ato do Cabildo de Buenos Aires e que se condene o procedimento de D. João, apenas chegado a um país novo, vasto e opulento, e em cuja administração seriam sempre poucas as energias consumidas e nunca suficiente a atividade posta em ação." Mais diante acentua: "Aquela resposta, não obstante a energia que exterioriza, a fidelidade que se esforçava por proclamar e a recusa formal que encerrava, não teve forças para acalmar na alma de D. João as manifestações de domínio da Banda Oriental. É que uma poderosa vontade oculta o impelia, mau grado o seu desejo, a dar esse passo condenável. Por trás dos bastidores da Corte transplantada para o Brasil agia o dedo de um demônio de saias – Carlota Joaquina – que manobrava diabólica e inteligentemente. O que ela não se atrevia a pedir de viva voz ao esposo ludibriado, conseguia com artimanhas e desdizes, por conduto dos ministros.

Somente assim se explica a missão confiada ao General Xavier Curado, em junho, isto é, em seguida ao recebimento daquela recusa formal e áspera”.

Carlota Joaquina não teve, de fato, meias medidas nas suas atividades junto a agentes espanhóis em Buenos Aires. Com o General Goyeneche manteve longa correspondência, bastante divulgada na obra de J. M. Rubio, “La Infanta Carlota Joaquina y la política de España en Sud-America”. D. José Presas, em suas “Memórias secretas de D. Carlota Joaquina”, não é menos minucioso em revelações sobre os passos ocultos e sinuosos da princesa para penetrar nos redutos do Rio da Prata pela mãos hábeis dos delegados de Madrid, seus associados e confidentes. Mas D. João não estaria tão inocente nesses assuntos como supõem alguns historiadores que fazem desabar sobre os ombros de Carlota Joaquina todas as responsabilidades pelo início do intervencionismo luso-brasileiro. Entre numerosos documentos convém referir que o encarregado de Negócios da França, em ofício datado de 1816, ao Quai-D’Orsay, narra uma conversa que tivera com D. João e lhe atribui estes conceitos a propósito da ocupação da Banda Oriental (7): “Os franceses falaram e escreveram muito em tempo sobre fronteiras ou limites naturais: tratava-se sempre, de um lado, do Reno, e de outro, dos Alpes: ora, o que é o Reno comparado com o Rio da Prata”?

Se ele assim raciocinava, quando longe de reunir elementos que lhe consentissem caminhar com segurança no sentido da incorporação às possessões portuguesas de uma boa parte do que a coroa de Castela detinha sob as suas insígnias, não há como disfarçar a sua solidariedade com os movimentos clandestinos da mulher. Os espanhóis do Rio da Prata conspiravam intensamente com a esposa de D. João, mas este, manhoso, ajudava as tramóias que lhe convinham simulando nada saber. Mas a verdade é que as coisas só não tiveram o andamento premeditado porque a Inglaterra vigilante criou embaraços à possibilidade de instalar-se no sul uma monarquia com Carlota Joaquina no trono.

Isso, todavia, não obstou a campanha de 1811, que se pode definir como o ponto de partida para uma situação de que viria a resultar, mais tarde, a fundação da nacionalidade uruguaia.

Ofício de 14 de maio de 1808, do Cabildo de Buenos Aires ao futuro Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho

“Sua honra, sua glória, suas vantagens e sua fidelidade são fundadas unicamente no fato de reconhecer e conservar o suave domínio de seu rei, e senhor natural, do melhor e mais suave dos soberanos. A menor insinuação que se encaminhe a desviá-lo destas máximas, que formam o seu caráter, é insulto à sua fidelidade e um agravo intolerável. Por isso, teve o Cabildo muito que sentir, ao tomar conhecimento do ofício reservado que V. Ex. lhe dirigiu com data de 13 de março último, quando por ele se vê concitado, por via de proposições sedutoras e lisonjeiras, para apartar-se de um domínio que prefere a quantos ocupam o globo, e quando, por outro lado, reúne em seu contexto um tropel das mais atrozes injúrias à sagrada pessoa e imaculada conduta do seu rei e senhor, e do seu verdadeiro amigo e poderoso aliado (refere-se a Napoleão), o Imperador dos franceses. Creia V. Exc. e faça-o entender à sua alteza real o príncipe regente que o Cabildo de Buenos Aires jamais riscará da memória ultrajes de tanto vulto. Sobre isto deve estar V. Ex. persuadido, e o deve também estar s.a.r. (8) o príncipe regente, que, se essas ofertas sedutoras não são capazes de transformar a fidelidade dos habitantes da América espanhola, tampouco as ameaças podem infundir o mínimo receio, em ânimos acostumados a arrostarem todas as classes de perigos e a sacrificarem tudo, para defender os sagrados direitos do mais justo, mais poderoso e mais benigno dos monarcas. Que, se em outros tempos, em diferentes épocas, e ainda em nossos dias, tem dado ao mundo provas irrefragáveis do que pode o valor inflamado pelo entusiasmo de lealdade, preferem derramar, gostosos, até a última gota de seu sangue, a permitir que se desmembre da Coroa de Espanha uma mínima parte destas vastas possessões; idéias estas, que saberá reanimar, com o exemplo, o Cabildo de Buenos Aires, sendo o primeiro com o seu acreditado general, em opor a todo o transe a sua lealdade, para conservar-se no suave domínio de seu rei, amo e senhor”.

CARTA de Carlota Joaquina, endereçada ao Congresso Nacional das Côrtes de Espanha, em 4 de dezembro de 1811

“Meus muito amados espanhóis: Para evitar que as tropas que a Junta de Buenos Aires destinava ao sítio da praça de Montevideu operem contra o General Goyeneche, ou possa em qualquer tempo renovar as passadas hostilidades na campanha da Banda Oriental do Rio da Prata, pareceu-me oportuno pedir ao príncipe uma ordem para que as tropas portuguesas permanecessem próximas da praça de Montevideu e à disposição dos Generais Vigodete e Goyeneche para que com elas operem segundo o exigam as circunstâncias e conforme as ordens e instruções que receberem de vós, assim lhes insinuo nesta mesma data, remetendo a ambos as ordens de que mando cópias sob os números 1 e 2. As últimas notícias que apresenta a “Gazeta de Buenos Aires” são: que desenganados os povos do interior da malversação dos facciosos, já não esperam que chegue o exército do Peru para libertarem-se do jugo opressor daquela revolução; que eles próprios se levantarão perseguindo os seus fatores e cabeças. Tal situação infunde em mim a esperança de poder em breve dar-vos a notícia do fim dessas desgraçadas ocorrências, para o que cooperarei sem cessar a fim de cumprir de algum modo com o dever tão próprio de vossa Infanta”.

- Cartas desse estilo existem muitas. Por ela, e pela resposta do Cabildo ao projeto de D. João em 1808, não resta dúvida que o casal, nesse particular, se entendia, perfeitamente. No fundo, o que os preocupava era o perigo crescente da emancipação das colônias, e isso tanto interessava a Portugal quanto à Espanha. Apesar dos reveses causados pela invasão napoleônica, a Corte lusitana não se descuidava de trabalhar para que fracassassem os ímpetus revolucionários desencadeados. No fundo, as intervenções no Prata tinham, inicialmente, o sentido de procurar uma colaboração com as forças espanholas que começavam a tomar a defensiva contra as hostes emancipadoras que se levantavam em vários trechos na América.

- No relato das conversações entre Lorde Ponsomby e Canning, com data de 11 de agosto de 1826, há este trecho do primeiro dando conta do que ouvira de Inhambupe (9): “ Que o Rio da Prata é o limite natural do Brasil, por esse lado, como o rio Amazonas o é pelo outro. Que o Imperador está de posse de Montevideu e que ninguém poderá arrancar-lha. Que o Imperador dispõe dos meios de obrigar

Buenos Aires a fazer a paz e que os porá em prática, e que o próprio trono deve arriscar-se quando a honra do Imperador estiver em jogo”.

O BRASÃO DE UMA ESTIRPE

Vêm os Marques de Souza de uma nobreza autêntica cuja árvore genealógica deita raízes profundas na história da fidalguia portuguesa de eras remotas. Se o último deles não houvesse conquistado por si, nos pampas onde abria os olhos, os títulos que honrou, nem por isso lhe faltariam motivos para considerar-se com legítimo direito a um brasão de armas, porque no seu avoengo ilustre se distinguiram varões de sangue limpo e grande prosápia, como se dizia na linguagem antiga. Castilhos Goycochêa no "Condado de Porto Alegre" nos dá uma síntese biográfica dessa trindade preclara. "O avô do conde – escreve o cronista – pai do segundo Manoel Marques de Souza, foi o tenente-general do mesmo nome que figura com relevo em todas as páginas da História no período acidentado que foi da fundação do Rio Grande do Sul de S. Pedro, do Rio Grande do Sul de S. Ped e de Portugal. Nascido igualmente como o filho e o neto, no antigo "presídio" Jesus-Maria-José em 1743, é cedo envolvido nos fluxos e refluxos das duas ondas humanas que se entestavam desde Santa Catarina até a Colônia do Santíssimo Sacramento."

Este é o fundador da casa no Brasil. O segundo, o pai, é – refere Goycochêa – "aquele Brigadeiro Manoel Marques de Souza, morto nas cercanias de Montevideú a 21 de novembro de 1824, quando contava apenas 44 anos de idade, e que fora o herói das vitórias sobre Frutuoso Rivera no Passo de Chafalote (24.IX.1816) e em "Índia Muerta" (19.XI.1816). Ao morrer estava de posse do decreto imperial nomeando-o para o comando em chefe do Exército em operações na Cisplatina, para o caso que verificasse serem procedentes as suspeitas do governo sobre a conduta do Visconde de Laguna. A carta que acompanhou o decreto autorizava-o, em nome do Imperador, a destituir do comando o velho tenente-general suspeitado (10).

"A carreira das armas, fê-la esse segundo Manoel Marques de Souza com brilhantismo invulgar e até agora não posto na meredida evidência: em 8.XII.1795 assentou praça como soldado-cadete na Legião da Cavalaria Ligeira da Capitania de S. Pedro, quando contava 15 anos; promovido a Ajudante em 1.X.1802; Capitão por merecimento a 25.VII.1808; Major em 1813; Tenente-Coronel e Coronel no mesmo ano de 1817; em 28 de julho "pela intrepidez,

decidido valor e lealdade com que se distinguiu na surpresa do Forte de Santa Teresa, na ação de Chafalote que comandou e na de Índia Muerta em que foi contuso (11);” em 2 de dezembro “por distintos serviços na capitania de Montevideo”, respectivamente; Brigadeiro, por merecimentos, em 24 de junho de 1822. Desde 1808 (31 de outubro) fora elevado à dignidade de fidalgo da Casa do príncipe regente D. João.”

Está aí em largos traços a vida desses dois soldados de raça cujo sangue iria ferver nas veias de um novo rebento que lhes continuaria a tradição de bravura, ainda no período em que o Brasil começava a definir-se politicamente para o ato que teria o seu desfecho na proclamação da Independência. É no seio dessa progênie de centauros que vem ao mundo o terceiro Manoel Marques de Souza, que será um dia, pelo esplendor de suas proezas e pelos encantos da sua inteligência, o Conde de Porto Alegre. Forma-se o seu espírito no ambiente carregado pela descrição das batalhas. Ele não escuta, na casa paterna, mais do que histórias de entreveros sangrentos em que os seus despontam com cataduras (12) leoninas, as evocações das vertiginosas façanhas de seus campeadores, e isso lhe aviva no instinto infantil o desejo ardente de um dia entrar também numa dessas justas de cavaleiros e adornar-se nela com esporas de ouro. Aprendera a bem-querer o seu pinga com o amor de gaúcho que vê nele o galhardo e elegante devorador de planícies.

Das notas recolhidas por um cronista antigo dos mais autorizados pelo conhecimento do meio e dos fatos, Alfredo F. Rodrigues, pode-se retirar material para a reconstituição de um quadro emocionante, o da partida daquele menino predestinado para a sua primeira campanha em terras de gente adversa. Na sala rústica da estância o garoto toma atitudes marciais. A mãe assusta-se. E o avô, em preparativos para um recontro iminente, mira-o comovido.

– Leva-me contigo, vovô! Exclama o pequeno com a convicção de que será atendido.

Manoel Marques de Souza, o primeiro, na sua indumentária garrida de Tenente-General, acha graça naquele entusiasmo. O fedelho insiste, e fica à espera de uma solução, entre os olhares aflitos da progenitora e os olhares de vaidosa ternura daquele velho de pele curtida pelos rudes ventos do pampa.

– És muito novinho...Como levar-te na minha garupa? Vais atrapalhar-me... É perigoso... Podes morrer... Não imaginas o que é uma guerra...

O Tenente-General contempla aquela figurinha a fingir-se de máscula, e revê nela a sua filúcia, os estos de seu sangue, os seus movimentos audazes. Tem diante de si o espelho mágico que lhe mostra na face polida a sua própria juventude audaciosa. Ele também sentira os mesmos impulsos ao ver partirem os de seu tempo para os entrechoques platinos. Quisera acompanhá-los, mas ninguém o atendeu e ele sofrera com isso. Um relâmpago de orgulho ilumina-lhe a fisionomia taciturna, pensa que há no peito do menino um coração igual ao seu, a bater em harmonia com o seu coração de dominador das coxilhas. Decide-se então a conduzir a carga preciosa, a ter, bem perto de si, nas horas graves e dramáticas, o fruto da sua raça que lhe não desmerece os antecedentes, antes promete elevar bem alto a glória de seu apelido.

– Está bem... vais comigo...

Manoel tem doze anos. Participará das correrias perto de Jaguarão, e alguns meses mais tarde já é cadete num Regimento de Cavalaria Ligeira da Divisão de Voluntários Reais.

DAS ESCARAMUÇAS DE 1811 À FUNDAÇÃO DA CISPLATINA

De 1811 em diante é intensa a atividade diplomática, e não menos frenética a movimentação das tropas luso-brasileiras no território da Banda Oriental do Rio da Prata. É mais do que evidente o empenho da Corte do Rio de Janeiro em retirar das antigas Províncias Unidas a influência sobre uma parte das regiões da margem esquerda do rio e que compreendiam a larga faixa das suas fronteiras com o Brasil. A expressão de D. João sobre "limites naturais" traduzia-se nitidamente numa intenção firme de alcançar este objetivo: as águas eram a divisa natural entre a Argentina e o Brasil, devendo pertencer à nossa jurisdição a orla entre o Rio Grande do Sul e o Rio da Prata. Uma população brasileira se instalara já naquela zona e ampliava assim as possibilidades da incorporação da terra cisplatina no corpo geográfico do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Luta-se febrilmente nesses campos. Povos de origem hispânica e de origem lusa se batem valentemente em guerrilhas quase sem solução de continuidade, e as batalhas vão definindo a atuação de soldados que se distinguem pela galhardia, assegurando direitos que mais adiante serão debatidos pelas missões diplomáticas.

Em meados de 1814 os revolucionários platinos depuseram o vice-rei Cysneiros e ameaçavam Montevideú. O Capitão-General D. Diogo de Souza, do Rio Grande, recebe instruções do Rio de Janeiro para impedir a todo transe e rapidamente que os rebelados se apoderem daquela praça. Nessa situação D. Diogo organiza as suas forças e invade a Banda Oriental (13). À testa de poderosa coluna vai o Brigadeiro Manoel Marques de Souza, e contribui decisivamente e com bravura para o desbarato dos adversários que fogem em debandada.

Dois anos mais tarde, entra ele em novos combates, desta vez contra os bandoleiros de Artigas. O segundo Marques de Souza entra com o pai, pela primeira vez em fogo na campanha de 1801, na Legião da Cavalaria Ligeira, e aí alcança o posto de Tenente-Ajudante. Em seguida, na invasão da Banda Oriental por D. Diogo, nessa altura com os galões de Capitão do Exército Pacificador, participa das pelepas, e em 1812 é enviado a Buenos Aires em missão confidencial

do comandante em chefe das forças luso-brasileiras. Sargento-Mor em 1816, o governador da capitania Marquês de Alegrete (14), determina o ataque ao forte de Santa Tereza. Marques de Souza, com uma coluna de 100 cavalarianos vindos de S. Paulo e duas companhias de destemidos milicianos riograndenses, obedece às instruções do comando supremo e toma as posições indicadas. Decorridos meses, em outubro, no Passo de Chafalote, destrói uma coluna de trezentos homens de Frutuoso Rivera. No mês seguinte, Rivera se recompõe, e em Índia Muerta recebe nova acometida de Marques de Souza que sai ferido, mas põe o inimigo em fuga. Em 1817, o Capitão-General Carlos Frederico Lecór está no comando do Exército de ocupação de Montevidéu. Marques de Souza, no posto de Tenente-Coronel, recebe novas investidas em que brilha de forma excepcional, e em 1822, pelos seus notáveis serviços é promovido a Brigadeiro.

Proclamada a nossa independência, o segundo Brigadeiro Manoel Marques de Souza tem oportunidade de destacar-se em ação bélica nesse mesmo terreno cisplatino que é o cenário favorito das atividades dessa linhagem de esplêndidos militares. O General lusitano D. Álvaro de Souza, contrário à separação do Brasil, pretende resistir e força a retirada de Lecór, apoderando-se do governo em Montevidéu. Lecór, entretanto, não se intimida e aguarda em Canelones o momento propício à retomada da cidade. Com novos batalhões, ajudado agora pelo caudilho Frutuoso Rivera, que se pusera ao serviço do Brasil independente, e com o Brigadeiro Marques de Souza no comando de um exército, cerca Montevidéu. D. Álvaro de Souza tenta romper o sítio inutilmente e, vencido, entrega as armas em Las Piedras.

Em 1824 o segundo Brigadeiro Manoel Marques de Souza morre envenenado em Montevidéu, mas em pleno fastígio. Fica-lhe o filho, que também vinha, a princípio ao lado do avô, e depois junto do pai, afirmando a sua personalidade nesse mundo agitado que era a região da margem esquerda do Rio da Prata nos confins meridionais do Brasil. E é esse o que daí em diante falará pelos antepassados na mesma carreira das armas que eles enobreceram, e juntará aos títulos herdados o seu brasão insigne.

FUNDA-SE A PROVÍNCIA CISPLATINA

Iniciada a ocupação da Banda Oriental em 1817, em 1820 o Cabildo de Montevideu obtém a adesão dos povoados do interior à sua declaração de vontade de incorporar-se aos domínios portugueses da América. Nicolás Herrera se fizera o informante seguro e fidedigno de Lécór que nele se amparou para conduzir a bom termo a conquista lenta do território ambicionado. O historiador uruguaio Pivel Devoto, ao traçar o perfil do comandante português da praça nô-lo descreve como um soldado que depois de haver capitaneado na Europa forças vitoriosas das linhas de Wellington nas lutas anti-napoleônicas, aqui na América se transformara num general de gabinete e que no campo da intriga vencera todas as batalhas. Sain't Hilaire, viajante francês que percorreu o Rio Grande, e Brackenridge, secretário da missão britânica no Rio da Prata em 1820, descrevem a figura de Carlos Frederico Lécór como a de um indivíduo de hábitos elegantes e maneiras distintas, e Lavalleja, em carta a José M. Braz, recomendava-lhe "cuidado com as intrigas do velho astuto". E acrescentava: *Ellas son sus armas y su principal táctica; és un raposo y no un leon*". Com efeito Lécór, que no velho mundo se revelara uma criatura de rasgos leoninos sob a bandeira da Inglaterra em defesa de Portugal invadido por Junot, ao instalar-se em Montevideu metamorfoseou-se num esplêndido e manhoso manobreiro diplomático, perfeito aliciador de simpatias que, em menos de três anos, atraiu para a sua órbita as personalidades mais representativas da cidade, ao extremo de atingir o seu objetivo que era o de dar realidade ao desígnio de D. João: estabelecer a fronteira do Brasil nas barrancas da torrente platina.

"Mediante dádivas y honores – escreve Pivel Devoto no seu alentado e minucioso estudo "El congreso cisplatino" – ganó la voluntad de los hombres; profundo conocedor de las flaquezas humanas, halagó a algunos con promesas y a otros con realidades; repartió cruces y condecoraciones; distribuyó tierras que no eran de su Rey; conquistó a la sociedad de Montevideu con fiestas y saraos; casó a sus oficiales con hijas del país, haciendo él lo propio; seleccionó los hombres para cada cometido; eligió a su gusto los Cabildos, organismos que tenían prestigio popular y que fueron el secreto de su política; e de tal suerte dispuso las cosas que todos los atos de

incorporación a la corona de D. Joao VI o cessiones a favor de ella, parecieron siempre hechos espontaneos, debidos a solicitudes y ruegos de nuestro pueblo, que se lisonjeaba en proclamarlo su Rey.”



Dr. FRANCISCO LLAMBI
(Secretário do Congresso Cisplatino)

Tudo isso não se fez sem as resistências naturais da Espanha. A França, a Inglaterra, a Rússia, a Áustria e a Prússia, a pedido da Espanha, ofereceram a sua mediação para exigir da Corte do Rio de

Janeiro, isso ainda em 1817, esclarecimentos sobre suas intenções no Rio da Prata. Foi precisamente no período decorrido entre aquele ano e o de 1820 que as habilidades de Lécór triunfaram. Em 1821, Silvestre Pinheiro Ferreira transmite a Lécór, Barão de Laguna, instruções para que convoque uma Assembléia na Província Cisplatina, a fim de que resolva sobre o seu futuro. Em Buenos Aires, o acontecimento cria um ambiente de desconfianças. Enquanto na Banda Oriental tudo aponta na direção do Brasil com manifestações de fidelidade à coroa lusitana, na Argentina independente desde 1816, o chefe do governo Martín Rodríguez, em data de 26 de junho de 1821, envia um ofício reservado à Junta de Representantes no qual há trechos que se referem à duplicidade dos portugueses no que concerne ao reconhecimento da independência das Províncias Unidas, com a suspeita de que delas terá de ser desarticulada a Cisplatina. Reza esse documento que "não se sabe se essa última qualidade insidiosa deriva de disposições do Gabinete Brasileiro, ou do governo subalterno de Montevideú; de qualquer maneira se percebe facilmente a tendência que encerra e o desígnio que envolve contra a integralidade territorial da Nação, que se por efeito de desgraçados transtornos está, por enquanto, acidentalmente rompida de fato, sempre se conserva e deve conservar-se de direito".

Aí começa uma situação nova que acelera os acontecimentos para o desfecho de uma guerra. Portugal toma medidas rápidas para a reunião de um Congresso Extraordinário; este se reúne, e por fim, a 18 de julho de 1821 se proclama fundado o Estado Cisplatino incorporado ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (15). Reage a Argentina, que sonha a restauração do vice-reinado do Prata sob o regime republicano.

NA ALVORADA DA EMANCIPAÇÃO

A proclamação da nossa independência em setembro de 1822 encontrou o país numa situação dramática no extremo sul. Aparentemente os argentinos se submeteram aos fatos consumados, mas na realidade não suspenderam o trabalho de sapa (16) no interesse de reaver o que julgava a mutilação de seu território. Por isso mesmo deve-se admitir que não foi obra de acaso a escolha, mais tarde, de Felisberto Caldeira Brant (17) para dirigir as hostilidades contra as forças do General Alvear. Ele servira à nova monarquia como negociador do reconhecimento do Império junto à Corte de S. James. Até 1825 lutou encarniçadamente para vencer os obstáculos britânicos. O primeiro projeto de tratado trazido a debate por Palmela (18) pretendia tirar à independência o caráter de reparação definitiva, sugerindo o absurdo da união das duas coroas. A casa de Bragança continuaria com os direitos ao domínio do Brasil intactos. No fundo, a emancipação seria apenas nominal. Caldeira Brant teve de enfrentar uma diplomacia diabólica e sinuosa que se empenhava em conduzir-nos ao fracasso dos anseios de soberania política. E tais ocorrências, que duraram três anos, se pronunciavam simultaneamente com a reação operada subitamente no Rio da Prata.

Em princípios de 1823, George Canning (19) escrevia ao embaixador Rush, dos Estados Unidos, uma carta, limitando-se aos negócios da Espanha. E dizia: Estimado senhor – Antes de sair da cidade quero deixar-lhe de um modo mais preciso, embora sempre em forma extra-oficial e confidencial, as minhas idéias sobre a questão que discutimos brevemente na última vez em que tive o prazer de vê-lo. Não terá chegado ainda o momento de nossos governos concluírem um acordo sobre as colônias hispano-americanas? E se pudermos ultimar essa combinação, não seria conveniente para nós, e benefício para o mundo inteiro, que os princípios em que se baseasse o nosso pacto ficassem claramente definidos e que os confessássemos sem subterfúgios?

“Pelo que nos diz respeito nada há de oculto.

1º - Consideramos impossível para a Espanha a reconquista das colônias.

2º - Consideramos a questão de seu reconhecimento como Estados independentes sujeita ao tempo e às circunstâncias.

3º - Não estamos apesar disso, dispostos a embarçar um acordo entre elas e a mãe-pátria por meio de negociações amistosas.

4º - Não pretendemos nos apropriar de nenhuma porção dessas colônias.

5º - Não veríamos com indiferença que uma porção delas passasse para o domínio de outra potência.

Se essas opiniões e sentimentos são comuns ao governo seu e ao nosso, como o acredito firmemente, por que vacilarmos em confirmá-los mutuamente, e em fazer declarações à face da terra? Se houvesse uma potência européia que acariciasse outros projetos ou que quisesse apoderar-se das colônias pela força, com o fim de subjugar-las para a Espanha, ou em nome da Espanha, ou que meditasse a aquisição de uma parte delas para si, por cessão ou conquista, a referida declaração do seu e do nosso governo seria o meio mais eficaz e menos violento para manifestar a nossa desaprovação comum a tais projetos.

Ao mesmo tempo acabariam os receios da Espanha no que respeita às colônias que ainda lhe restam, e se poria um termo a uma agitação que é conveniente acabar, estando, como estamos, dispostos a não tirar proveito com nosso estímulo em detrimento da Espanha.

Acredita, que de acordo com os poderes que acaba de receber, esteja devidamente autorizado a entrar em negociações sobre esse particular e firmar uma convenção? E se isso não se encontra dentro de suas faculdades, quereria trocar algumas notas oficiais comigo”?

Essa carta de Canning é um verdadeiro interrogatório, naturalmente com o objetivo de forçar os Estados Unidos à descoberta de sua orientação no que se refere aos novos países saídos da revolução americana que atingia o ponto culminante do seu processo com a independência do Brasil, um dos últimos a libertar-se da tutela européia. A resposta, quem a deu, entretanto, foi James Monroe na sua mensagem de 2 de dezembro, definição de sua política continental, e que assim termina: “Mas com relação aos continentes americanos, as circunstâncias são visivelmente diversas. É impossível que as potências aliadas (a Santa Aliança) prolonguem seu sistema político a qualquer parte deles, sem ameaçar nossa paz e felicidade; nem ninguém pode crer que, entregues aos seus próprios recursos, nossos irmãos do sul o adotam livremente. É, portanto, igualmente impossível que olhemos tal interferência, qualquer que seja ela, com indiferença. Se compararmos as forças e os recursos da Espanha e

das novas repúblicas e a distância entre aquela e estas, será claro que a metrópole nunca poderá sujeitá-las ao seu domínio. É ainda política legítima dos Estados Unidos deixar as partes entregues a si mesmas, na esperança de que as outras potências procedam da mesma forma”.

Dessa data, até ao reconhecimento do Império pela Inglaterra, em 1825, Barbacena teve de por à prova o seu patriotismo em Londres. Palmela lançou mão de todos os recursos da sua notória habilidade para obter a aquiescência dos plenipotenciários da Corte do Rio de Janeiro a um golpe astucioso que frustraria a emancipação para transformá-la num simples depor de armas da nossa parte. Voltaríamos tacitamente ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. O projeto de Palmela não era um tratado de paz de potência a potência e chamava-se “ato de reconciliação”. Aí falava-se claramente em manter o “Brasil indissolúvelmente ligado a Portugal”, em outorgar a D. João VI a “faculdade de empregar a força para impedir a separação”, em tornar o Brasil responsável “por metade da dívida pública da metrópole” e sem direito de nomear diplomatas e cônsules...

O ambiente continua de guerra acesa. 1823 assinala a derrota de Madeira e Melo (20) na Bahia e a aventura gloriosa de John Taylor que leva à boca do Tejo os destroços da esquadra portuguesa vencida no Recôncavo. Em 1824 é a Confederação do Equador que significa a insubmissão da corrente republicana do norte ao regime monárquico gerado no Rio de Janeiro. Finalmente em 1825 a Inglaterra reconhece a nossa independência e é um seu representante que firma o tratado em nome de Portugal...(21)

O CONFLITO NO EXTREMO SUL CONTINUA

A independência não trouxe consigo o apaziguamento interno. No sul as brasas crepitavam sob as cinzas. O mais ligeiro vento, que não tardaria, viria transformá-las em labaredas de incêndio. E foi o que se verificou logo com os primeiros arrancos da independência uruguaia, ao surgirem na arena os famosos Trinta e Três de Lavalleja (22) que sacudiriam a Cisplatina e terminariam por separá-la do Brasil depois de encarniçados combates, em muitos dos quais apareceria Manoel Marques de Souza, sempre galhardo, soldado de raça, a prosseguir na escalada do seu magnífico destino de fidalgo.

Esta proclamação do Visconde de Laguna, Carlos Frederico de Lécor, sob cujas ordens servia Marques de Souza, datada de outubro de 1825, explica a situação:

“Las armas del Império recorren ya vuestros campos para restituir el orden a los Pueblos, y la paz a las familias. Esos aventureros disfrazados con la máscara de la libertad: esos novadores que, imitando la voz del patriotismo, sacrifican la sangre y la fortuna de sus Conciudadanos para elevar-se sobre la miseria publica, van a desaparecer de la Provincia, y no volverán jamás a perturbar el sociego de vuestros hogares. Todo vá a terminar, la revolucion y vuestros conflictos. Un veio impenetrable cubrirá al seducido, y vuestra conducta ulterior marcará el carácter de vuestros sentimientos. Hay yá una fuerza que os protege, y las violencias de los anarquistas no podrán en adelante ser la disculpa de la rebelión. Que el vecino pacifico vuelva al seno de su desamparada familia: – que los honrados militares se incorporen a los Escuadrones del Imperio, y la paz publica quedará consolidada. Ocho dias bastan para los que quieran consultar el honor, el deber, y sus intereses. Después de este plazo, yo no podré salvar a los obstinados de la severidad de la Ley. Abandonad la causa de la anarquia. Ciudadanos: retiraos a vuestras casas y nada temais. Os hablo en nombre de Su MAGESTAD EL IMPERADOR, que solo se ocupa de la felicidad de sus subditos, y de la estabilidad y gloria del Imperio. Vuestras personas y propiedades quedarán siempre bajo su proteccion soberana”.

Pandiá Calógeras no "O Marquês de Barbacena" afirma, com injustiça, que Lécor, "passivo e apático, nada fez para dificultar as relações entre as duas margens", o que não parece exato, a julgar pelo teor da proclamação. Ao mesmo tempo, a sua nota ao ministro João Vieira de Carvalho, futuro Conde de Lajes, dá mostras de que ele vigiava as atividades adversárias e procurava inutilizá-las. Assim reza este documento, também de outubro de 1825: "Segundo dizem os papéis de Buenos Aires, que a v. ex. tenho a honra de enviar inclusos, consta que o General Martin Rodriguez já se acha no Entre-Rios, com os duzentos e quarenta homens, que conduziu daquela cidade, e que estavam em marcha para o mesmo destino: dois Esquadrões de Cavalaria, alguma Infantaria, e duas Peças de Artilharia, além de mais tropas, que as outras províncias devem também enviar para ali, sobre o que espero receber informações circunstanciadas, e a v. ex. participarei o que houver na realidade.

Na inclusa "Gazeta Mercantil" N.º 574, se anuncia em referência a uma carta escrita de "La Paz" a 21 de agosto pp., que Bolívar esperava diariamente os deputados de Buenos Aires, para marchar com o seu Exército a libertar a Província Oriental; e ainda que esta, e outras notícias, que se fazem espalhar, não merecem todo o crédito, é contudo prudente não as desprezar, para estar de prevenção, devendo, em todo o caso, ser-nos mui suspeitosa a reunião de tropas na Província de Entre-Rios, e por isso é de suma necessidade, que a nossa Linha sobre o Uruguai, seja suficientemente guarnecida, como já expus a v. ex. no meu ofício de 12 do corrente.

No Argos N.º 192, achará v. ex. transcrita a carta, que se diz me enviara Lavalleja, sobre o que devo informar a v. ex. que sendo-me a mesma apresentada, e vendo que no sobrescrito se declarava ser "do Governador, e Capitão-General da Província Oriental", eu lha mandei restituir imediatamente, fazendo dizer vocalmente ao portador, que não reconhecendo outro Capitão-General que não fosse feito por S.M.I., não me era dado aceitar semelhante Ofício: O que tudo a v. ex. tenho a honra de comunicar, para que se sirva de o levar ao Excelso Conhecimento de S. M. o Imperador".

Os insucessos dos nossos em Rincón de Las Gallinas (23) foram, evidentemente, devidos à falta de ajuda oportuna vinda do centro, pois Lécor não se cansava de expor a sua situação de fraqueza e de solicitar auxílios rápidos. Eis como ele descreve aquele desastre: "Tenho a honra de enviar a v. ex. para conhecimento de S.M. o Imperador, a cópia inclusa, /N.º 1/, da Parte que Frutuoso

Rivera dirigiu a Lavalleja, acerca das vantagens, que obteve sobre as forças do comando do Coronel Jardim, no Rincão das Gallinas, no dia 24 de setembro pp., e ainda que o general Abreu no seu Ofício de 27 do mês citado/ que acabo de receber e que v. ex. achará na cópia N.º 2/ nada me diga de semelhante acontecimento, não posso contudo deixar de me persuadir de sua realidade, a vista das comunicações que recebi do Vice-Almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, e do Brigadeiro Sebastião Barreto, e que a v. ex. também envio nas cópias N.º 3 e 4. Este sucesso é-nos mais prejudicial, pelo efeito moral, que produz contra nós, animando os insurgentes, achando-se o General Abreu quase a pé, e que depende presentemente para montar a sua tropa, do bom resultado do movimento do Coronel Bento Manoel Ribeiro, de que a v. ex. fez a devida participação em 30 de setembro pp.º; nestes termos eu me vejo obrigado repetir a v. ex. a mesma súplica, que a v. ex. tenho feito nos meus ofícios anteriores, para que obtenha de S.M.I. Haja por bem mandar, que seja remetida para esta Província mais tropa de infantaria, visto que a de cavalaria, que há aqui, acha-se presentemente sem cavalos.

“Como neste Porto não há embarcações que possam ser destinadas à condução do Batalhão de Caçadores da Ilha de Santa Catarina para esta praça, sobre o que o general Abreu se dirige nesta ocasião ao presidente daquela Província/ como v. ex. verá na cópia inclusa do respectivo ofício/ eu julgo que muito conviria que dessa Corte fossem mandados ali os transportes preciosos para o fim indicado, como nesta data rogo a S. M. I. pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha”.

Como se pode observar desses documentos e de outros existentes no Arquivo Nacional, na sua preciosa e opulenta Coleção Cisplatina, Lécór levou meses a escrever para o Rio de Janeiro revelando a fraqueza de suas tropas, dando contas minuciosas do que sabia das atividades contrárias e reclamando reforços que nunca chegavam. Do seu procedimento correto e destemeroso nos diz a correspondência de Nicolas Herrera com Lucas José Obes, que representara a Cisplatina como deputado às Cortes de 1820. Em carta de abril Herrera declara a certa altura: “V. que sabe muito bem o estado do país, a nossa pouca força de espírito público e a opinião geral, fará seus cálculos com mais acerto do que eu. O Barão (Carlos Frederico Lecór) mandou toda a sua força para aqueles pontos, e toma providências ativas e trata de limpar o país de inimigos domésticos; se S. M. não manda mais forças sem demora, penso

melancolicamente, porque parece impossível que sem fortes apoios houvessem aqueles embarcado em tamanha empresa”.

Dr. LUCAS JOSÉ OBES
(Deputado da Província Cisplatina)

A vasta correspondência entre Herrera e Lucas Obes, recolhida no arquivo do historiador uruguaio dr. Francisco N. Oliveres, fornece subsídios para um melhor conhecimento do desenrolar dos fatos e confirma, em grande parte, as informações de Lécór ao Governo do Rio de Janeiro. Os motivos alegados pelo Barão da Laguna para

explicar os insucessos consecutivos das nossas armas nos principais embates coincidem com os relatórios minuciosos de Nicolas Herrera ao ex-deputado Lucas Obes. Herrera mantinha-se vigilante em face dos acontecimentos e estava em contacto com a Argentina de onde lhe vinham notícias frescas que ele logo transmitia a seu correspondente no Brasil.

Em carta de novembro de 1825 escreve ele: "Lavalleja está em Mercedes, e excetuados os trezentos gaúchos de Oribe, não há força alguma da Pátria numa distância de quarenta léguas. De Buenos Aires vêm cartas merecedoras de todo o crédito e que dizem: que o Congresso recebeu em seu seio os deputados da Província Oriental; que reconheceu a legitimidade do governo e demais autoridades constituídas desta Província que já declarou as tropas de Lavalleja como integrantes do Exército Nacional e ordenou que sejam pagas pelo Tesouro da República; que foi suspensa a viagem do deputado nomeado para ir a essa Corte entender-se com Sua Majestade; que ordenou que se escrevesse ao General Bolívar para que suspendesse o envio de tropas que o governo de Buenos Aires lhe pedira; que o General Martin Rodriguez, que se encontra no Arroio China, teve ordem de passar a esta Banda com sua Divisão a que se agregaram as forças que estão descendo do Córdoba, Salta, Tucumán e Mendoza, tomando a sua divisão o título de Exército Auxiliar Pacificador".

É evidente que não faltavam à Corte do Rio de Janeiro elementos para inteirar-se da situação e tomar as providências capazes de frustrar o desmembramento da Cisplatina. Era em vão que Lécór clamava por auxílios necessários a uma resistência eficaz e com probabilidades de êxito. O espírito de luta arrefecia a olhos vistos, e Herrera a isso se reporta nestes termos: "Aqui continua a deserção de pernambucanos, periquitos, baêtas (24), e outros que não são **mantas nem ponchos** (25). Faz quatro dias que vieram ao Cerro (onde há mais de cem homens) uns gaúchos que levaram as mulas do trem e alguns cavalos, havendo surpreendido a avançada em cuja refrega perdemos uma dezena de homens entre mortos, feridos e prisioneiros. Aquele Regimento de Dragões da Província sob o comando do bravo Coronel Pitta já não existe. Os demais incorporaram-se aos bandoleiros, e uns trinta ou quarenta que restavam foi preciso embarcá-los para que não acompanhassem os outros. Entretanto, esse Regimento gastou uma fortuna desde a sua criação, e quando mais se precisou dele desapareceu. Já se vê que

quase todo ele era de gente do país, que entende pouco de Política e chupa o soldo em tempo de paz, e quando há perigo de guerra vai fazê-la aos seus”.

O FIM DAS LUTAS DO PRATA

O terceiro Manoel Marques de Souza, desde o dia em que iniciou a sua carreira ainda menino na garupa do cavalo do avô, nunca mais esteve distante dos cenários de luta no Rio da Prata. Nos primeiros postos serviu sob as ordens de Lécor, e em todos os combates travados durante a permanência das forças brasileiras na Banda Oriental, a sua conduta coloriu-se de heroicidade.

A atmosfera artificial criada pela incorporação daquele pedaço das antigas Províncias Unidas ao Império do Brasil não era de molde a facilitar aos nossos, no momento da ruptura das hostilidades com Buenos Aires, grande liberdade de movimentos. Como já se assinalou antes, à luz dos documentos da época e dos estudos que os pesquisadores fizeram posteriormente, a adesão dos cisplatinos ao ato imperial não passaria de um gesto oportunista e insincero, ditado pela fraqueza, uma atitude conseqüente da impossibilidade de contar, na emergência, com o apoio argentino, antes da vitória espetacular de Ayacucho (26). Tranqüilizado o governo de Buenos Aires após o arremate das suas pugnas com a Espanha, então viria a oportunidade de mudança de rumo e deflagrar, como se deflagrou, a peleja pela recuperação da terra com a sua imediata emancipação. E se alguns uruguaios continuaram aparentemente fiéis à força ocupante, como súbditos virtuais do Império, a verdade é que a maioria só poderia manifestar-se favorável aos caudilhos que irrompiam de todos os lados do pampa desfaldando a flâmula revolucionária da separação.

Os pontos altos dos embates de armas não nos foram, como era lógico, devido às circunstâncias, favoráveis. No terreno diplomático a Inglaterra se batia pela independência uruguaia com todos os seus trunfos. Da parte da Corte do Rio de Janeiro, salientou-se a fragilidade do amparo material ao Barão de Laguna. Caminhava-se, assim, a passos agigantados, para a derrota militar e política. Nem por isso foi menos poderosa e significativa a atuação dos nossos. Nos choques travados, e nos quais Manoel Marques de Souza revelou, em pequenos comandos, as suas esplêndidas virtudes de soldado exemplar, perdemos o terreno conquistado, mas o valor desse bravo avultou, precisamente porque tudo lhe faltava em matéria de auxílios, menos as suas qualidades pessoais de galhardia e intrepidez que

fariam adivinhar o futuro general que levaria a nossa Bandeira à testa de exércitos triunfantes.

A guerra com Buenos Aires, simultaneamente com o movimento revolucionário da independência uruguaia, obrigou o Brasil a redobrar de atividade, e com o fracasso de Massena Rosado (27), mandado para o sul, num gesto infeliz, em substituição ao Barão do Cerro Largo que conhecia o ambiente e possuía qualidades superiores de organizador, confiou-se a direção das operações ao Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, Marquês de Barbacena. Repetiu-se contra ele a campanha de intrigas surdas que sofrera o Barão da Laguna durante a sua permanência em Montevideú. O prestígio com o qual o cercavam o Imperador e quantos constituíam a situação dominante na Corte do Rio de Janeiro, não teve força para impedir que outros elementos perturbassem a remessa de tropas, de acordo com as solicitações reiteradas do alto comando. Soldados e armas, insistentemente pedidos com bastante antecedência, não chegavam. Discutia-se então a necessidade da presença do monarca na zona de guerra, e D. Pedro acabou concordando em que deveria participar direta e pessoalmente dos acontecimentos. Assim, menos de um mês depois da partida de Barbacena, deliberou embarcar, e o fez imediatamente. Prestou serviços, atuou energicamente como era de seu temperamento. Não se demorou, todavia, muito no sul, porque a morte da Imperatriz Leopoldina o obrigou a súbito regresso em janeiro de 1827.

Pode-se positivar que D. Pedro não se descuidava, individualmente, da situação, mas os fatos nada dizem, no seu desenvolvimento, que revele obediência às suas determinações. A sua permanência foi rápida, dado o imprevisto do falecimento da soberana. Ele, no entanto, não andava com o pensamento em cheiro de santidade, pois a sua correspondência o denuncia. No mesmo dia, de Santa Catarina, em novembro de 1826, Pedro I escreve duas cartas, uma endereçada à esposa, e outra à Marquesa de Santos, quase iguais, com ligeiras alterações em alguns trechos. É interessante conhecer-se esses documentos, através de cuja leitura pode-se verificar com segurança que o missivista coroado encontrava tempo, numa fase das mais críticas da vida do Império, para distrair-se com assuntos sentimentais e extra-matrimoniais, o que não depõe a favor do seu senso de responsabilidade. Pelo cuidado que teve em assinalar a hora em que se dava a esse entretenimento amoroso – em ambas as cartas se declara que foram escritas às 5 h e ½ da tarde –

parece que quer dar a impressão de que as redigia ao mesmo tempo...

Qual a primeira? Não se sabe. Reza a dirigida à Imperatriz:

“À D. Leopoldina. – (às 5 h e ½ da tarde).

Sta. Catarina. 29.11.1826.

Minha querida Esposa do meu coração.

Agora neste momento fundíamos com muita boa viagem e o comboio todo junto, e ao largar ferro caiu um Pampeirete(?) com trovoada mas fraca. Esta manhã às 9 horas avistamos uma corveta com bandeira francesa demos-lhe caça por duas horas e meia, não entrando com ela pois ela andava mais voltamos a entrar com o comboio e mandei o Pássaro por excelência que é a fragata Isabel que anda muito e tenho sobejas esperanças que seja agarrado o tal amigo que é uma linda corveta. Pretendo partir para o Rio Grande por ser assim mais conveniente para fazer ir a tropa com brevidade para o Exército. Agora só me resta patentear-lhe por este modo as acerbas saudades que tinha da Imperatriz que pode contar o que é amada do fundo do coração deste seu esposo amante e saudoso. O IMPERADOR. – P.S. Abraços e beijos em todos os nossos queridos filhos, e conte que quanto mais depressa eu puder lá estarei”.

É esta a escrita à Marquesa:

“À D. Domitila. – (às 5h. e ½ da tarde).

Sta. Catarina. – 29.11.1826.

Minha querida filha e amiga do meu coração.

Neste momento fundíamos com muito boa viagem e com o comboio todo junto ao largar ferro caiu um Pampeirete com trovoada; mas fraca. Esta manhã às nove horas avistamos uma corveta com bandeira francesa demos-lhe caça por duas horas e meia, e não entrando com ela pois andava mais voltamos a entrar com o comboio. Mandei o Pássaro por excelência que é a fragata Isabel que tendo este nome não podia ser má e anda muito, e tenho sobejas esperanças que seja agarrado o tal inimigo que é uma linda corveta, e esteve tão perto da nau como pode ser de tua casa da ilha da Cachaça. Pretendo partir se Deus quiser depois de amanhã para o Rio Grande pois assim farei que com mais facilidade a tropa se vá incorporar ao Exército. Não te posso explicar minha filha as acerbas saudades que dilaceram o coração de teu constante, fiel saudoso

filho. Nada mais digo senão que sou só teu, e do mesmo modo, quer esteja no céu, no inferno ou não sei aonde, Tu existes e existirás sempre em minha lembrança, e não se passa um momento que meu coração me não doa de saudades tuas, e da nossa querida Bela em quem darás mil beijos e abraços de minha parte. Recomenda-me e nhá Cândida &, e acredite que sou o mesmo teu amante filho e amigo fiel constante desvelado agradecido, e verdadeiro e saudoso por estar de ti ausente. O IMPERADOR”.

Os acontecimentos se precipitavam para o epílogo do Passo do Rosário e o reconhecimento da independência uruguaia, fecho das campanhas do sul com as ex-colônias hispânicas, mas não o termo definitivo do conflito que mais tarde repontaria em outros lugares e a desafiar as nossas forças em resguardo da integridade brasileira. Vários historiadores patricios examinaram, de pontos de vista diversos, o episódio a que se deu o nome de “batalha indecisa”. O General Tasso Fragoso estuda no seu livro famoso “A batalha do Passo do Rosário”. Calógeras, no seu perfil do Marquês de Barbacena, a ele se reporta em tom diferente. J.C. de Macedo Soares em “Os falsos troféus de Ituzaingó” descreve a verdadeira acepção dessas prendas de guerra que passaram das carretas e dos depósitos onde se encontravam para a glória dos museus sem que houvessem sido arrancadas das mãos de inimigos nos campos de peleja. Mas afigura-se-nos a melhor interpretação a do General F. de Paula Cidade na sua esplêndida e minuciosa obra “Lutas ao sul do Brasil com os espanhóis e seus descendentes”. “O problema estratégico – afirma Paula Cidade – que se deparava a Barbacena vinha mal colocado desde o começo. Dadas as posições relativas das forças em presença, as comunicações brasileiras estavam comprometidas mesmo antes de ser disparado o primeiro tiro. Num caso como esse, em que o Exército se encontrava espalhado, a sua reunião, no caso de um avanço do inimigo em massa, devia fazer-se recuando e não avançando numa direção perigosa, o que não era possível com o inimigo em Durazno-Arroio Grande e a nossa ala direita em Santana. A região de S. Gabriel, e não a de Santana, respondia, sob quase todos os pontos de vista, a essa condição.

“A ordem de marcha de Barbacena, quando deixou Santana, mostra que ele não foi bem informado em relação aos técnicos de que se cercou ao sair do Rio de Janeiro. Ressurgem ali bizantinices (28)

havia muito esquecidas na Europa e jamais usadas na América do Sul. A coluna não parece organizada para passar, em caso de encontro com o inimigo, da ordem de marcha para um dispositivo racional de combate. Já se encontra, dentro dos moldes da falecida tática linear, com o seu dispositivo único, que serve tanto para o ataque como para a defesa, que se há de empregar em qualquer terreno, plano ou acidentado, coberto de mato ou de gramíneas. Nesse particular, os lutadores indisciplinados das coxilhas levariam inegável vantagem, perguntando a si mesmos: De que se trata? E agindo em consequência das necessidades do momento.

"E Alvear, por que fracassou? Lutava ele com grandes dificuldades, que acreditava fossem maiores do que as do inimigo.....

"Tão mal informado em relação aos brasileiros como Barbacena a respeito dos platinos, fez muito pior emprego de sua cavalaria do que o seu adversário. Operava às cegas e sem uma idéia operativa a que se apegasse firmemente. A história mostra que todos os grandes capitães, de posse de um certo número de informações formam um quadro mental da situação e tomam uma resolução que é o fio condutor de tudo quanto fazem nos domínios operativos.....

"No entanto, o que se viu foi Alvear, depois de fixar determinada modalidade operativa, aliás muito apropriada à situação, não se agarrar à idéia fundamental que para tanto exigia agilidade mental, marchas rápidas e sob quaisquer condições atmosféricas, vontade – enfim – de lutar, de vencer ou morrer.

"São os próprios chefes de Corpos, que serviam sob as ordens de Alvear, que se queixam de frouxidão das medidas de execução determinadas pelo comandante em chefe, pois no fim de vinte dias de marcha o exército platino ainda não havia percorrido quarenta léguas, o que dava menos de duas léguas por dia. Para quem queria surpreender estrategicamente o inimigo, isso era um absurdo. Queixam-se geralmente da incompetência de Alvear, o que talvez seja um exagero. Mas a verdade é que a própria retirada das tropas brasileiras de Santana, onde estariam perdidas se permanecessem, foi considerada por Alvear um movimento ofensivo: "...el ejército enemigo salido de Santana, informa ele às suas tropas, no dia 23 de janeiro, está em plena marcha sobre nosotros". Noutra ocasião ouvem-se os ruídos de uma trovoadas e o comandante em chefe

platino acredita que sejam troar de canhões e tiros de fuzis. Toma medidas contra esse inimigo fantástico!”

Assim, com uma batalha que se resumiu a escaramuças e a avanços e recuos das forças de ambos os lados (29), encerrou-se o período de inquietação no extremo sul e a 27 de agosto de 1828 firmava-se no Rio de Janeiro a Convenção Preliminar da Paz entre a Argentina e o Brasil, fiadores por esse documento da independência do Uruguai, a nova nação que surgia desse conflito, desmembrada do nosso território, como antes já fora do grupo das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Manoel Marques de Souza, que atravessou mais de um decênio da sua existência nesse cenário de fogo aí forjou as suas armas para a carreira que seguiria em ascensão. E vê-lo-emos reaparecer, desta feita com maior relevo, na revolução Farroupilha, irrompida em 1835. Aí, como antes e fiel ao lema de seus antepassados, está na estacada a serviço da legalidade.

CARLOS MAUL

Nasceu em Petrópolis (RJ), a 2 de setembro de 1889, filho de Guilherme Maul e D. Guilhermina Maul. Estreou, em 1910, com o livro de versos *Estro*. Cultivou o jornalismo, o teatro e o conto. Foi Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro. Colaborou no *Correio da Manhã* (GB). Membro da Academia Fluminense de Letras. Bibliografia (principais obras): *Estro*, 1910. *Canto primaveril*, 1913. *A marcha do gigante* (cinco edições). *Poemas antigos e modernos*, 1935. *Canto novo*. *Alguns poemas de Walt Whitman*. *A morte da emoção* 1915. *História da Independência do Brasil* (três edições). *No tempo da Coroa*, 1932. *O homem que se esqueceu de si mesmo*, 1932. *História do Brasil*, 1933. *Nacionalismo e comunismo*, 1936. *A Marquesa de Santos* (5 edições). *A Marquesa de Santos*, 1940. *Florianópolis*, 1939 e 1940. *Getúlio Vargas, homem do seu meio e do seu tempo*, 1941. *Um centauro de luvas*, 1940. *Pedro Américo, pintor do heroísmo brasileiro*, 1940. *As fontes brasileiras do pan-americanismo*, 1941. *Estudos brasileiros*, 1948. *O exército e a nacionalidade*, 1950. *Conde Porto-Alegre*, em colab. com os generais De Paranhos Antunes e Jaime Ribeiro da Graça, 1952. *Euclides da Cunha*, 1956. *Os franceses no Rio de Janeiro.. O Rio da bela época*, Rio de Janeiro, 1967. Teatro:

Antígona (tragédia). *Tábua de salvação* (comédia) 1925. *Facundo*, de Sarmiento (tradução-Biblioteca Militar), *A marcha do gigante*, Rio de Janeiro, 1972.

Bibliografia da Primeira Parte

"La Infanta Carlota Joaquina y la política de España en América" – J.M.Rubio.

"D. João VI no Brasil" – Oliveira Lima.

"Lutas ao sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes" – General F. de Paula Cidade.

"Explicação da História pela Geografia" - General F. de Paula Cidade.

"O Exército nas campanhas cisplatinas" – General Souza Docca.

"Correspondência do Visconde da Laguna" – Revista do Instituto Histórico do Uruguai.

"O Visconde de Barbacena" – Pandiá Calógeras.

"O Condado de Porto Alegre" – Castilhos Goycochêa.

"El Congresso Cisplatino" – J. E. Pivel Devoto.

"Revista do Instituto Histórico do Uruguai".

"Vida do Conde de Porto Alegre" – Alfredo Ferreira Rodrigues.

"A batalha do Passo do Rosário" – General Tasso Fragoso.

"Os falsos troféus de Ituzaingó" – J. C. de Macedo Soares.

"O Brasil em face do Prata" – Gustavo Barroso.

"História Militar do Brasil" – Gustavo Barroso.

COMENTÁRIOS À PRIMEIRA PARTE

Pelo Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis

- (1) Coleção de escritos em homenagem à homem ilustre.
- (2) Animal irracional.
- (3) Tratado de Tordesilhas, de 1494, entre Portugal e Espanha, dividiu o mundo em duas partes, Leste (Espanha) e Oeste (Portugal).
- (4) Tratado de Santo Ildefonso, entre Portugal e Espanha. Esta fica com a Colônia de Sacramento e as Missões. Portugal fica com a Ilha de Santa Catarina.
- (5) Antigo Vice-Reinado do Rio da Prata.
- (6) Cidade fundada por portugueses em 1680 na margem oriental do Rio da Prata, foi inicialmente batizada de Lusitânia, depois Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, hoje Colônia, no Uruguai.
- (7) Área na margem esquerda (oriental) do Rio da Prata. Atual Uruguai.
- (8) s.a.r. é abreviatura de Sua Alteza Real.
- (9) Dom Antônio Luiz Pereira da Cunha, Marquês de Inhambupe, cidade baiana.
- (10) Tratava-se do Tenente-General Carlos Frederico de Lecór, Visconde de Laguna.
- (11) Aquele que sofreu contusão, contundido.
- (12) Semblante, aspecto, aparência.
- (13) Primeira intervenção do Império na Banda Oriental com o Exército Observador (depois Pacificador) comandado por Dom Diogo de Souza. Esta intervenção foi realizada por solicitação de Dom Xavier Hélio, governador espanhol de Montevidéo, à Dona Carlota Joaquina, esposa de Dom João. Montevidéo estava ameaçada pelas forças de Dom Gervásio Artigas. Dona Carlota Joaquina, era espanhola, filha e irmã, respectivamente, dos reis Carlos IV e Fernando VII, presos por Napoleão na Entrevista de Bayonne (França) em 1808. Esta prisão desencadeou os movimentos emancipacionistas das colônias espanholas na América. Com o Exército Pacificador, o Império visou também proteger as fronteiras gaúchas, ameaçadas por Artigas. Esta intervenção foi em 1811 e não 1814.
- (14) Trata-se do fidalgo português Dom Luís Telles da Silva Caminha e Menezes, 5º Marquês de Alegrete, fundador da cidade gaúcha de Alegrete. Era governador do RS.

(15) Foi o Tratado de Incorporação da Cisplatina, celebrado entre o Império e o Cabildo de Montevidéo, sob protesto dos povos uruguaio e argentino. A Banda Oriental foi incorporada ao Império do Brasil com o nome de Província Cisplatina.

(16) Expressão militar usada nas Operações Defensivas. Consiste em preparar o terreno para instalar armas e combatentes e assim resistir ao ataque inimigo.

(17) Trata-se do Marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta, comandante brasileiro na Batalha do Passo do Rosário (20 de fevereiro de 1827).

(18) Trata-se do Duque de Palmela, Dom Pedro de Souza Holstein, Secretário dos Negócios e da Fazenda do Reino Português.

(19) George Canning, estadista inglês, conhecido pelo pioneirismo na defesa do princípio da não-intervenção nos assuntos internos de outros estados. Nomeado subsecretário do Exterior (1796) e ministro do Exterior (1807), apoiou a resistência espanhola a Napoleão. Foi nomeado ministro do Exterior (1822) e líder da Câmara dos Comuns. Posicionou-se contra a *Santa Aliança* e favorável ao reconhecimento da independência dos países latino-americanos, fazendo inclusive importantes e hábeis gestões diplomáticas pelo reconhecimento da independência do Brasil.

(20) Trata-se do Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Mello, português, Governador e Comandante das Armas da Bahia, que revoltou-se com suas tropas contra a independência do Brasil. Foi vencido pelo então Coronel José Joaquim de Lima e Silva, pai do Duque de Caxias.

(21) A Inglaterra assinou um tratado com o Império, no qual reconheceu a independência em troca da garantia de continuidade de seus privilégios no Brasil. Portugal também foi favorecido nesse tratado, pois o Brasil se comprometeu a pagar o empréstimo tomado pelo governo português em Londres para financiar a Guerra da Independência e indenizar o rei de Portugal pelas propriedades tomadas pela guerra. O representante inglês era Sir Charles Stuart, 1º Conde de Machico e 1º Marquês de Angra (Portugal).

(22) Em 1825, Juan Antonio Lavalleja desembarca na Praia de Agraciada (margem oriental do Prata, ao sul de Mercedes) com mais 32 companheiros, formando os "Treinta y três orientales" e iniciando a luta pela incorporação da Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata. Em 10 de dezembro o Império declara guerra e bloqueia o Porto de Buenos Aires. Inicia-se a Guerra da Cisplatina.

(23) A Batalha de Rincão de Galinhas (Rincón de Gallinas), para os uruguaios Batalla Del Rincón, foi vencida pelos orientais, comandados por Frutuoso Rivera. Nesta batalha morreu o Ten Cel José Luiz Menna Barreto.

(24) Baêta, ou baeta: alcunha antigamente aplicada aos habitantes e/ou oriundos de Minas Gerais.

(25) O poncho é uma espécie de capa com abertura no centro para enfiar a cabeça. Serve como proteção para o frio, chuva, etc. e serve também como manta para o pernoite. A expressão "nem manta nem poncho" significa que não serve para nenhuma das duas finalidades, ou seja, imprestável.

(26) A Batalha de Ayacucho foi a 09Dez1824 no Peru, onde os espanhóis foram derrotados pelas tropas do General Antonio José de Sucre. Esta vitória consolidou a independência das nações hispano-americanas.

(27) O Brigadeiro Francisco de Paula Massena Rosado substituiu, no governo das Armas do Rio Grande do Sul, o Marechal José de Abreu, Barão do Cerro Largo.

(28) Bizantinice: coisa sem importância, futilidade, discussão estéril.

(29) Manoel Marques de Souza III participou da Batalha do Passo do Rosário (20Fev1827), sob as ordens do Brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto, comandante da divisão à qual pertencia o tenente Marques de Souza e que foi a que primeiro investiu contra o inimigo. Da parte daquele brigadeiro sobre a mesma batalha, consta: "Os oficiais empregados às minhas ordens, Manoel Marques de Souza, tenente do estado-maior do exército, e Francisco Félix da Fonseca, tenente do batalhão de caçadores 23, cumpriram com seus deveres. Contudo, suplico de V. Exa. todo o favor e justiça pelo tenente Manoel Marques de Souza, pois muito me coadjuvou.

2ª Parte

do TC De Paranhos Antunes¹

I – Na Revolução de 1835

II – Sob o Comando de Caxias

III – Emissário de Caxias

IV – Brasão e Genealogia do Conde de Porto Alegre

V – O Conde de Porto Alegre e a Política

As notas do autor estão com números entre parênteses (1) e as do anotador, ao final desta parte, em números em negrito **1**

NA REVOLUÇÃO DE 35

A 20 de setembro de 1835 iniciava-se a revolução dos Farrapos, **2** com a entrada do Coronel Bento Gonçalves da Silva em Porto Alegre. O desgosto dos gaúchos vinha de longe, desde a batalha do Passo do Rosário **3**, mal conduzida, até as agitações que antecederam e precederam a abdicação de D. Pedro I, com a luta entre liberais e caramurus, além de causas econômicas como se vê do manifesto de Bento Gonçalves. A má administração do presidente da Província, dr. Fernandes Braga, que dera mão forte aos **retrogrados**, precipitou os acontecimentos.

Fugindo de Porto Alegre, Fernandes Braga foi estabelecer seu governo na cidade do Rio Grande, vendo-se desamparado de quase todos os chefes militares da Província. Entre os poucos que ficaram fiéis à autoridade constituída, entretanto, estava o Major Manoel Marques de Souza. Ao lado do Tenente-Coronel João da Silva Tavares tratou de reunir elementos e sabendo de junções rebeldes no Arroio Grande seguiu para ali, com aquele chefe, juntos derrotando o cunhado de Bento Gonçalves, Manoel Antunes da Porciúncula, a 13 de outubro de 1835 (1). Três dias depois, Silva Tavares, seu companheiro, era batido por Antonio Neto no Passo do Retiro, enquanto Marques de Souza conseguia chegar à cidade do Rio Grande com seus comandados.

Vendo-se ameaçado, no Rio Grande, Fernandes Braga, embarcou para o Rio, levando em sua comitiva, o Major Marques de Souza.

Afim de ver se apaziguava os ânimos dos gaúchos, o governo regencial demitiu o dr. Fernandes Braga da Presidência da Província e nomeou para substituí-lo o dr. José de Araújo Ribeiro, futuro Visconde do Rio Grande. O novo presidente, todavia, desconfiando dos rebeldes, não quis tomar posse do governo perante a Assembléia Provincial de Porto Alegre, fazendo-o de modo irregular perante a Câmara Municipal da cidade do Rio Grande (15 de janeiro de 1836). Os partidários de Bento Gonçalves protestaram contra o ato e Araújo

Ribeiro começou a perseguir os cabeças da sedição, auxiliado pelo Coronel Bento Manoel Ribeiro **4** que atraíra para o seu lado.

Na Corte, o major Marques de Souza manifestou desejo de retornar imediatamente para os pagos, no que foi satisfeito, seguindo em março com um pequeno contingente de oitenta praças do 1º de Caçadores para Pelotas, onde assumiu o comando da guarnição. Mal havia tomado as primeiras medidas para a defesa da localidade, quando se viu atacado tendo de capitular, visto como o Coronel Albano que fora destacado para Pelotas, para auxiliar a sua defesa, achar-se ausente. Documento coevo assim narra o acontecimento:

“O Coronel Albano, tendo notícia de que os rebeldes haviam sofrido derrota, e constando-lhe que João Manoel de Lima se achava nas imediações de Piratini, saiu de Pelotas nos primeiros dias de abril, com tenção de surpreender aquele caudilho; porém, segundo dizem, foi atraído pelos seus bombeiros, que assim mal o informaram. Achando-se pois este ausente de Pelotas com perto de duzentos homens de Cavalaria, o major Manoel Marques, que em sua ausência ficou comandando a Infantaria, na cidade, se viu à meia noite de 6 de abril cercado por uma força rebelde de quinhentos homens comandados por Lima e Neto, os quais a marchas forçadas tinham partido de Bagé, depois da derrota de Corte Real, e de propósito a fazer esta empresa; não tendo aquele como resistir-lhes, e mesmo pouca confiança naqueles oficiais e praças, capitulou imediatamente: o valoroso Coronel Albano sabendo que uma força se dirigia à cidade, porém ignorando seu número, regressou na manhã de 7 com tenções de salvar a Infantaria, e nos subúrbios foi vigorosamente atacado, ficando sua gente derrotada e ele prisioneiro junto ao Passo dos Negros, quando pretendia salvar-se a nado; este campeão da legalidade dali a dias foi atrozmente assassinado, por ordem de Bento Gonçalves” **5** (2).

A capitulação de Marques de Souza não foi tão rápida como a faz supor o cronista supra.

Eis o depoimento de Alfredo Ferreira Rodrigues, historiador probo, que reuniu o maior documentário sobre a grande revolução Farroupilha:

“Vendo-se na impossibilidade de resistir a forças muito superiores tentou o major legalista ganhar tempo. Fortificou-se em um sobrado e aí procurou resistir até a volta de Albano, mas teve de capitular, entregando-se prisioneiro com garantia de vida para todos. No dia seguinte, o Coronel Albano, que vinha em socorro de Pelotas, foi batido e aprisionado no Passo dos Negros, no São Gonçalo, a pequena distância da cidade” (3). **6**

Os prisioneiros foram conduzidos para Porto Alegre, sendo Marques de Souza recolhido à "**presiganga**", espécie de pontão flutuante, servindo de prisão, não sem antes ter assistido em caminho à execução de Albano, seu companheiro de infortúnio. Além de Bento Gonçalves, que se achava sem ligação com aquela força, foi acusado de mandante da execução o Coronel Lima e Silva, o que também não é crível, porque se Lima e Silva o quisesse matar tê-lo-ia feito na ocasião em que o aprisionou. Parece que se tratou de uma vingança por questões antigas.

MONUMENTO EXISTENTE NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

Ali, naquela prisão úmida e pouco higiênica, adquiriu Marques de Souza pertinaz reumatismo articular que muito o supliciou pelo resto da vida. Mesmo assim, o audacioso major começou a conspirar com seus companheiros, conseguindo interessar alguns homens da guarda, por meio dos quais fez ligação com outros chefes influentes da capital. Isto resultou numa contra revolução, chefiada por Marques de Souza que rapidamente se apoderou de Porto Alegre, a 15 de junho de 1836, sendo preso os farroupilhas.

“Na praça restaurada, escreveu A Ferreira Rodrigues, tudo era agitação. Apressadamente se construíram trincheiras de madeira, no meio de constantes sobressaltos da população. De fato, Bento Manoel não podia acudir com presteza, por estar perto da fronteira. Do Rio Grande não podiam chegar socorros, pois a entrada do Guaíba estava defendida pelos fortes de Itapuã e da ilha do Junco, em poder dos Farrapos. A todos dava ânimo Manoel Marques de Souza, nomeado major da praça. Aparecia em todos os pontos a todos os instantes, risonho, animador e confiado em suas próprias forças e nos exíguos recursos da cidade”.

“A capital ia atravessar época de duras provações, tendo de repelir seguidamente assaltos dos revolucionários. No dia 18 foi atacada por água e no dia 27 apresentou-se, intimando rendição, o Coronel Bento Gonçalves, que tinha vindo da campanha para reconquistá-la. O assalto levado no dia 30 foi repellido com vantagem”.

“Bento Gonçalves retirou-se para o Viamão, conservando a cidade em rigoroso cerco. Nos assaltos de 18 e 30 muito se distinguiu o Major Marques, que ainda tomou parte nos combates de 15 e 20 de julho”. **7**

Em consideração à reconquista de Porto Alegre, graças ao atrevido golpe de Marques de Souza, o Governo Imperial deu à capital gaúcha, em decreto especial, o título de **muito leal e valorosa**. E mais tarde, quando quis galardoar o herói com um título nobiliárquico fê-lo Barão de Porto Alegre. **8**

A saúde do soldado, todavia, ficara muito abalada, quer pelas privações que sofrera a bordo da “Presiganga”, quer pelas emoções que vivera para restaurar a ordem legal em Porto Alegre. Requereu por isso, licença para tratar-se, seguindo para a Europa em meados de 1837.

De volta da Europa, custou a ser premiado o bravo chefe, pois, somente a 20 de agosto de 1838, foi graduado em Tenente-Coronel,

mas, não se conformando com a recompensa requereu ao Imperador a efetivação naquele posto, fazendo, para isso, um retrospecto de suas atividades, desde o início da revolução, requerimento este que se encontra no Arquivo do Exército.

Eis a exposição de Marques de Souza:

"Mal despontou na Província a desastrosa sedição de 20 de setembro de 1835, que o suplicante tratou de por em ação todos os meios ao seu alcance para se lhe opor. Cumpriu um dever, mas podia deixar de fazê-lo, sem por isso ser increpado, ou tornar-se criminoso, quando os seus esforços eram senão inúteis, demasiado fracos; quando era, por assim dizer, só; quando o próprio comandante das Armas, não lhe valendo nem o prestígio pessoal, nem o do emprego, se via forçado a refugiar-se em país estrangeiro; quando, em suma, a primeira autoridade, cedendo à força da torrente revolucionária, abandonava a Província. Em tais circunstâncias e a considerações tão poderosas prevaleceu no suplicante a fidelidade ao trono e à Pátria. Passou a reunir a gente que pode e apressou-se a fazer junção com a reunida por João de Silva Tavares. Realizada ela, foram os rebeldes completamente derrotados, sobre as margens do Arroio Grande, no dia 14 de outubro seguinte. Vingou não obstante a revolução e vendo-se em consequência, a pequena força de que fazia parte o suplicante, única legal na Província, a braços com as rebeldes, todas juntas, foi de necessidade dispersar-se para se não derramar mais sangue inutilmente.

Assim acompanhando-a o suplicante até a última hora, já dificilmente salvou a vida. Seguiu através de mil perigos e chegou à barra da Província já quando embarcado e sobre velas estava o presidente prestes a deixá-la: Um momento mais e o suplicante seria vítima daqueles a quem oito dias antes havia batido. Emigrou, pois; mas emigrou contando uma vitória a favor da legalidade; e no caso do suplicante, senhor, só se acha o referido João da Silva Tavares. Na Corte não poupou menos o suplicante para tornar as fileiras que primeiro formara. Organizada a expedição que partiu desta Corte em 8 de março de 1836, marchou com ela e chegando à Província foi nomeado comandante militar da cidade de Pelotas, tendo sob suas ordens sessenta e oitenta homens do 1º batalhão de Caçadores. Havia apenas entrado no exercício destas funções, quando o rebelde Neto, à testa de seiscentos homens, atacou o ponto e destroçou a força comandada pelo Coronel Albano de Oliveira Bueno, ficando este prisioneiro, bem como o suplicante com aquele fraco destacamento de

soldados bisonhos. Qual a sua triste situação durante a marcha até Porto Alegre é fácil de ajuizar pelo fim que teve o infeliz Coronel assassinado em caminho.

Lançado no porão da "Presiganga" se viu o suplicante entregue a todos os incômodos e horrores de uma prisão imunda e perigosa, onde era a cada passo ameaçado de igual sorte, se, por qualquer modo, buscasse subtrair-se à tamanha penúria e absoluta falta do necessário. Entretanto, intentavam alguns abnegados legalistas restabelecer o império da Lei e conhecendo os sentimentos do suplicante não hesitavam em consultá-lo e iniciá-lo em seus projetos. Mais de uma vez, por falência de meios, abortaram os planos e mais de uma vez teve por isso o suplicante a sua vida em risco iminente. O bárbaro assassinato do Coronel Vicente Freire, pelo mesmo motivo, não o fez fraquear; e arrostando os inúmeros perigos a que se achava exposto, não desistiu de seu intento: continuou do fundo da masmorra a trabalhar com os seus beneméritos companheiros e a força de trabalhosas diligências fizeram aparecer a reação de 13 de junho de 1836.

Efetuada esse movimento de tanto interesse para a causa da legalidade, cumpria a todo transe ser sustentado. Até então só haviam pelo governo a cidade do Rio Grande e a Vila do Norte, sitiadas; e o ex-comandante das armas, Bento Manoel, divagando na campanha sem destino nem guarida, com uma força composta de homens desacoroçoados por desarmados e nus; tudo o mais era presa da anarquia. Eram, portanto, precisos esforços desesperados e eles se fizeram. Quatrocentos homens incompletos sem comer, sem armas, sem suficientes munições, eis toda a defesa de Porto Alegre. Reuniram os rebeldes todas as forças, e quase em número de três mil assaltaram a cidade. Si a empresa tinha sido temerária, a sua defesa foi heróica. Estes bravos praticaram atos de heroísmo pouco vistos e tornaram para sempre memoráveis os dias 30 de junho e 20 de julho.

Dizer, senhor, que teve a honra de comandar aqueles beneméritos nos dois renhidos combates; que à sua frente nas miseráveis circunstâncias ponderadas, sem socorro nem esperança de havê-lo, atacada a capital simultaneamente por mar e terra, teve a glória de salvá-la e com ela a Província; que na qualidade de major da praça fez todo o serviço que compete a todas as graduações e empregos militares precisos em ponto sólido; diz o suplicante quanto basta para merecer a atenção de V.M.I., que solicito, tem remunerado os defensores da legalidade".

O requerimento de Marques de Souza é uma página histórica de alto valor. Sem exagerar nem vangloriar-se soube, de modo conciso, dizer o que havia feito em defesa do trono para pedir aquilo que julgava merecer. Deferindo-o, o Imperador, três meses depois, a 2 de dezembro, efetivava-o no posto de Tenente-Coronel. A revolução, entretanto, recrudescera no sul. Os Farrapos proclamaram a República, tentavam organizá-la, obtinham a adesão de Bento Manoel Ribeiro e invadiam Santa Catarina. **9**

Partindo para o teatro da luta, teve, entretanto, que continuar todo o ano de 1839 em tratamento de saúde, em sua terra natal, a cidade do Rio Grande, só retornando à atividade militar em 1840, quando assumiu o comando do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira.

Muito breve vamos encontrá-lo no teatro da luta.

(1) Eis a comunicação de Marques de Souza: "Ilmº e Exmo Sr. – A causa da legalidade acaba de obter um triunfo, cujas conseqüências devem ser infalivelmente, o breve aniquilamento dos facciosos. Ontem às duas horas da tarde, passamos com forças do comando do bravo patriota Tenente-Coronel João da Silva Tavares, e as forças do meu comando, e às quatro horas procuramos descobrir os facciosos, os quais encontramos em número de quatrocentos e mais homens, junto ao Arroio de S. Lourenço, na proximidade da fazenda do cidadão Francisco Vieira Braga. Não obstante ser superior a força dos facciosos em número, a justiça da Sagrada Causa, que sustentamos, e a presença dos inimigos de nossa cara Pátria fez duplicar a firme disposição em que estão estes brasileiros patriotas de sustentar a lei a todo transe. A injustiça da causa dos facciosos os desanimou inteiramente com a nossa presença; e a vitória se declarava para nós, porém era preciso lançar mão dos meios de os enganar, e dar mais uma prova de não ambicionarmos outro triunfo senão o da Lei. – De combinação com o Tenente-Coronel Silva Tavares, eu fui a fala propor ao comandante dos facciosos Capitão Manoel Antunes da Porciúncula, que não empregáramos a força se ele e seus oficiais dessem suas palavras de abandonarem as armas dos facciosos; deixassem retirar a suas casas os homens que à força a maior parte, e outros iludidos, haviam feito pegar em armas, e que nos fosse entregue o Piquete, que existia em Porto Alegre composto de peças do Segundo Corpo de Cavalaria; porém desgraçadamente a ambição lhes havia cerrado os ouvidos à voz da razão: eles não anuíram. Sendo então cinco horas e meia, esgotados os inícios de brandura, foi preciso entrar em ação. O comandante dos facciosos deu sinal de combate, ressoaram os vivas à legalidade nas nossas fileiras, avançamos, os facciosos fugiram, e a vitória foi completa em cinco minutos, custando às nossas forças a lamentável perda de dois bravos da legalidade, que morreram, e dez feridos levemente, e dos facciosos contamos no campo quarenta e tantos mortos, fizemos oito prisioneiros, passaram dois e tomamos muito armamento. Ao bravo Tenente-Coronel Silva e a seus oficiais e soldados irresistíveis se deve o triunfo que teve neste dia a causa da legalidade. Seria impossível descrever a coragem e devido ânimo de tão bravo patriota na carga que fizeram de espada na mão: os seus feitos excedem a qualquer elogio que lhes queira tecer. Deus guarde a v. excia. Acampamento volante da Feitoria 14 de outubro de 1835. Ilmº e Exmo. Sr. Presidente da Província. Manoel Marques de Souza. Major comandante das forças legais estacionadas no Arroio Grande.

(2) "Apontamentos sobre a revolução do Rio Grande até o deplorável ataque de Rio Pardo", por Lobo Barreto.

(3) "Biografia do Conde de Porto Alegre", por Alfredo Ferreira Rodrigues.

SOB O COMANDO DE CAXIAS

Enquanto os Farrapos procuravam organizar a efêmera República, regularizando a administração, e convocando uma Assembléia Constituinte, os imperiais continuavam a hostilizá-los por todos os modos, procurando enfraquecê-los.

A 16 de setembro de 1841, o Tenente-Coronel Marques desbaratava a força de José Luiz Daniel, na Várzea do Varejão, sendo elogiado pelo Conde de Rio Pardo, comandante em chefe das armas imperiais. Por tal motivo foi promovido a Coronel a 27 de março do ano seguinte.¹⁰

Em fins de 1842, assumia Caxias o comando em chefe das forças legais, trazendo com o seu prestígio enorme alento aos imperiais. Espírito organizador procurou, logo, dar aos seus comandados os recursos que precisavam em armas e equipamentos, ao mesmo tempo que tentava reunir o maior número possível de cavalos, quer requisitando-os dos estancieiros, quer adquirindo-os no Uruguai, porque bem compreendia o valor do cavalo nas planícies gaúchas. **11**

Organizou o Exército Imperial em 3 Divisões, a primeira e a segunda com 3 Brigadas, e a última com 4. Fazendo parte da 1ª Divisão, foi criada a 7ª. Brigada, sob o comando do Coronel Manoel Marques de Souza, composta do 2º. Regimento de Cavalaria Ligeira, 5º Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais e Esquadrões do Faxinal, Triunfo e São Leopoldo. Como se vê, era uma Brigada móvel, de Cavalaria, em condições de operar na campanha gaúcha, em qualquer direção. "Os republicanos tentaram então apoderar-se das cavalhadas que Caxias acumulava no Rincão dos Touros, à margem direita do S. Gonçalo (junho de 1843). Sabedor do plano, Caxias moveu-se de seu acampamento em direção ao Camacã e daí destacou com uma força de mil homens o Coronel Marques para impedir a execução do projeto dos contrários. Chegando a Pelotas, soube Marques que o governo da República voltara para Piratini. Marchou apressadamente para ali, entrou na vila, horas antes abandonada pelo governo, bateu a força que encontrou, fazendo opulenta presa de armas e munições".

“Depois de ter percorrido todo o território entre a Lagoa Mirim e o oceano até o Arroio Chuí, a 6 de setembro incorporou-se a Caxias levando mais quatro mil cavalos (4).

Caxias era chefe que quando dava a missão dava também os meios. Para o cumprimento do que havia determinado a Marques de Souza pôs o Batalhão de Caçadores Nº 8, da guarnição do Rio Grande à disposição de sua Brigada e mandou vestir, armar e municiar convenientemente toda a tropa. Como complemento, deu ao Coronel Marques de Souza a seguinte autorização:

“Fica Vmce. autorizado para em meu nome ordenar ao comandante das forças navais, ou qualquer oficial de Marinha que se achar no rio S. Gonçalo, ou mesmo qualquer oficial que comandar forças daquela cidade, o que lhe parecer conveniente para o desempenho da importante comissão que vai por mim encarregado. Deus Guarde a Vmce. Quartel-General no Porto da Estância do Carmo, no rio Jaguari, 11 de julho de 1843”.

Satisfeito com o êxito da missão do Coronel Marques de Souza, Caxias o elogiou em sua ordem do dia 11 de setembro de 1843, significando-lhe com os seus cordiais agradecimentos “os louvores a que é credor pelo relevante serviço que acaba de fazer ao seu país natal”. (5)

Em seguida oficiou ao Marechal Salvador José Maciel, então ministro da Guerra, narrando tudo quanto sucedera:

“No meu ofício de 3 do mês p.p. participei a v. excia. a intenção em que estava de demorar-me por algum tempo na Estância do Carmo junto ao rio Jaguari, não deixando contudo de perseguir o inimigo, afim de que ele não pudesse ter seus cavalos em internadas fixas nem licenciar seus soldados no inverno como costuma, porém dias depois sendo informado de que a 2ª. Divisão de Exército que manobrava no município de Alegrete tinha conseguido apossar-se de bons e numerosos cavalos, e que os rebeldes projetavam margeando a linha empreender um movimento sobre a fronteira do Rio Grande, para apoderar-se dos cavalos existentes no Rincão dos Touros e em todo o istmo compreendido entre o oceano e a Lagoa Mirim até o Chuí, contando com a impossibilidade de mover-se o grosso do Exército do ponto em que eu então me achava, levantei campo a fim de que pudesse ganhar uma posição tal que embaraçasse esse movimento, e mesmo com a Cavalaria da 1ª. Divisão quase toda a pé consegui a despeito do rigor da estação e sem que o inimigo me incomodasse durante a marcha à margem direita do rio Camaquã, e

então vendo que poderia destacar uma força menor, que forçando as marchas se opusesse aos intentos dos rebeldes, fiz partir o Coronel Manoel Marques de Souza à testa de quinhentos infantes e quinhentos cavaleiros ao rumo da cidade de Pelotas, ordenando-lhe que na sua marcha procurasse surpreender o governicho rebelde que me constava achar-se na vila de Piratini. Com efeito, aquele coronel tendo determinado que a sua vanguarda, marchando dia e noite, atacasse a referida vila, assim se executou; e conquanto o mencionado governicho, tendo sido avisado, houvesse tido tempo para atravessar o rio Jaguarão e pôr-se a salvo no Estado Oriental, todavia caiu em nosso poder o intitulado Coronel Vieira, e diversas outras praças pertencentes à força policial que os rebeldes conservavam nas imediações daquela vila, bem como dois carros cheios de fardamentos e munições de guerra que também tentavam fazer seguir para o Estado limítrofe. Depois disto, o predito Coronel Marques continuando a sua marcha ocupou Pelotas com a Infantaria, parte da Cavalaria, e atravessando o rio S. Gonçalo nos Canudos arrebanhou todos os cavalos que encontrou até o Chuí, e o resto com o Tenente-Coronel Francisco Pedro de Abreu, percorrendo os distritos de Canguçu **12** e imediatos, pôs em debandada algumas pequenas partidas rebeldes: uma delas e a mais numerosa composta de um capitão de nome Felicíssimo Felix Feijó, um tenente e cinqüenta e quatro soldados, se me apresentou, cinqüenta dos quais tomaram o nosso serviço, e os quatro restantes solicitaram ser anistiados”...

O ofício de Caxias continua narrando ao ministro da Guerra outras ocorrências. A nós, porém só interessa o trecho acima, por que se refere à missão confiada ao Coronel Marques de Souza, que foi coroada de êxito.

Ao dar por finda a missão, o Coronel Manoel Marques de Souza marchou com sua Brigada para acampar, por ordem de Caxias, no local denominado Guarda Velha. A 2 de dezembro, porém, saiu dessa posição levando parte do 3º Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais, sob o comando do Tenente-Coronel João Propício Mena Barreto e o 8º Batalhão de Caçadores de linha comandado pelo Tenente-Coronel Luiz José Ferreira, com o fim de hostilizar os rebeldes, arrebanhar cavalos e apoiar o Capitão Manoel José Albernaz que saíra a frente de uma partida volante para apoderar-se de uma internada dos Farrapos de mais de quinhentos cavalos, existente próxima da linha divisória. Foi a missão coroada de pleno êxito, sendo apreendidos os cavalos e derrotados os republicanos que os guardavam.

Ao iniciar-se o ano de 1844, estavam os Farrapos em situação bem difícil. Dia a dia perdiam terreno, e já se falava abertamente na possibilidade de efetuar-se a pacificação da Província.

Pela ordem do dia nº 112, de 15 de março de 1844, Caxias reagrupou o Exército Imperial, em duas Divisões, apenas, cada uma com 4 Brigadas, passando Manoel Marques de Souza a fazer parte da 2ª Divisão, com a 4ª Brigada, composta dos 7º e 8º Batalhões de Caçadores e o 2º. Regimento de Cavalaria Ligeira, seu velho Regimento, que não abandonava. **13**

Passou então a ocupar a importante posição de S. Gabriel, ponto chave da fronteira, onde os acontecimentos preliminares da paz o foram encontrar para dela participar como emissário de Caxias.

(4) "Biografia do Conde de Porto Alegre", por Alfredo Ferreira Rodrigues.

(5) Quartel General em Bagé, 11 de setembro de 1843.

Ordem do dia número 77

"Sua Excia, o Sr. General Barão de Caxias, presidente da Província e comandante em chefe do Exército tendo notícia que os rebeldes tentaram um golpe de mão nos cavalos que tinha mandado comprar e se conservavam em depósito nos campos da margem direita do rio S. Gonçalo, fez marchar incontinenti ao mando do Sr. Coronel Manoel Marques de Souza, no dia 11 de julho p.p. uma força de mil homens, composta do Batalhão 11 de Caçadores, 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, 5º Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais e Esquadrões adidos. Da fazenda das Palmas julgou conveniente o mesmo Sr. Coronel destacar de sua força uma forte partida sobre a vila de Piratini **14** com o fim de ver se lograva a captura do chefe e ministros da agonizante e efêmera República; a partida porém, a despeito de ser guiada por muito bom vaqueano perdeu-se pela escuridão da noite e irregularidade do terreno, resultando disso ser alcançada pelo grosso daquela força uma légua para além do Arroio Grande, e em seguida descoberta por dois rebeldes a quem se tomaram uma porção de cavalos. Não obstante esse sucesso casual continuou o dito coronel sua marcha com a celeridade possível de dia e de noite, fazendo adiantar dois Esquadrões ao mando do Sr. Major Manoel Luiz Osório, a fim de lhe chamar a atenção por outra estrada enquanto ele se aproximasse por outro lado da vila. Este movimento produziu o efeito de por tão somente em precipitada fuga cento e cinqüenta rebeldes capitaneados pelo bem conhecido Amaral Ferrador, os quais puderam escapar aos gumes das espadas da legalidade, por haverem passado com antecipação o rio.

A força e Esquadrões entraram quase ao mesmo tempo na citada vila, neste ponto soube o respectivo comandante que o inimigo levava em duas carretas os gêneros que ali tinha em arrecadação: o referido major foi

mandado em seu seguimento e a pouca distância se apossou delas, fazendo-lhes seis prisioneiros, matando-lhes dois no ato de as tomar e escapando-se vinte nos matos que bordam a povoação; roupas de lã e de algodão americano, algumas peças desses gêneros e de chita, armas brancas e de fogo, arreamento, cartucharia de Artilharia, Infantaria e Cavalaria, foi o despojo que se colheu na empresa, este dividiu-se pela tropa sendo inutilizados aqueles artigos que não convinha conduzir-se para não retardar a marcha.

No dia 26 do mesmo mês, acampando junto a Pelotas a força, teve aviso o predito Sr. Coronel Marques que o intitulado governo dos rebeldes havia voltado para as proximidades da vila de Piratini, acompanhado de uma porção diminuta de seus satélites: uma nova tentativa sobre eles foi pensada maduramente e posta em ação, sendo dela encarregado o Tenente-Coronel Francisco Pedro de Abreu, e para que o inimigo e seus partidários não percebessem o objeto deste movimento, duzentos homens de Cavalaria do 5º Corpo marcharam para o Passo do Liscano, com o fim aparente de evitar que os rebeldes não nos arrebatassem por aquele Passo a cavallhada em depósito ao mesmo tempo que um igual número de homens do 11º Batalhão comandado pelo Major Antonio Joaquim Bacelar seguiram embarcados para o indicado Passo em um vapor, visto que dali a vila de Piratini se podia atravessar em duas marchas. Com efeito esta operação realizou-se na noite de 4 do mês findo. O Sr. Tenente-Coronel Abreu encetou a sua marcha acobertado pelas trevas da noite: conseguiu emboscar-se dentro da Estância de Antônio Bica sem ser pressentido pelos anarquistas: faltava-lhe vencer três léguas para se ocultar nas imediações da chácara do velho Neto, porém nessa posição foi quando dois ginetes montados em cavalos arraçoados lobrigaram a cilada que estava prestes a descarregar o golpe fatal que os ameaçava tão de perto, e com a velocidade do raio, inda que perseguidos sendo um deles acutilado na fuga, conseguiram escapar-se levando a notícia aos seus caudilhos que espavoridos abandonando a guarida que buscaram para repousar não fizeram alto senão pelo Jaguarão. Suas reuniões se dispersaram e difícil será consegui-las novamente porque os brasileiros rio-grandenses já muito bem conhecem que a paz, e somente da paz é que lhes há-de vir os bens de que outrora gozavam: além desta vantagem se apreendeu algum armamento de Cavalaria e perto de duzentos cavalos; apresentou-se Felicíssimo Felix Feijó, que com cinqüenta e sete homens arrependidos de continuarem na senda dos crimes vieram reunir-se ao pavilhão imperial e ofertar seus serviços ao trono de Sua Majestade Imperial". (Até aqui o relato da operação do Coronel Marques de Souza. Segue-se o elogio já transcrito no texto e mais algumas notas, sem grande interesse).

EMISSÁRIO DE CAXIAS

Durante os últimos meses de 1844 as conversações em torno da pacificação da Província progrediram bastante. Antônio Vicente da Fontoura, que fora ministro da Fazenda da República Farrroupilha, tomara para si a missão de estudar uma fórmula conciliatória. A primeira conferência com Caxias teve lugar a 6 de novembro de 1844, assistindo-a, também, o padre Chagas, outro graduado elemento do Partido Farrroupilha.

Acordes em muitos pontos, ficou combinado que seria escolhido um representante dos Farrapos para ir ao Rio, a fim de tratar diretamente com o governo imperial tão importante questão. A 10 de novembro, diante do presidente José Gomes de Vasconcelos Jardim, do ministro Lucas de Lima, e dos Generais Antonio de Souza Neto, Davi Canabarro e João Antônio da Silveira, Fontoura e Chagas expuseram o resultado da conferência com Caxias. Sendo Fontoura escolhido por unanimidade para ir ao Rio, como embaixador dos Farrapos, discutir as condições da paz.

Caxias designou o Coronel Manoel Marques de Souza, e o Capitão Carlos Miguel de Lima e Silva, seu irmão, como seus representantes. Ambos, ao que parece, receberam instruções severas e detalhadas do futuro Duque para conduzirem o emissário dos republicanos com toda a cortesia e se empenharem na Corte pela vitória dos pontos propostos. O Coronel Marques de Souza, como oficial superior, ficara com a missão de acompanhar Fontoura junto aos ministros diretamente responsáveis pela pacificação, especialmente os do Império, Justiça e Guerra, ao passo que o Capitão Miguel devia se interessar junto ao pai, o ex-regente, Marechal Francisco de Lima e Silva para exercer sua influência junto aos grandes da Corte.

A 18 de novembro encontraram-se com Caxias em Bagé, Fontoura, Marques de Souza e Lima e Silva, recebendo as últimas instruções e conselhos. No dia seguinte, seguiram para Pelotas, com destino ao Rio.

A 29 de novembro chegavam à vila de S. José do Norte ali permanecendo até 2 de dezembro. E Fontoura registrava em seu "Diário" (1).

“Estou hospedado em casa do Coronel Antonio Soares de Paiva, **15** que me trata perfeitamente bem; recomendação que creio ser feita pelo meu companheiro de viagem o Coronel Marques, a quem sou devedor de milhares de atenções e favores. O Marques foi parar em casa do irmão porém o meu outro companheiro de viagem, que é o Capitão Carlos, irmão do Barão, está residindo comigo. Que belo moço! Que alma generosa e grande! A estas boas qualidades junta mais a polidez que há adquirido em suas viagens a Europa. Finalmente sou feliz com tão dignos companheiros...”

Não só o Coronel Marques de Souza como o Capitão Lima e Silva agiram com toda a simpatia e diplomacia junto ao embaixador dos heróicos rebelados de 35. E, este, bem predisposto, confessava-se feliz na companhia de ambos.

Somente, a 5 de dezembro, embarcaram para o Rio, a bordo do vapor “Imperador”, que, a 12, chegava a destino sem novidades.

Fontoura foi hospedar-se no Hotel Itália, onde, ao que tudo faz supor, ficou também o Coronel Marques de Souza.

Os primeiros passos de Marques de Souza e seu companheiro, o Capitão Lima e Silva, foram, no mesmo dia da chegada, a apresentação ao Ministro da Guerra, e a audiência necessária para o dia seguinte, a fim de ser apresentado o delegado dos Farrapos, aos titulares do Império, Justiça e Guerra.

De fato, a 13 de dezembro teve lugar o primeiro encontro de Fontoura, com os ministros Jerônimo Francisco Coelho, da Guerra, José Carlos Pereira de Almeida Torres, do Império, e Manoel Antônio Galvão, da Justiça, presente o Coronel Marques de Souza, representante de Caxias.

O que foi essa entrevista o próprio Fontoura nos relata em seu “Diário” precipitado. Orgulhosos e presunçosos, receberam o nobre e austero representante dos Farrapos, quase que com desprezo, e quando este leu os primeiros artigos daquilo que julgava o mínimo indispensável à terminação da luta, disseram-lhe os ministros que o governo imperial nada cederia, com frases pouco amáveis. Então Fontoura explodiu. E cheio de uma nobre e justa indignação, respondeu-lhes à altura, imediatamente (2).

- Já que os senhores querem só guerra de extermínio, o Brasil com luto o sentirá e nós sucumbiremos, mas nosso rosto não levará ao túmulo o cunho do envelhecimento! Não! que os rio-grandenses sabem morrer!

Manoel Marques de Souza por espírito de disciplina, não quis contestar os ministros, esperando ocasião asada para esclarecê-los.

Diz Fontoura em seu "Diário": "Não à força da lógica, não à persuasão da eloquência, dons que em mim fenecem, mas sim ao mágico e impotente tom da razão e da justiça, pareceram tocados estes homens, sábios não, mas amestrados na corrupção da Corte. De altaneiros, se tornaram meditados e, passados alguns minutos, se dirigiram ao Marques, dizendo que talvez precisássemos de estar na Corte mais alguns dias para nossos particulares arranjos e que por isso podíamos demora-nos mais 3 ou 4. Marques aceitou, eu, porém, conhecendo o fim com que faziam essa proposição, agradei de minha parte, dizendo que, julgando concluída minha missão, só precisava voltar ao Rio Grande, isto apesar de ser eu o mais empenhado pela demora, pois dela, segundo tais homens, ia colher algum resultado".

Assim terminou a primeira entrevista, prometendo Fontoura que voltaria para despedir-se.

Ante o fracasso do primeiro contacto de Fontoura com os ministros do governo imperial, é de presumir-se que o Coronel Marques de Souza tenha agido ativamente para conseguir novo "tête-à-tête", em face das instruções que havia recebido de Caxias.

No ofício de apresentação de Fontoura ao titular da pasta do Império, dizia Caxias: "consenti que Antônio Vicente da Fontoura fosse perante v. excia., acompanhado pelo Coronel Manoel Marques de Souza, expor seus sentimentos em nome de seus companheiros, com o fim de obter de S. M. I. o esquecimento do passado e aqueles favores compatíveis com as circunstâncias e dignidade do governo. Ao mencionado Coronel Marques encarrego de informar pessoalmente a v. excia. as verdadeiras circunstâncias da Província, e qual a minha opinião sobre os meios de terminar de pronto a guerra, por meios conciliatórios" (3). Também para o ministro da Guerra foi o Coronel Marques de Souza encarregado de expor a situação dos rebeldes e qual era o pensamento de Caxias a respeito da pacificação.

O Coronel Marques de Souza não descansou, pois. E conseguiu nova reunião de Fontoura com os principais elementos do Ministério. Esta conferência teve lugar a 16 de dezembro, a ela comparecendo mais os ministros Holanda Cavalcanti de Albuquerque, da Marinha, Ernesto Ferreira França, dos Estrangeiros, e Manoel Alves Branco, da Fazenda, o Gabinete completo, como se vê. Com certeza, andara aí o

dedo do Imperador. As coisas então marcharam muito melhor, pois cederam a quase todas as proposições do emissário Farroupilha.

A 18 de dezembro, foi assinado o decreto, acompanhado das instruções que deviam regular a pacificação do Rio Grande, bastante honrosas para os heróicos Farrapos. Podia, pois, Antônio Vicente da Fontoura regressar aos pagos, contente do dever cumprido, embora ainda tivesse muito que trabalhar para conseguir o beneplácito dos líderes republicanos.

A 19, em companhia do Coronel Marques de Souza e do capitão Lima e Silva, embarcava para o Sul, a bordo do vapor "Paranapitanga", ansioso por levar a bom termo o restante da missão.

A 27 de dezembro o vapor entrava na barra do Rio Grande, e a 2 de janeiro de 1845 já o Coronel Manoel Marques de Souza estava em Piratini, no Quartel General de Caxias, juntamente com seus companheiros, ficando o Barão satisfeito com o resultado da viagem.

16

Fontoura tratou de levar ao conhecimento do governo republicano as condições, que obtivera para o término da luta, e que eram, entre outras, reconhecimento dos postos conferidos pelos Farrapos até coronel, pagamento da dívida da revolução, liberdade dos escravos nela envolvidos, anistia plena, etc.

A paz só foi assinada a 1º de março de 1845, sendo lançadas duas proclamações, uma de Caxias e outra de Canabarro.

Entretanto, ainda na ante-véspera do dia 1º, o Coronel Manoel Marques de Souza corraera ao acampamento de Fontoura para pedir-lhe que apressasse o pronunciamento dos chefes Farroupilhas, visto o Barão de Caxias já estar desconfiado da demora. **17**

Felizmente, depois de dez anos de luta sangrenta, ia o Rio Grande do Sul entrar no caminho benfazejo da paz, e isto devia-se em parte à vontade e rapidez com que agira o futuro Conde de Porto Alegre, fazendo uma viagem ao Rio de Janeiro em 30 dias apenas, e ali, em uma semana, de 12 a 19 de dezembro, conseguindo as entrevistas necessárias com os altos dignatários do governo para que o delegado Farroupilha pudesse expor as suas propostas.

Pelos relevantes serviços prestados à causa legal durante a revolução dos Farrapos bem merecia Manoel Marques de Souza a sua elevação ao posto de brigadeiro, **18** mas só obteve a graduação de oficial general por decreto de 14 de março de 1847, sendo designado para comandar a 2ª Brigada de Cavalaria. Em abril de 1848, todavia, passou o comando ao seu substituto legal, por ter sido nomeado para

uma comissão na Corte. Sua efetivação no posto de brigadeiro foi decretada a 14 de agosto de 1850.

(1) Diário de Antonio Vicente da Fontoura publicado nos II e III trimestres da Rev. do Inst. Histórico e Geográfico do Rio G. do Sul, de 1934.

(2) Biografia de Antônio Vicente da Fontoura, por De Paranhos Antunes. Edição da Livraria do Globo, 1935.

(3) Ofícios do Barão de Caxias (1842-1845) – Imprensa Militar, 1950.

BRASÃO E GENEALOGIA DO CONDE DE PORTO ALEGRE

Manoel Marques de Souza, o 3º do mesmo nome, general como o pai e o avô, era nobre pelo sangue lhe corria nas veias, e soube enobrecer seu nome nos campos de batalha.

Já o avô, que nascera no Rio Grande em 1743 e falecera no Rio de Janeiro em 22 de abril de 1822, fora nomeado Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, por Alvará de 14 de outubro de 1808, obtendo o seguinte brasão de armas, registrado no Cartório da Nobreza do Reino, Livro VI, fls. 123: **19**

“Escudo partido em pala – na primeira pala as armas dos Souzas do Prado, que são esquarteladas, tendo no primeiro e quarto quartéis as quinas do reino sem a orla dos castelos, e no segundo e terceiro quartéis, em campo de prata, um leão sanguinho; na segunda pala as armas dos Marques, que são, em campo azul, um castelo de prata e em cada lado uma chave de ouro com os aros para cima”.

Descendia o 1º Marques de Souza de velhos troncos portugueses, pois era filho de Antônio Simões, natural de S. Miguel do Milharado, patriarcado de Lisboa e de D. Quitéria Marques, natural de S. Mamede do Valongo, Bispado do Porto, sendo neto paterno de Simão Fernandes e de D. Maria Lourença e neto materno de Nicolau de Souza e de D. Anna Marques.

De seu consórcio com D. Joaquina de Azevedo Lima, natural de Sorocaba, fidalga paulista, enlace efetuado em Porto Alegre, a 27 de janeiro de 1774, **19** teve entre outros, um filho a quem legou seu nome e com ele suas virtudes militares, o 2º Manoel Marques de Souza, que nasceu na capital gaúcha em 1780 e conquistou, também, as dragonas de general, antes de atingir os quarenta anos.

Este Marques de Souza, pelo nome que herdara e pelas suas façanhas militares no Sul, igualmente alcançou, em 1808, por Alvará de 31 de outubro, o título de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real.

É dele e de D. Senhorinha Inácia da Silveira que descende o 3º Manoel Marques de Souza, Barão, Visconde e Conde de Porto Alegre com grandeza, tenente-general do Exército Imperial.

Seus antepassados eram nobres, portanto. Nobreza de sangue e de bravura.

Recebeu o título de Barão de Porto Alegre – com grandeza – por Decreto Imperial de 3 de março de 1852, quer pelos serviços prestados na luta contra Oribe e Rosas, logo depois de se cobrir de glórias na batalha de Caseros, quer como lembrança da restauração da cidade de Porto Alegre que ele fez voltar ao domínio imperial, em 1836, por um golpe de audácia e coragem, vibrado contra os Farrapos, como vimos.

A 28 de agosto de 1866 foi elevado a Visconde com grandeza, e dez anos mais tarde, a 11 de abril de 1868, de retorno da guerra do Paraguai, ascendia a Conde com grandeza, por Decreto Imperial daquela data. O brasão do Conde de Porto Alegre, em virtude da nobre ascendência, reflete os escudos dos antepassados.

Eis a descrição:

“Escudo esquartelado – no primeiro quartel as armas dos Souzas do Prado e Souzas Chichorros, que são esquarteladas, tendo no primeiro e quarto quartéis as quinas do Reino, sem a orla dos Castelos, e nos segundo e terceiro quartéis, em campo de prata, um leão de goles rompente; no segundo quartel do escudo, as armas dos Leitões, que são em campo de prata três faixas de goles; no terceiro quartel do escudo as armas dos Azevedos, que são esquarteladas, tendo, no primeiro quartel, em campo de ouro, uma águia negra estendida; no segundo quartel, em campo azul, cinco estrelas de prata em santor e uma bordadura vermelha carregada com oito aspás de ouro, e assim os alternos; e o quarto e último quartel do escudo partido em pala, havendo na primeira, em campo de ouro, quatro palas de goles; e na segunda pala deste quartel, que é esquartelada, há um campo de prata, sendo os primeiro e quarto quartéis com um leão de vermelho, rompente, e nos segundo e terceiro quartéis três faixas de goles; e, sobre tudo, um escudo com um castelo de prata, em campo azul, entre duas chaves de ouro, com os aros para cima”.

UM AUTÓGRAFO DE PÔRTO ALEGRE

O primeiro quartel do escudo de Porto Alegre relembra o brasão de armas concedido ao seu avô, como descrevemos atrás. O segundo quartel traz as armas dos Leitões, alusão a algum tronco familiar que não descobrimos.

O terceiro quartel é dos Azevedos, família da qual, descendia sua avó, nobre sorocabana, assim como o quarto registra as armas dos Limas também herdadas pelo lado da avó.

Sobreposto ao brasão, no centro, vemos um pequeno escudo com um castelo de prata e duas chaves de ouro, armas dos Marques.

Além do título nobiliárquico e de Grande do Império, o Conde de Porto Alegre era Gran-Cruz da Imperial Ordem de Cristo; Dignatário da Imperial Ordem de Cristo; Dignatário da Imperial Ordem do Cruzeiro; Cavaleiro da Imperial Ordem de S. Bento de Aviz e possuía as medalhas da Campanha Cisplatina (1816-1821); de Monte Caseros (1852); de Uruguaiana; de Mérito e Bravura Militar; e Geral da Campanha do Paraguai.

Em primeiras núpcias o Conde de Porto Alegre casou com D. Maria Balbina Álvares da Gama, que era filha dos Barões de Saican e falecida, em Bagé, aos vinte e nove anos de idade, a 11 de junho de 1851, em consequência de um parto. Em segundas núpcias consorciou-se, a 9 de junho de 1855, por escritura ante-nupcial e 11 de junho de 1855 pelo registro do livro da Catedral de Porto Alegre, com D. Bernardina Soares de Paiva, filha do comendador Antônio Soares de Paiva e de D. Clara Joaquina de Castro Antiqueira, filha do Visconde com grandeza de Jaguari.

É a seguinte a descendência de ambos os matrimônios do Conde de Porto Alegre:

Do primeiro enlace:

1-1 D. Maria Manoela da Gama Marques, nascida em Pelotas em 1846. Casou em São Gabriel, no dia 25 de dezembro de 1874, com o dr. Augusto Álvares da Cunha, nascido em São Gabriel em 1849 e filho do Tenente-Coronel Domingos José Álvares da Cunha e de d. Clara Nepomuceno Prates da Cunha. O consórcio foi assistido por S. Excia. Reverendíssima o Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeiras (5º. Livro de Casamentos da Freguesia de São Gabriel – Fls. 56).

Deste matrimônio houve os seguintes filhos:

2-1 D. Maria Balbina Marques Álvares da Cunha que casou com Augusto Rangel, de quem teve os filhos:

- 3-1 D. Maria Onira da Cunha Rangel que casou com o dr. Dorval Silveira Martins, de quem teve:
 - 4-1 Augusto José Rangel Silveira Martins.
 - 4-2 Ovídio Luiz Rangel Silveira Martins.
- 3-2 Eurico José da Cunha Rangel que casou com D. Isaura Machado, de quem teve os filhos seguintes:
 - 4-1 D. Maria Balbina Rangel Machado.
 - 4-2 D. Eunice Maria Rangel Machado.
 - 4-3 Maurício Augusto Rangel Machado.
 - 4-4 Dorval Rangel Machado.
 - 4-5 Geraldo Rangel Machado.
- 3-3 Augusto Álvares da Cunha Rangel, casado com D. Maria de Moraes, de quem teve os filhos seguintes:
 - 4-1 D. Celina Maria Álvares da Cunha Rangel.
 - 4-2 D. Célia Maria Álvares da Cunha Rangel.
 - 4-3 Ciro Augusto Álvares da Cunha Rangel.
 - 4-4 D. Vivita Maria Álvares da Cunha Rangel.
- 3-4 Francisco de Paula Álvares da Cunha Rangel que casou com D. Celina Camargo, de quem teve o filho:
 - 4-1 Geraldo Augusto Camargo da Cunha Rangel.
- 3-5 D. Servita Maria Álvares da Cunha Rangel, faleceu solteira.
- 3-6 D. Rita de Cássia Álvares da Cunha que casou com o Tenente-Coronel Carlos de Moraes.
- 2-2 D. Maria Clara Marques Álvares da Cunha que casou com o dr. José Mariano da Rocha, médico, residente em Santa Maria, filho de Joaquim Siqueira e de D. Ana Eulina da Rocha. O casal teve os seguintes filhos:
 - 3-1 D. Maria Clara Mariano da Rocha, doutora em Medicina da Faculdade de Porto Alegre.
 - 3-2 Manoel Mariano da Rocha, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Casou com D. Maria Prates, de quem teve os filhos:
 - 4-1 Luís Carlos Mariano da Rocha.
 - 4-2 D. Maria Clara Mariano da Rocha.
 - 4-3 José Armando Mariano da Rocha.
 - 3-3 D. Eulina Mariano da Rocha, que casou com Athos Lessa, de quem teve os filhos seguintes:
 - 4-1 Marco Antônio da Rocha Lessa.

- 4-2 José Mariano da Rocha Lessa.
- 3-4 D. Augusta Mariano da Rocha.
- 3-5 Mariano Joaquim da Rocha, engenheiro-agrônomo.
- 3-6 D. Maria Isabel Mariano da Rocha que casou com o tenente Milton Vasconcelos, de quem teve as seguintes filhas:
 - 4-1 D. Ana Eulina da Rocha Vasconcelos.
 - 4-2 D. Gem da Rocha Vasconcelos.
- 3-7 D. Celeste Mariano da Rocha, diplomada em Farmácia.
- 3-8 José Mariano da Rocha Filho, formado em Medicina, casado com D. Maria Zulmira Velho Dias.
- 3-9 D. Ruth Mariano da Rocha.
- 3-10 D. Edith Mariano da Rocha.
- 2-3 D. Servita Rodoquina Marques Álvares da Cunha que casou em primeiras núpcias com Rico Rangel e em segundas, com Lindolfo Dornelles.
 - 3.1 Augusto
 - 2-4 Augusto Marques Álvares da Cunha que casou com D. Celina Schilling, natural de Santa Maria. O casal teve os seguintes filhos (por informação):
 - 3-1 D. Celí Marques Álvares da Cunha, natural de Tupanciretã (sem descendentes).
 - 3-2 Augusto Marques Álvares da Cunha Filho, casado com D. Morena da Cunha.
 - 3-3 Dr. Rodolfo Marques Álvares da Cunha, médico residente no Rio de Janeiro. Com geração.
 - 3-4 Domingos José Marques da Cunha, casado com D. Maria Crespo, natural de Alegrete.
 - 3-5 Wladimir Marques Álvares da Cunha que casou com D. Oristateline Maria Borges, natural de Santa Maria.
 - 3-6 D. Emília Marques Álvares da Cunha.
 - 3-7 D. Jesusa Marques Álvares da Cunha.
 - 3-8 Honório Marques Álvares da Cunha.
 - 3-9 D. Maria Manoela Marques Álvares da Cunha (sem descendentes)
 - 3-10 Manoel Marques de Souza Álvares da Cunha.
- Do segundo consórcio do Conde de Porto Alegre, houve:
 - 1-2 D. Maria Bernardina Marques de Souza, solteira e residente em Porto Alegre.

- 1-3 D. Clara Marques de Souza que casou, em primeiras núpcias, com o Capitão Manoel Gomes Parreira. Em segundas núpcias desposou o engenheiro Wenceslau Zielinsky, natural da Polônia. Teve os seguintes filhos:

Do primeiro casamento:

- 2-1 General de Divisão Manoel Gomes Parreira casado com D. Odaléia Borges, filha de Bento Borges.
- 3-1 José Parreira Ferreira da Silva, médico casado com Maria Sefton de Azevedo, filha de Armando Dias de Azevedo e May Sefton de Azevedo, de quem teve os filhos:
- 4-1 Carmen Lucia Ferreira da Silva.
5-1 Rogério Ferreira dos Santos Souza.
5-2 Ana Paula Ferreira dos Santos Souza.
- 4-2 Nelson Azevedo Ferreira da Silva.
5-1 Patrick Jenisch Ferreira da Silva
- 4-3 Maria Isabel Azevedo Ferreira da Silva.
5-1 Carlos Augusto Azevedo Dias
- 4-4 José Augusto Azevedo Ferreira da Silva.
5-1 Gustavo Teixeira Ferreira da Silva
5-2 Renata Teixeira Ferreira da Silva
5-3 Marcela Teixeira Ferreira da Silva
- 3-2 D. Marta Ferreira da Silva.
3-3 D. Maria Ferreira da Silva.

Do segundo casamento:

- 2-3 Wenceslau Marques de Souza Zielinsky casado com D. Maria Zielinsky, de quem teve os seguintes filhos:
- 3-1 D. Clara Marques de Souza Zielinsky.
3-2 Zeno Marques de Souza (sobrinho).
- 2-4 Major Zeno Marques de Souza Zielinsky casado com D. Heloisa Couto, filha de Aquiles Couto e de D. Lélia Couto. O casal teve os filhos:
- 3-1 Luís Carlos Marques de Souza Zielinsky.
3-2 Carlos Eduardo Marques de Souza Zielinsky.
- 2-5 Nei Marques de Souza Zielinsky, com descendência. Funcionário da Diretoria de Higiene do Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo enviuvado de sua primeira esposa, o Conde de Porto Alegre deixou uma filha legitimada havida antes dos seus segundos esponsais.

É a seguinte:

- 1-4 D. Manoela Mesquita Marques, que casou com Antônio Bessares. Residiam em Pelotas e deixaram os seguintes filhos:
 - 2-1 D. Amanda Eustáquia Bessares que casou com Ismael da Silva Maia. Residentes em Pelotas.
 - 2-2 D. Manoela Bernardina Marques Bessares que casou com José Tomás de Campos, filho do Coronel Tomás José de Campos e de D. Virgínia Lousada. D. Manoela Bernardina Marques Bessares faleceu em Pelotas, no dia 16 de agosto de 1896. Do seu casal não deixou filhos (1)

(1) Para a confecção deste capítulo foram consultadas as seguintes obras:

(a) "Nobiliário Sul Riograndense", do Dr. Mário Teixeira de Carvalho.

(b) Publicações do Arquivo Nacional. Vol.XXIX, com anotações de Aurélio Porto.

(c) "Anuário Genealógico Brasileiro", ano de 1941.

Observações:

O Conde de Porto Alegre Manoel Marques de Souza III e sua 2ª esposa Bernardina Soares de Paiva eram parentes, bisnetos de Domingos de Lima e Veiga e de Gertrudes Paes de Araújo.

A descendência do Conde de Porto Alegre no que se refere a filhos (quatro filhas legítimas* e uma filha reconhecida) netos e bisnetos está completa. Acha-se em estudo a relação das outras gerações para acréscimo na genealogia.

* O Conde de Porto Alegre, com sua segunda esposa Bernardina, teve duas filhas de nome Clara, a primeira morreu com 8 meses de idade, em dezembro de 1863.

O CONDE DE PORTO ALEGRE E A POLÍTICA

Durante a revolução, pode-se dizer que havia apenas no Rio Grande do Sul dois partidos, isto é, o Partido Republicano-Farroupilha e o Partido Monarquista, ou, com outras palavras, revolucionários e legalistas. **20.**

Logo depois de pacificada a Província, apareceu o Partido Santa Luzia, bastante liberal, combatendo o Partido Saquarema. Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena, poeta que a esse partido pertenceu, fazia-lhe a apologia, em 1849, em versos como estes:

“Abatei tanta ousadia
deus do amor, oposto ao mal,
um governo liberal
nos daí hoje.

Da liberdade que amamos
não temos desesperado
seu triunfo é reservado
aos nossos.

Dos cegos conservadores
do despotismo servil
livrai, Senhor, o Brasil
e não nos deixeis.

Foram chefes incontestes deste partido, por esse tempo, o Barão de Porto Alegre e Oliveira Belo. Manoel Marques de Souza já em fins de 1845 envolvia-se na política, sem definição partidária. Entretanto, escreveu a um amigo a seguinte carta, que possuímos em original:

“Ilmo. Sr. Antonio Manoel de Azambuja:

Meu prezadíssimo amigo e senhor. Tendo-se lembrado alguns amigos de me apresentarem como candidato, tanto para Assembléia Geral como para a Provincial, por julgarem que eu poderia, quer numa ou noutra Câmara, representar os interesses da nossa classe, confiado nas demonstrações da amizade que V.S. se há dignado dar-me; eu

ouso pedir-lhe o grande favor de me honrar, não só com os seus votos, como empenhar toda a sua bem merecida influência, para que nesse Colégio eu obtenha o maior número de sufrágios que for possível, ficando V. S. certo, que, se lhe merecer tão valiosa prova de sua confiança para comigo, a minha gratidão será sem limites. Queira V. S. por esta ocasião, aceitar os repetidos votos da muita consideração com que me lisonjeio ser de V. S. patrício muito amigo e obrigadíssimo criado. Manoel Marques de Souza, Porto Alegre, 20 de junho de 1845”.

Em 1852, antecedendo, portanto, de dez anos à fundação no Rio do verdadeiro Partido Progressista, que só foi fundado em 1862, já Marques de Souza e Oliveira Belo fundavam no Rio Grande do Sul o Partido Liberal-Progressista, conforme outro documento em nosso poder, assinado pelo Barão de Porto Alegre e que bem define qual era o seu programa:

“Ilmo Sr. Podendo ser mal interpretado alguns atos meus e de nossos correligionários e amigos, pelos adversários dos princípios que professamos, cumpre-me explicar a V. S. como a todos os nossos amigos e companheiros políticos o que se tem passado e o propósito em que estamos todos. Fiéis às doutrinas políticas que temos manifestado desde 1852, e que constituem a profissão de fé sobre que baseamos o Partido Liberal-Progressista nada até hoje temos cedido deles, nem das pretensões que são as sua legítima e necessária consequência. Se, há um ano, repelimos nas eleições gerais as pretensões de alguns indivíduos que faziam causa comum conosco para combater a Liga, se afrontamos a luta e a responsabilidade de uma cisão, que se devia tornar profunda, foi porque conhecemos que se nos haviam juntado somente pelo interesse de suas aspirações particulares, e não pelo de fazer triunfar as idéias com que nos identificávamos, e das quais tínhamos feito credo e bandeira de um partido; foi porque vimos que, em vez de nos ajudar, estorvavam a nossa vida política: porque, substituindo as suas vistas pessoais, as ambições mesquinhas de sua individualidade, às vistas e às aspirações do grande partido nacional, de que fazíamos parte, inutilizavam todos os sacrifícios do país, e apenas procuravam substituir a uma ditadura, outra, ao predomínio absoluto de um homem ambicioso, as ambições e o predomínio de outros homens.

Obramos, então, de acordo com o pensamento dos verdadeiros liberais; e, a perigo de criarmos oposição e inimizades, sacrificamos nossas relações à sinceridade de nossos princípios liberais, da concórdia geral dos brasileiros e do progresso do país em todos os sentidos; somos e continuamos homens que, desde 1852, têm propugnado por eles braço a braço. Neste ponto, não admitimos modificação alguma; porém, se entre os nossos antigos adversários,

como entre os modernos, alguns ou muitos, desenganados pela experiência procurarem nosso campo, grupando-se em volta da bandeira que temos arvorado, é opinião minha e de nosso correligionários que, em vez de repeli-los, devemos-lhes abrir os braços; porisso mesmo que o nosso partido é o da concórdia, o da conciliação de todas as vontades, o da junção de todos os brasileiros para a prosperidade e grandeza da sua pátria e que este desiderato nunca poderemos alcançá-lo seguindo as tradições de exclusivismo, e a hostilidade odienta, que antes de agora caracterizavam os partidos. Para consegui-lo, cumpre esforçar-nos todos em sustentar a constituição do Império e o Ato Adicional, desenvolvendo à sombra de ambos as franquezas provinciais e as reformas tanto políticas como econômicas, que tendam de mais a garantir as liberdades públicas; e estes são os fins que temo-nos proposto e para cuja realização pedimos a cooperação de nossos correligionários, e desejamos a de todos os nossos comprovincianos”.

Esta carta circular, verdadeiro programa, é bastante longa, mas dela retiramos os períodos essenciais para compreensão do pensamento político de Marques de Souza.

A verdade verdadeira, porém, é que este partido, extremamente liberal como vimos acima, apesar de denominado progressista, continuou com o seu nome de guerra “Santa Luzia”, até 1860, mais ou menos e, pelas duas bandeiras, “Santa Luzia” ou “Saquarema” batiam-se os eleitores do Rio Grande. Os liberais sofreram algumas derrotas, mas por fim, acabaram vencendo.

Em o ano de 1855, entra pela primeira vez, na chapa sob a legenda liberal, o nome de Félix Xavier da Cunha, ao lado de Ubatuba, Caldre e Fião, Abraão dos Santos e José Cândido Gomes, saindo vitoriosa a chapa liberal.

No ano seguinte, nova vitória veio coroar as hostes liberais, sendo eleitos o Barão de Porto Alegre, o Barão de Mauá, o dr. João Pereira da Silva Borges Fortes, o dr. Oliveira Belo e João Jacinto de Mendonça, conseguindo os conservadores eleger apenas um único partidário deles.

Em 1858, Silva Ferraz, que se encontrava à frente da governança do Rio Grande, queixou-se em uma carta a Osório, mais tarde o glorioso Marquês do Herval, da oposição desassombrada que lhe vinham movendo os luzias, de entre os quais destacava Félix da Cunha, Cândido Gomes, Oliveira Belo e Luiz de Freitas Castro.

Osório, porém, que também era liberal, contornou o caso, dizendo que era soldado e não fazia oposição ao governo, sem dar, entretanto, seu apoio a Ferraz.

Foi nessa época que os liberais tiveram a defecção do Barão de Porto Alegre, que rompera com Oliveira Belo e passara a prestigiar o presidente Ferraz. Já vimos, todavia, linhas atrás, que Ferraz era conservador, Porto Alegre, todavia, assim agira por motivos ponderáveis.

Apesar da política conciliadora organizada no Rio, de 1852 a 1858, vemos, através do que ficou dito, que, no Rio Grande do Sul, houve sempre dois campos opostos na política, devido aos programas defendidos pelos partidos.

Data de 1862 o aparecimento no cenário da política nacional do Partido Progressista. No Rio Grande do Sul, como acentuamos, havia já um partido com este rótulo desde 1852.

Partido ou união progressista, surgiu ele de uma reunião numerosa de deputados que, na Câmara temporária do Rio, em 1862, começou a fazer a oposição ao Ministério de 2 de março de 1861.

Este partido queria, com seu programa, o seguinte:

- a) – a responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador;
- b) – a verdade orçamentária;
- c) – a liberdade individual;
- d) – a defesa dos interesses das províncias e dos municípios;
- e) – a descentralização administrativa;
- f) – a reforma eleitoral pela verdade dos pleitos;
- g) – a representação das minorias;
- h) – uma reforma judiciária etc. (1).

Desde 1860, entretanto, os liberais do Rio Grande tinham-se arregimentado debaixo de uma bandeira única, graças ao prestígio de Manoel Osório, que foi, inegavelmente, um dos arregimentadores deste partido. Para isso, convidou o poeta e orador Félix da Cunha, em uma carta vasada nestes termos: "O conselheiro Ferraz acaba de nos dar o exemplo, de apontar-nos o caminho, organizando o Gabinete atual todo do lado conservador, segundo a comunicação que tive de Caxias. Parece, portanto, que se pôs um termo à doutrina da tolerância política da liga e contra- liga, da conciliação dos partidos, que há muito nos vinha trazendo a todos "embrulhados". Não estranhará, portanto, que, quem for Liberal vá para a sua casa. Quem como eu, andava emprestado a tal doutrina, votando por homens e

não por princípios, aproveite a oportunidade para desfraldar a bandeira das duas verdadeiras crenças que trazia enrolada. Eu estou resolvido a isso. Consulte, por conseguinte, ao senhor que sabe mais do que eu: está disposto a acompanhar-me? Se está, vamos adiante; e, desde já lhe aviso, que o sr. será o meu primeiro candidato à Geral na próxima eleição, pois entendo que assim devemos começar agindo logo, e a sua vitória nas urnas é o nosso primeiro passo real que ficará dado. Se o senhor tiver a fortuna de ser eleito, será isso uma base para a formação do Partido Liberal.

Em torno de sua pessoa se reunirão os nossos amigos e, a sua inteligência fará o resto. Pense e resolva.

Não temos tempo a perder”.

A esta carta, o grande poeta cedo roubado à pátria deu logo o seu valioso apoio.

Modificado o sistema eleitoral no ano de 1860, o Rio Grande, de 5 distritos eleitorais, que possuía, passou a ter somente 2 círculos – o primeiro com Porto Alegre, Rio Pardo e Caçapava; e o segundo, com Rio Grande, Piratini e Alegrete. Pelo primeiro, apresentaram-se candidatos Oliveira Belo, **Barão de Porto Alegre**, Israel Barcelos, Luiz da Silva Flores, João Jacinto de Mendonça e José Afonso Pereira, sendo eleitos Belo, **Barão de Porto Alegre** e Barcelos. Pelo segundo, candidataram-se Mauá, Araújo Brusque, Pinheiro Machado, Amaro da Silveira, e Félix da Cunha, tendo sido sagrados com a vitória Amaro, Mauá e Félix.

Com a queda do Gabinete Caxias, em 1861, foi organizado o Ministério de 24 de maio de 1862, sob a presidência de Zacharias de Góis e Vasconcelos, que convidou o então Barão de Porto Alegre para a pasta da Guerra. A grita contra este Ministério, entretanto, foi tão grande, que, seis dias depois, era dissolvido, sendo chamado o Marquês de Olinda para organizar novo gabinete.

Em meio à guerra do Paraguai, Félix da Cunha, *Osório*, Amaro da Silveira e Timóteo da Rosa, tornaram-se os chefes do partido Liberal-Radical, contrapondo-se a Felipe Néri, **Porto Alegre** e Pinheiro Machado, ainda fiéis à bandeira Progressista.

José Mariano Porto em biografia de Silveira Martins, pinta-nos o quadro da política no Rio Grande, após a guerra do Paraguai, da seguinte maneira: (2).

“Osório – o legendário; Porto Alegre – o imortal; Câmara o intrépido general que comandara a derradeira expedição contra o ditador; Bento Martins, Vasco Alves e Portinho – zeladores da bravura

e tradição da Guarda Nacional riograndense, também volviam à sua Província, iluminados pelo sol da glória e aureolados pelo respeito e prestígio populares.

Eles vinham sabendo que o Rio Grande desejava tê-los no remanso da paz, comandando não mais os seus guerreiros, mas sim a coluna cívica que havia de proximamente sepultar com a vitória das urnas a lembrança da página sombria escrita na história política da Província pelos delegados do governo imperial, de 1868 a 1872.....

..... E efetivamente, a vitória do partido Liberal nas urnas e em oposição, foi a mais completa de que há exemplo. Saiu triunfante a chapa democrática organizada de acordo com Osório e outros chefes. Osório que pusera ao serviço de seu partido todo o prestígio de sua fama assombrosa. Acompanhavam-no, secundando-o, os velhos chefes Portinho, Bento Martins e Vasco Alves, cujo prestígio, se era incontestavelmente menos brilhante do que o legendário, não o era menos real.

Foram eleitos deputados à Câmara Temporária e nela tomaram assento – **Conde de Porto Alegre**, Barão de Mauá, Francisco Carlos de Araújo Brusque, Luiz Flores, Florêncio de Abreu, e Gaspar da Silveira Martins.”

Estava, pois, o **Conde de Porto Alegre** em plena atividade política, quando a morte o surpreendeu no Rio, em 1875, visto como fora eleito, outra vez, em 1872, num pleito renhido. **Era um dos grandes chefes do liberalismo gaúcho.**

Como deputado, sempre comparecia às sessões da Assembléia Geral elegantemente vestido, com aquela distinção que foi o apanágio de sua vida. Gostava dos belos uniformes, trajava com gosto e rigor.

Certa ocasião, interpelado porque aparecia assim, tão irrepreensivelmente vestido, mesmo nas sessões comuns da Câmara, respondeu com ufania:

– É porque tenho a honra de representar a Província do Rio Grande do Sul, nesta Assembléia! (3).

Terminamos aqui este capítulo. Foi escrito apenas para mostrar este outro aspecto da vida pública do Conde de Porto Alegre – o de líder político, nas lides da paz.

(1) De Paranhos Antunes. “Os Partidos Políticos no Rio Grande do Sul (1822-1889). In “**Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense**” 1936. Vol. II – Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

(2) José Mariano Porto – “Apontamentos Biográficos de Gaspar da Silveira Martins” – Rio de Janeiro – 1891.

(3) Leopoldo de Freitas. “Conde de Porto Alegre”. In “Rev. Do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”. IV Trimestre de 1933. Porto Alegre. Brasil.

ANOTAÇÕES À 2ª PARTE

Pelo Cel Cláudio Moreira Bento

1- Coronel Deoclécio de Paranhos Antunes (1902-1962). É patrono da cadeira 7 da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. Era de Rio Pardo-RS, nascido em 04 Jul 1902, tendo falecido no Rio de Janeiro em 20 Ago 62. Oficial de Intendência com o Curso de Oficial de Estado-Maior. Destacou-se em Economia e Mobilização Econômica, assunto que lecionou na EsAO. Foi professor de Economia Política e Sociologia. Chefiou, durante a 2ª Guerra, no Brasil, o Gabinete da Coordenação da Mobilização Econômica. Em 1953 foi Secretário do Conselho Nacional de Geografia do IBGE. Foi Secretário da Comissão dos Festejos do Sesquicentenário do Duque de Caxias e integrou Comissão da mudança da capital do Brasil para Brasília. Pertenceu aos IHGB, IGHMB, IHGRGS, IHGSC, HGRN e IH Petrópolis. Entre seus trabalhos publicados: **História de Cachoeira do Sul, História de Rio Pardo e Dragões do Rio Pardo**, pela BIBLIEx. Biografou Antônio Vicente da Fontoura, obra de que muito se valeu para elaborar a 2ª parte desta obra **Conde de Porto Alegre**, relacionada com a Revolução Farroupilha, e mais: **Centenário do Marechal Floriano Peixoto, História do grande chanceler Barão do Rio Branco, Barão de Santo Ângelo, Andrade Neves-o Vanguardeiro, Um capelão na Guerra do Paraguai, Osório-o perfil de um herói, Elogio a Varnhagem, Episódios e perfis de 1835, Terra Farroupilha, Os prateiros do Rio Grande do Sul, Um bravo nas lutas cisplatinas-Cel de Milícias Jerônimo Gomes Jardim**, etc. Trabalhos com mais precisas indicações no **Dicionário Bibliográfico Gaúcho** de Pedro Villas Boas, p.14/15. Ele desenvolveu, praticou e publicou, em caráter pioneiro, durante a 2ª Guerra, aqui no Brasil, Mobilização Econômica. **O Dicionário de Historiadores do IHGB** desenvolve mais a sua biografia e obra. Na sua revista publicou 3 trabalhos, cabendo destacar Ricardo Franco de

Almeida Serra, o atual patrono dos engenheiros militares do Exército, na Revista Jul/Set 1959.

2- Movimento que passou à História como Revolução Farrroupilha, por nós estudada em **O Exército Farrapo e os seus chefes**. R. de Janeiro: BIBLIEx, 1992, onde ampliamos o conhecimento sobre os principais líderes militares farrapos, depois de explorar os preciosos **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**.

3- Estudamos com detalhes as circunstâncias desta batalha na obra **Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário**. Porto Alegre: Genesis, 2003, editada sob a égide da AHIMTB. Trata-se de estudo crítico militar à luz dos fatores da decisão militar: Missão, Terreno, Inimigo e Meios, que iluminam diversas questões em torno desta batalha, que foi a maior travada em território brasileiro.

4- O Cel Bento Manoel Ribeiro é um injustiçado pela História, conforme Osvaldo Aranha. Com apoio neste o fizemos em **O Exército Farrapo e os seus chefes** e no site www.resenet.com.br/users/ahimtb. Também no informativo **O Guararapes** da AHIMTB, contra o linchamento moral a que foi submetido, justo com Davi Canabarro, na mini-série da Globo **A casa das sete mulheres**. O que ele fez qualquer militar de brio o faria.

5- Não existe prova que Bento Gonçalves tenha mandado matar Albano, seu velho amigo e companheiro nas guerrilhas contra Artigas na fronteira. Bento Gonçalves feriu mortalmente em duelo o Coronel Onofre Pires era uma espada albanesa, de uma partida adquirida pelo Cel Albano, daí passar a ser conhecida como albanesa. Não tem crédito o autor que afirmou esta calúnia em livro.

6- Este sobrado ainda existe, depois de sucessivas reformas. Fica na rua Félix da Cunha, esquina com a rua defronte a praça onde se situa o Teatro Sete de Abril, onde aquartelou a Brigada Liberal do General Neto, integrada por filhos do então amplo município de Piratini, do qual hoje fazem parte os municípios de Canguçu, Piratini, Cerrito, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Candiota, Hulha Negra e Bagé até o Pirai. Região cenário da batalha do Seival e da proclamação da República Rio Grandense, no dia seguinte. Os municípios desmembrados de Piratini só o foram depois da pacificação, a começar por Bagé em 1846 e Canguçu em 1857. Consta na tradição que tendo Porto Alegre se entrincheirado neste sobrado dali foi obrigado a render-se sob a ameaça de ser o prédio explodido com um barril de pólvora.

7- O que foram os sítios farrapos de Porto Alegre e como foram combatidos abordamos em nosso livro **Porto Alegre-memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias**. Brasília: EGGF,1989. Obra editada sob a égide do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, por nós fundado em 10 Set 1986, na Escola Técnica de Pelotas, nos 150 anos do combate do Seival.

8- O Dr. Sérgio da Costa Franco publicou livro sobre os sítios farrapos de Porto Alegre intitulado **Porto Alegre sitiada-um capítulo da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Sulina, 2000, de que nos doou exemplar com a seguinte dedicatória: "Prezado Cel Bento: Peço licença para oferecer-lhe este opúsculo, onde o amigo é citado no corpo do texto e na bibliografia. Um abraço do confrade. Ass: Sérgio da Costa. Neste trabalho Sérgio da Costa Franco reclama que Porto Alegre esqueceu os soldados, marinheiros e civis voluntários que garantiram sua integridade em 4 anos de lutas. Recordo que quando lançamos no IHGRGS nosso livro **Porto Alegre-memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias**. Brasília: EGGCF. 1989, ele nos falou que aquele era um livro que ele desejava ter escrito. E foi o que veio a fazer 11 anos mais tarde focalizando o mesmo assunto que creio abordamos especificamente pela primeira vez e no qual resgatamos o herói da Porto Alegre sitiada, o seu filho o Ten Cel GN Francisco Pedro Brusque de Abreu, o Chico Pedro ou Moringue. E mais, em nosso **O Exército Farrapo e os seus chefes**, abordamos também todos os comandantes imperiais.

9-Bento Manuel passou para a causa farrapa depois de se desentender com o presidente da Província Brigadeiro Antero Ferreira Brito, depois Barão de Tramandaí. Empossado em 5 Jan 1837 foi preso por Bento Manuel cerca de 2 e meio meses depois, em 23 Mar no Passo do Itapevi em Alegrete. Antero pretendia prender Bento Manoel. E este ficou fora da lei, ingressando pela segunda e última vez na causa farrapa. Episódio que desenvolvemos em detalhes na obra **2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada-Brigada Charrua**, sediada em Uruguaiana, dentro do Projeto História do Exército na Região Sul. Brigada que entre seus regimentos conta com o 8º Regimento de Cavalaria Mecanizada – Regimento Conde de Porto Alegre, Uruguaiana, cuja história foi escrita pelo sargento Carlos Fonttes, historiador e artista plástico e correspondente da AHIMTB naquela cidade.

10- O Conde de Rio Pardo era o Marechal Tomas Joaquim Pereira Valente, antigo Ministro da Guerra e comandante das Armas do Rio de Janeiro por ocasião de uma revolta em 1828, no Rio, de soldados mercenários ingleses e alemães, motivada por um castigo público a planchadas de espada, aplicados a um soldado alemão, pelo major Drago, brasileiro. Os revoltosos tomaram conta do atual Palácio Duque de Caxias e foram contidos a muito custo com auxílio da Marinha, tendo o Conde de Rio Pardo sido obrigado a pular uma janela do seu QG. Sua missão de um ano e 4 meses no Rio Grande foi refazer logisticamente o Exército, desgastado com a operação do General João Paulo dos Santos Barreto. Sua missão logística ganhava tempo para Caxias pacificar São Paulo e Minas Gerais.

11- Em **História da 3ª Região Militar, 1807-1889 e Antecedentes**, Porto Alegre:3ª RM/SENAI,1994, em Pacificação da Revolução p.211/219, com apoio em ofícios do Barão de Caxias, no seu comando durante a Revolução Farroupilha, demonstramos a sua grande preocupação em dominar as fontes de cavalhadas e delas privar os farrapos. Recebeu um Exército praticamente desmontado para enfrentar os farrapos, estes com ampla mobilidade pela facilidade de remontar o seu Exército. Assim, ao final o seu Exército estava montado e controlando todas as fontes de cavalhadas que eram negadas aos revolucionários.

12- Canguçu foi ocupado pela Ala Esquerda do Exército de Caxias ao comando do Ten Cel GN Francisco Pedro de Abreu, em circunstâncias que resgatamos em nosso **Canguçu-reencontro com a História**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro,1983, hoje acessível em "Livros" no site www.resenet.com.br/users/ahimtb. A biografia de Chico Pedro, resgatamos expressivamente na obra já citada, **Porto Alegre-memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias**.

13- O 2º Regimento de Cavalaria, ao final da revolução estacionou em Bagé ao comando do Ten Cel Manoel Luiz Osório Osório e mais tarde, em 1852, integrou, ao comando do mesmo, a Divisão Brasileira, esta sob o comando do Brigadeiro Manoel Marques de Souza III, que representou o Brasil na vitoriosa batalha de Monte Caseros em 2 de fevereiro de 1852.

14- Piratini, vista pelo ângulo atual, no regime republicano que consagra a República Rio Grandense e os seus símbolos como a mais efetiva experiência republicana no Império convém ler, de Davi Almeida, Piratini-a primeira e última capital da República Rio

Grandense. Piratini, 2003 e a nossa plaqueta **Piratini, um sagrado símbolo gaúcho farrapo**. Resende: IHTRGS/ACANDHIS.

15- O Cel Antônio Soares de Paiva foi o líder imperial no combate com os farrapos em São José do Norte e que socorreu com remédios os farrapos em retiradas. Foi o sogro do Conde de Porto Alegre em seu 2º casamento.

16- Mais uma prova da presença de Caxias em Piratini, que havíamos mencionado em nosso livro: Canguçu, reencontro com a História e negada pelo historiador Davi de Almeida em seu livro **Piratini, a primeira e última capital da República Rio Grandense**, ao assim escrever :

“Dizem alguns historiadores, como Cláudio Moreira Bento, baseado em Ordens do Dia e Ofícios do Barão de Caxias (1842-1845), que o mesmo fez de Piratini seu Quartel General e ai estabeleceu o Governo da Província. Como o próprio Moreira Bento diz: “Em tempo de guerra mentira é como terra”, suas conclusões não correspondem a realidade, pois Caxias ao que se sabe, em Piratini só esteve no interior, ou mais precisamente no Passo da Orqueta. Também Morivalde Calvet Fagundes afirma que, em 2 de janeiro de 1845, Antônio Vicente da Fontoura encontrou-se em Piratini com o Barão de Caxias, o que não corresponde igualmente com as pesquisas locais. Em 6 de janeiro de 2004, na qualidade de fundador e presidente da Academia Piratiniense de História escrevemos a David de Almeida mostrando que os Ofícios de Caxias e Ordens do Dia de Caxias nºs 182,183 e 184 se referem ao Quartel General na Vila de Piratini e do mesmo o seu ofício de 4 de janeiro de 1845, expedido da Vila de Piratini. Em síntese, informamos-lhe que Piratini, com apoio nos citados documentos, foi Quartel General do Comando das Armas da Província do Rio Grande do Sul e da Presidência da mesma de cerca de 30 Dez 1844 a 10 Jan 1845 e onde ele recebeu, de volta de missão no Rio de Janeiro, o Coronel Manoel Marques de Souza III e o ministro farrapo Antônio Vicente da Fontoura. Desconhecemos quais são as pesquisas locais para afirmar o contrário!

Para aquela época, o Cel Marques de Souza e Vicente da Fontoura desincumbiram-se da missão recebida de Caxias em Bagé em 45 dias, até lhe comunicarem em Piratini em 2 de janeiro de 1845 o resultado de sua missão.

17- Foi relevante a participação do futuro Conde de Porto Alegre na pacificação da Revolução Farroupilha, como se pode concluir do Ten Cel Henrique Oscar Wiedersphan em **O Convênio de**

Ponche Verde. Porto Alegre: EST/SULINA,1980, que prefiro tratar de Paz de D. Pedrito, por ela haver se desenvolvido em dois locais: Ponche Verde, acampamento farrapo e Acampamento Imperial junto ao rio Santa Maria. Segundo Caxias, o Cel Marques de Souza foi seu representante pessoal nas negociações de paz no Rio, "por ser aquela pessoa inteligente que possa falar com o imperador com toda a clareza", e disto jamais se arrependeria, pois o Coronel Marques de Souza corresponderia plenamente aos delicados encargos que lhe foram confiados. Vicente da Fontoura visitou com o Capitão Carlos, irmão de Caxias a casa do General Francisco Lima e Silva, irmão do General farroupilha João Manoel Lima e Silva, que foi o primeiro general farroupilha, depois assassinado em São Borja por imperiais, sendo depois exumado e sepultado em Caçapava, de onde foi desenterrado por imperiais e seus ossos espalhados pelos campos, conforme abordo ao biografá-lo em **O Exército farrapo e os seus chefes.** Isto devia doer na alma do irmão e dos sobrinhos, o Barão de Caxias e seu irmão capitão Carlos. Fontoura assim escreveu sobre o Brigadeiro Lima e Silva, que vale a pena recordar:

"Continuo a freqüentar a casa do Brigadeiro Lima e Silva, pai do Barão de Caxias, porque é uma boa alma! É desses astros que não se mancham na corrupção da Corte, e a despeito dela brilham sempre com fulgor. À vista de tal pai, já não me admiro das excelentes qualidades do filho. Falo do capitão Carlos Lima e Silva, meu companheiro de viagem, uma das mais belas almas que tenho conhecido". E daí se pode deduzir a positiva influência paterna no caráter de Caxias.

18- "Os meus patrícios não se vendem"! Este foi o veemente protesto do futuro Conde de Porto Alegre em encontro com o Ministro Alves Branco ao este sugerir comprar a paz com dinheiro a ser dado aos líderes da revolução. Vicente da Fontoura ficou silente e o Coronel bradou ao Ministro Alves Branco". Os meus patrícios não se vendem!" O Cel Marques de Souza foi recebido em caráter particular pelo Imperador do Pedro II, a quem comunicou os pontos de vista do Barão de Caxias, dobrando o Imperador para a argumentação de Caxias, bem como os ministros mais radicais, como referiu Wiedersphan: O coronel Marques de Souza, reservado e consciente de suas responsabilidades, procurou manter-se sempre discreto, tal como se exige hoje de um oficial de Estado-Maior, no anonimato, apenas tendo a satisfação do dever cumprido". O Coronel Marques de Souza foi enviado por Caxias de seu QG na margem direita do Santa Maria

no anoitecer de 25 de fevereiro para acelerar junto aos farrapos a reunião deles em Conselho e acompanhou depois Vicente da Fontoura já com a decisão dos líderes farroupilhas até o acampamento de Caxias.

Apesar da discrição e anonimato no desempenho da missão que Caxias lhe atribuiu, de expor seus pontos de vistas no Rio ao Imperador e ministros, indiscutivelmente ele foi o auxiliar mais direto de Caxias na pacificação farroupilha. Creio que isto tenha influenciado Caxias a lhe dar o comando da Divisão Brasileira que participou da vitoriosa Batalha de Monte Caseros.

19- Biografamos seu avô na História da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada—Brigada Manoel Marques de Souza I. Porto Alegre:2001, elaborada em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. Denominação histórica por nos proposta e instruída e encaminhada pelo Gen Bda Virgílio Ribeiro Muxfeldt e aprovada pelo Ministro do Exército Gen Ex Zenildo de Lucena.

20- Em nosso trabalho **A Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu, 1783-89**. São Lourenço: Prefeitura Municipal de Canguçu/ACANDHIS,1992, disponível em Livros no site www.resenet.com.br/users/ahimtb, demonstramos os laços de parentesco com personalidades gradas do Rio Grande do Sul e da Corte. Auguste de Saint Hilaire em Viagem ao Rio Grande do Sul,1820/21 (Rio de Janeiro:Ariel,1935) por ocasião da 2ª Guerra contra Artigas documenta a passagem por Rio Grande da Divisão de Voluntários Reais ao comando do General Carlos Frederico Lécor, que invadiu o atual Uruguai e tomou Montevidéu. É leitura que vale a pena ser feita. Então o futuro Conde de Porto Alegre aos 16 anos era Alferes Ajudante de Campo do General Lécor, reeditando feito de seu avô que, em 1754/57 foi Ajudante de Campo ou Ajudante de Ordens do Tenente General Henrique Böhn que reconquistou o Rio Grande do Sul aos espanhóis, episódio por nós abordado em detalhes na obra **A Guerra da Restauração do Rio Grande**. Rio de Janeiro:BIBLIEx,1992. E restaurado com apoio do relatório da campanha do Tenente General Henrique Böhn depois de traduzido do francês pelo Cel Ney Paulo Panizzutti.

21- Depois de proclamada a República Rio Grandense, imperiais e republicanos.

22- Politicamente, o Conde de Porto Alegre foi adversário do Duque de Caxias, presidente do Gabinete de 2 de março de 1861 e por cuja queda se bateu na Câmara Geral. Foi convidado pelo

Gabinete que sucedeu o Gabinete Caxias para ser o Ministro da Guerra, função que exerceu somente por 6 dias, de 24 a 28 de maio de 1862. Durante a Guerra do Paraguai, Osório e Porto Alegre militaram em partidos opostos, Osório no Liberal Radical e Porto Alegre no Liberal Progressista.

DEOCLÉCIO DE PARANHOS ANTUNES

Deoclécio de Paranhos Antunes (1902-1962), Coronel de Intendência. Nasceu em Rio Pardo, em 4 de julho de 1902. Falecido no Rio de Janeiro em 20 de agosto de 1962. Filho de Cristiano Carlos Antunes e de Eugênia Paranhos Antunes. Estudou o primário na terra natal. Foi autor das seguintes obras: **História de Rio Pardo**, 1933; **Os Dragões do Rio Pardo**, Rio de Janeiro, Bibliex, 1954; **O combate de Rio Pardo - 1838** (separata da RIHGRGS, 1936), e **Andrade Neves**, Rio de Janeiro: Bibliex, 1943. Foi jornalista em Cachoeira do Sul e redator do jornal Cachoeira-jornal

Entre vários outros trabalhos escreveu: História de Cachoeira do Sul, 1932; Antônio Vicente da Fontoura, o embaixador dos farrapos (Porto Alegre: Liv. Globo, 1935); Osório-perfil de um herói, 1941; Barão de Santo Ângelo – o pintor do Renascentismo (Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943); Um capitão na guerra do Paraguai, 1944; Os prateiros no Rio Grande do Sul; Um bravo nas lutas da Cisplatina – Coronel de Milícias Jerônimo Gomes Jardim. Produziu ainda, de grande interesse profissional militar: Combustíveis na América do Sul; Noções de Economia de Guerra; Abastecimento e transportes. Produziu outros trabalhos, relacionados por Pedro Leite Villas em seu magnífico e indispensável instrumento de trabalho Dicionário Bibliográfico Gaúcho- Porto Alegre: EST, 1991.

De Paranhos Antunes ingressou no Exército tendo obtido o 1º lugar no Curso de Aperfeiçoamento de Intendência. Possuía o Curso de Estado-Maior de Serviços, tendo atingido o generalato na reserva. Durante sua vida militar exerceu as seguintes comissões importantes: Chefe de Gabinete da Diretoria de Transportes, 1944/45; Chefe do Gabinete da Coordenação da Mobilização Econômica; Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia do IBGE e Secretário da Comissão dos Festejos do sesquicentenário do Duque de Caxias, bem como integrou a Comissão de Mudança da Capital Federal para o Planalto Central. Foi secretário do XI Congresso Brasileiro de Geografia e presidiu a Comissão de Bicentenário dos Dragões do Rio Pardo, em realidade Dragões do Rio Grande, aquartelados no Rio Pardo.

Foi instrutor na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) de Economia e Mobilização e de Economia Política e Sociologia no curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Assuntos sobre os quais produziu trabalhos pioneiros, em especial sobre Mobilização Industrial. Foi historiador, poeta e crítico

literário. Integrou as seguintes entidades: Sociedade Brasileira dos Homens de Letras; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de História e Geografia Militar do Brasil; Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e o do Rio Grande do Sul. Foi membro da Academia Riograndense de Letras em 1934/44. Era irmão de Duminiense Paranhos Antunes, conhecido escritor.

É patrono da cadeira nº 7 da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, inaugurada em abril de 1998, no Colégio Militar de Santa Maria pelo Major Farmacêutico Reformado Luiz Prates Carrion, cuja biografia figura na página 54 do livro de poses nº 11, 1998, junto com a de seu patrono.

3ª Parte

de Carlos Maul

- I – Antecedentes da colaboração do Brasil na luta interna da República Argentina e da guerra de 1851-1852**
- II – O entrevero diplomático do Rio de Janeiro**
- III – Diante de Rosas.**

ANTECEDENTES DA COLABORAÇÃO DO BRASIL NA LUTA INTERNA DA REPÚBLICA ARGENTINA E DA GUERRA DE 1851-1852

A Revolução Farroupilha apresentou-se a Juan Manuel Rosas como excelente motivo para entrar em relações com os rebelados de Piratini (1) e induzi-los a uma obra de fragmentação da nossa unidade nacional. Reconheceu a nova República e recebeu em Buenos Aires o seu plenipotenciário. Mandou festejar o acontecimento. Bento Gonçalves deixou-se enleiar na sedução. Abria a porta à intervenção do caudilho primitivo nas nossas contendas domésticas, talvez convencido de que havia sinceridade republicana nos oferecimentos de auxílio que lhe vinham da Argentina. A realidade, porém, fácil de verificar-se através dos documentos, é que Rosas não desanimava de dar corpo ao seu velho sonho de restauração das Províncias Unidas do Rio da Prata, que sucederam ao morto vice-reinado do fim da colônia e fragmentadas com a independência do Uruguai. Rio Branco, que estudou a fundo os problemas platinos, escreveu que Rosas não perdia a esperança de "absorver o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai, reconstruindo o antigo vice-reinado do Prata. A política internacional do Brasil, criada pelo Partido Conservador e principalmente pelo ilustre ministro Paulino de Souza, consistia então, como ainda hoje, em manter a independência dos dois estados ameaçados pela ambição argentina".

A divergência argentino-brasileira só nas exterioridades seria causada pela diferença de regimes. No seu âmago, entretanto, latejava um antagonismo mais violento de tendências. A grande unidade territorial do Brasil – mantida por uma unidade espiritual indisfarçável – contrastava com o fracionamento das possessões espanholas que Bolívar, com o seu gênio, não conseguira subordinar a uma única bandeira. Rosas procurava submeter ao seu comando, com

sede em Buenos Aires, pouco a pouco, o resto da América hispânica. E para conduzir a bom termo a sua aspiração só via um caminho: neutralizar, de qualquer forma, a força que se oporia, logicamente, ao seu plano. Aliás, é conveniente considerar que ele obedecia a um impulso instintivo e, nesse particular, não se afastava dos pendores até de alguns dos mais graduados de seus ferrenhos inimigos argentinos.

JUAN

MANUEL DE ROSAS

Sarmiento (2), é evidente, foi um dos maiores e mais eficazes demolidores do seu governo. Com o tremendo panfleto "Civilização e

barbárie”, posteriormente mudado no “Facundo”, apresentou-o aos olhos

DOMINGO SARMIENTO

do mundo como um dos exemplares mais hediondos que a espécie humana tem conhecido. No Chile, onde se homiziara para fugir à

sanha do tigre, forjava os raios que ajudariam a fulminá-lo. Em opúsculos periódicos remetia clandestinamente as páginas vibrantes de descrição e crítica das façanhas rosistas aos leitores do resto do Continente, mas a finalidade era a de não permitir que se apagasse nos seus patrícios a flama sagrada da insurreição. O retrato que aí se traça de Juan Manuel Rosas é o retrato moral de um monstro. Facundo Quiroga é o seu aliado na campanha porque devora os caudilhos menores. Tolera-lhe as barbaridades. Um dia porém, chega, e que deve assinalar o fim do estranho correligionário-inimigo potencial que lhe pode vir a disputar o mando supremo. Facilita então o seu trucidamento na emboscada de Santos Ferraz, mas disfarça a cumplicidade no atentado decretando honras excepcionais ao "Tigre de los Llanos" e condena à morte os matadores. Quiroga desaparece das suas preocupações, é o derradeiro obstáculo a superar. "Na República Argentina – escreve Sarmiento – não foi um Conselho que se apoderou assim da autoridade suprema: foi um homem, e homem indigno. Encarregado temporariamente das Relações Exteriores, depõe, fuzila, assassina os governadores de província que o elevaram. Revestido da "Suma" de poder público em 1835, só por cinco anos, em 1845 está ainda investido daquele poder. E ninguém seria hoje tão cândido para esperar que o deixe, nem que o povo se atreva a pedi-lo. Seu governo é por toda a vida, e se a Providência consentir que ele venha a morrer pacificamente como o dr. Francia, longos anos de dores e misérias aguardam os desgraçados povos, vítimas agora de momentâneo cansaço".

O perfil do caudilho, nas suas linhas substanciais, está aí. Mas há as suas exterioridades grotescas que concorrem para a formação do quadro psicológico. Eis como Sarmiento desenha largamente a solenidade da sua posse: "A 13 de abril de 1835 tomou Rosas posse do governo, e seu aprumo e desembaraço na cerimônia não deixou de surpreender aos iludidos que supunham encontrar um minuto de divertimento no sem-jeito do gaúcho. Apresentou-se de casaca desabotoada, que deixava entrever um jaleco amarelo. Perdoem-me, os que não compreendem o espírito dessa indumentária singular, a recordação dessa circunstância. Finalmente, tem o governo em suas mãos. Facundo morreu um mês antes; a cidade entregou-se-lhe à discricção; o povo confirmou do modo mais autêntico essa entrega total de garantias e instituições. É o Estado uma tábua rasa em que ele vai escrever uma coisa nova e original". E mais adiante: "Outra criação daquela época foi o **censo das opiniões**. É uma instituição

verdadeiramente original. Rosas mandou abrir na cidade e na campanha,

FACUNDO QUIROGA

por intermédio dos juízes de paz, um registro em que se anotava o nome de cada morador classificando-se-o de unitário, indiferente,

federal ou federal legítimo. Nos colégios a tarefa coube aos reitores, e em toda a parte o registro se fez com o mais severo escrúpulo, comprovando-se-o depois, e admitidas as reclamações que uma inexatidão ocasionasse. Esses registros reunidos pelo governo serviram para oferecer pescoços ao cutelo infatigável da mazorca (3) durante sete anos.....

"O dr. Vicente Maza, presidente da Sala e da Câmara de Justiça, conselheiro de Rosas e o que mais contribuiu para a sua elevação, vê um dia que o seu retrato foi retirado da sala do Tribunal por um destacamento da mazorca. À noite quebram os vidros da janela da casa a que se recolhera; no dia imediato escreve a Rosas, em outros tempos seu protegido, seu afilhado político, mostrando-lhe estranheza por tal procedimento e a sua inocência de qualquer crime. À noite do terceiro dia dirige-se à Sala, e estava ditando ao escrevente a sua renúncia quando a adaga que lhe corta a garganta interrompe o ditado. Os representantes começam a chegar, o tapete está empapado de sangue, o cadáver do presidente aí jaz estendido. O sr. Irigoyen propõe que se reúnam os convidados em maior número possível para acompanhar devidamente ao cemitério a ilustre vítima. O sr. Baldomero Garcia responde: Parece bem...mas...nada de muitos carros... Para que?"

Quiseram, como de costume, lançar sobre os unitários a responsabilidade do assassinio. Rosas não o consentiu e declarou que "mandara matar o velho pai para evitar-lhe o desgosto de ver morrer o querido filho" que se envolvera numa conspiração.....

Esses são apenas detalhes do libelo, porque a obra inteira é a narrativa quente das ocorrências que se amontoavam, de fatos que nos dão a idéia da aparição de um semi-deus vingativo a rir numa atmosfera de hecatombes. Sarmiento, todavia, não tardou em fazer uma revisão de juízos. Não desejava compromissos irrevogáveis com esse passado de que fora um dos demolidores. No prólogo de uma das edições argentinas do livro Ricardo Rojas assinala : "Ao voltar da proscricção quando foi de Caseros, invocava "Facundo" para alistar-se entre os chefes da milícia e entre os estadistas da organização; entretanto, trinta anos depois continuava a invocá-lo como uma das forças que derrocaram a tirania de Rosas e como uma das páginas mais vivas de literatura. Em 1881, a propósito da tradução italiana deste livro escrevia Sarmiento: "Não vá o historiador, em busca da verdade gráfica, ferir as carnes de Facundo que está vivo. Não lhe

toqueis. Assim, como assim, com todos os defeitos, com todas as suas imperfeições, amaram-no os seus contemporâneos, agasalharam-no todas as literaturas estrangeiras, acarinharam-no os que o leram pela primeira vez e o pampa argentino é tão poético hoje na terra como o foram as montanhas da Escócia desenhadas por Walter Scott para o encanto das inteligências...”

Antes em 1845, já Sarmiento iniciava esse processo de corrigenda; “Depois de terminada a publicação desta obra, recebi de vários amigos retificação de fatos nela referidos. Algumas inexatidões deviam escapar num trabalho feito à pressa, longe do teatro dos acontecimentos e sobre um assunto de que até ao presente nada se escrevera”.

Mas o mais importante viria quando Ramos Mejia publicava a sua famosa “Memória de los hombres celebres de la historia argentina”, obra de médico e de psicólogo. Sarmiento não quis deixar sem reparo o aparecimento desse volume em cujas páginas a ciência recolhia na história o material de suas pesquisas. E fê-lo desta maneira à guisa de advertência: “A tirania de Rosas foi uma loucura em ação. Preveniríamos ao jovem autor para não receber como moeda de boa lei todas as acusações que se fizeram a Rosas naqueles tempos de combate e de luta, no interesse mesmo das doutrinas científicas que explicariam os fatos verdadeiros”.

É claro que Sarmiento, homem de Estado, professor, presidente da República, com o subconsciente trabalhado pela influência do meio, queria separar o que havia de transitório nos seus ataques de panfletários, daquilo que fixara para a posteridade. Era também um “platino”, apesar da sua cultura européia, e como tal um adepto do sentimento hegemônico de seus compatriotas. Para ele, como para os que neste século revivem as tendências daquela fase de sombras, Rosas só teve os defeitos do seu temperamento. Houvesse ele contemporizado com os intelectuais de seu tempo e estes, sem dúvida, o teriam acompanhado e prestigiado na sua aventura. O fenômeno, no entanto, não é exclusivo da Argentina, porque no Paraguai, o seu maior historiador, Juan O’Leary, descendente de uma vítima de Solano Lopes é o centro de uma corrente que procura a canonização do déspota. A verdade é que esses indivíduos não foram mais do que a representação física e brutal de uma idéia em busca de sua realização política.

Em “Um estadista do Império”, Joaquim Nabuco define com precisão e bons documentos esse estado de espírito: “Os Estados

Unidos da América do Sul é a idéia de muito filho de Buenos Aires sobre quem as tradições de um passado comum, de uma comum literatura, tem ainda a mesma força que sobre a geração do meiado (sic) do século, contemporânea do sítio de Montevidéu. Naquela época, porém, era muito mais vivo e geralmente confessado. As províncias da República Argentina estavam ainda à procura de sua síntese nacional. Buenos Aires e Paraná exerciam sobre o sistema influências contrárias. O Paraguai vivia seqüestrado no obscurantismo de uma tirania cujo principal inimigo figurava-se-lhe ser o alfabeto, e Montevidéu, que de escassamente povoado crescera durante a tirania de Rosas, a quase igualar Buenos Aires, sentia-se presa certa das revoluções argentinas, da caudilhagem da margem ocidental do Uruguai, se não pudesse contar com a proteção do Brasil.”

Em nota a um capítulo desse mesmo livro confirmam-se esses objetivos da constituição da República dos Estados Unidos da América do Sul, com a união da Argentina, Uruguai e Paraguai. São idéias de Sarmiento divulgadas em 1865, em “Argyropolis”. Nabuco comenta uma palestra do sr. Elizalde, ministro das Relações Exteriores com o sr. Thornton representante diplomático da Inglaterra. E observa registrando palavras do inglês: “O sr. Elizalde disse-me um dia, ainda que em conversa, que esperava viver bastante para ver a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai e a Argentina, unidos em uma confederação e formando uma poderosa República na América do Sul”.

Em 1838, Rosas se recusa a firmar o tratado de paz definitivo previsto na Convenção de 1828, em 1839 reconhecia a República de Piratini e recebia as credenciais de seu plenipotenciário Antonio Manoel da Câmara. Em 1834 o incidente entre o nosso representante em Buenos Aires, Duarte da Ponte Ribeiro, e o ministro Aranda, provoca a saída imediata daquele da metrópole argentina. Em 1845, Rosas verifica a inutilidade de seus esforços para que os Farroupilhas aceitassem francamente a sua cooperação de há muito oferecida e sempre desdenhada. Sem comprovação escrita, corre a versão de que David Canabarro fora de uma feita procurado por emissários do ditador que lhe propunham ajuda militar e financeira. Indignado teria respondido que a entrada do primeiro soldado argentino em terra brasileira significaria a paz com os imperiais (4). Deve ter sido mais ou menos esta contestação do valoroso caudilho riograndense, porque a sua proclamação de 28 de fevereiro de 1845 reproduz com outras palavras o sentido dessa recusa enérgica. Afirmava Canabarro nesse papel datado de Poncho Verde: “Um poder estranho ameaça a

integralidade do Império, e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniquidades, e nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem geral do Brasil”.

O ENTREVERO DIPLOMÁTICO NO RIO DE JANEIRO

Dois diplomatas representavam junto à Corte de São Cristóvão os grupos em conflito no Prata: o General Tomás Guido, delegado de Rosas, e Andrés Lamas, enviado da "praça" de Montevideú. Oribe dominava o resto do Estado Oriental e era aliado do caudilho argentino. Os plenipotenciários, no Rio de Janeiro, quebravam lanças para conquistar as boas graças do gabinete, um, o de Rosas, negaceando (5) para ganhar tempo em favor das pretensões de seu chefe e contando com a sua antiguidade no posto, pois estava havia muito no Brasil e assinara em 1828 a Convenção Preliminar de Paz que pusera termo à guerra da Cisplatina. Era uma personalidade um tanto rude e as suas notas constantes refletiam a orientação violenta de seu governo. Andrés Lamas, novo na terra, desconhecia o meio - chegara em 1847 - e se esforçava por entrar na nossa intimidade discretamente e com a cerimônia do indivíduo educado. Só com a ascensão de Paulino Soares de Souza à pasta dos Negócios Estrangeiros é que ele pode imprimir às suas atividade um rumo prático, de vez que com o novo secretário de Estado poderia entender-se mais á vontade. Paulino estava senhor absoluto das questões platinas, tinha orientação firme e sabia lidar admiravelmente com os dois agentes estrangeiros que o assediavam. O Brasil resistia aos convites tendenciosos que lhe faziam para uma intervenção na luta interna uruguaia, apesar da parcialidade de Oribe, vinculado estreitamente a Rosas, por cuja conta mantinha acesa a agitação armada nos pampas. A praça de Montevideú só confiava em alguma coisa do lado do Brasil, mas a nossa neutralidade rígida ia lhe criando uma situação penosa e pondo em risco o êxito da sua longa resistência ao cerco. E os interesses franco-britânicos no Rio da Prata contribuíam para aumentar as dificuldades.

Nessa emergência, Tomás Guido, maliciosamente, considera em palestra com Paulino que a hipótese de serem reconhecidos, pela Argentina o governo de Oribe e pelo Brasil, o da praça de Montevideú, estabeleceria um estado de fato diante do qual não se saberia ao certo com qual das duas forças seria lícito negociar. Há depois uma

troca de opiniões em que se pode descobrir o propósito de Guido de sugerir sempre dúvidas quanto à solução dos problemas pendentes, que eram as delimitações de fronteiras com o Paraguai, cuja independência reconhecemos em 1844, e com o Uruguai. Paulino sabia contornar com a sua notória sagacidade e a sua admirável visão política as questões suscitadas pelo depositário fiel do pensamento de Rosas, porque no fundo não ignorava os seus objetivos imediatos e remotos. Isso se conhece hoje graças à divulgação dos seus preciosos apontamentos reservados, através da sua biografia escrita pelo seu descendente José Antonio Soares de Souza, à luz do riquíssimo documentário de seu arquivo de família. É uma obra, sob todos os títulos, da maior valia como depoimento vivo em que poderemos recolher minúcias do que foi esse tremendo e prolongado duelo verbal em que esgrimiam dois espíritos antagônicos, o de um homem que trabalhava por sua causa ingrata e antipática, com as armas da perfídia e da grosseria, que turvava as águas para daí retirar conseqüências beneficiadoras do caudilho de Palermo e sonhava facilitar a marcha da sua megalomania contra a nossa integridade territorial, e de outro que se opunha a desígnios equívocos e só pretendia evitar a todo o transe um epílogo de sangue nessa contenda.

Nas notas íntimas de Paulino deparamos este trecho: "No domingo, 11 do corrente novembro de 1849, compareceu em minha casa D. Andrés Lamas, E. E. e M. P. da República Oriental, em virtude do bilhete que escrevi, em resposta aquele em que pedia uma conferência antes da saída do pacote. Disse-lhe eu que tinha apresentado a S. M. I. e aos meus colegas, o despacho do seu governo, e as bases e instruções dadas a Pacheco y Obes, e que a resposta que tinha a dar-lhes era a seguinte: O que se pretendia saber era a resolução que tomaria o Governo Imperial, chegado que fosse o caso do art. 7º. das referidas bases. Nesse art. 7º, se estabelece a garantia da França, e **na sua falta**, a do Brasil, para o cumprimento do que se houver pactuado entre o governo de Montevideú e a Confederação Argentina. Que o Governo Imperial não podia prometer tornar-se garante de pactos que não conhece, e cujas estipulações nem sequer ainda existem... Que a história destes últimos anos do Rio da Prata, era prova irrecusável de que Rosas não acederia as bases dadas a Pacheco y Obes, ou coisa equivalente, porque Rosas não acederia a nada que não fosse a entrada de Oribe

em Montevideu, e que seria indispensável constrangê-lo pela força das armas...

"Lamas deu-me razão, reconheceu que ignorando o que íamos garantir, não nos convinha obrigarmo-nos, mas acrescentou que nesse caso poderia o Governo Imperial escrever ao seu ministro em Paris, dando-lhe instruções para tratar com o Governo francês. – Respondi-lhe que estávamos escarmentados (6) com os resultados da missão do Visconde de Abrantes (7), e que se a França tinha a peito o nosso concurso, a ela cumpria dar o primeiro passo, e habilitar o seu ministro nesta Corte para fazer abertura ao Governo Imperial. Que depois do que tem acontecido no Rio da Prata, não se podia estranhar que andássemos sobre aviso, e que considerássemos muito antes de nos envolver em qualquer novidade... mas que ele Lamas podia ficar certo de que não seria hostil à missão de Pacheco y Obes. Disse-me Lamas que com efeito era de esperar que as primeiras notícias esclarecessem a situação e por isso me pedia que fosse pensando sobre a matéria, e lhe desse licença para a procurar-me quando quisesse, porque não me recusava a ouvir quaisquer comunicações que quisesse fazer-me, mas que ficasse certo de que o Governo Imperial não tomaria resolução alguma sem dados muito positivos e claros, e sem toda a segurança".

Num dos encontros de Paulino com Tomás Guido, ouviu deste a insinuação intempestiva de que conviria concordar com Rosas, desde que duas nações poderosas como a França e a Inglaterra já fizeram concessões ao "caráter tenaz e firme de Rosas, o que não representava diminuição à respeitabilidade das mesmas, não haveria porque admitir que o Brasil se diminuísse imitando-as. A resposta de Paulino foi incisiva e concludente:

"Não haveria coisa melhor do que ter um caráter tenaz e firme no sentido em que ele o entendia, porque assim todos nos cederiam, e que era muito para crer que S. M. também quisesse ter esse caráter tenaz e firme, visto ser coisa tão boa para se conseguir o que convém. Que a questão não era essa, mas sim a justiça das pretensões, e o restabelecimento da boa harmonia entre os dois países. Que as questões do Rio da Prata em Inglaterra e em França eram questões muito secundárias apenas conhecidas e apreciadas por um círculo de pessoas interessadas no comércio para Montevideu e Buenos Aires; eram questões incômodas para aqueles Governos e sobre as quais pouco se exercia a opinião pública, que as não estudava e compreendia. Que, pelo contrário, para o Brasil e as

questões do Rio da Prata eram as primeiras questões de política exterior, e sobre as quais o público tinha os olhos mais abertos. Que o Governo inglês que fizesse à França, ou à Rússia as concessões feitas a Rosas seria enxotado pela indignação nacional, e o mesmo sucederia ao francês que fizesse iguais concessões à Inglaterra. Que nessas nações o espírito público exercia-se mais sobre as grandes questões de equilíbrio e influência européia, como entre nós sobre as questões do Rio da Prata, e que se perderia na opinião do Brasil aquele governo que não mantivesse a sua dignidade perante a Confederação Argentina”.

Das conversações do enviado argentino com o nosso ministro dos Estrangeiros ressaltam incidentes que marcam bem as atitudes de ambos e dizem o quanto Paulino se controlava para não cortar o fio de um diálogo que às vezes tomava feições de atrevimento desabusado da parte do interlocutor platino. A nota de Guido que se destinava, segundo a sua frase, ao encerramento dos debates em torno do assunto, fugia do tom de conveniência e medida peculiar à linguagem diplomática. Mas Paulino, ao defrontar o ministro argentino ainda conteve qualquer ímpeto ou demasia que trouxesse um rompimento brusco em face da provocação. Recordou-lhe que esperava uma nota em termos conciliadores e que, no entanto, ela lhe causara tristeza e que começava a desesperar de algum acordo. Deveria mostrá-la ao Imperador e aos colegas de Gabinete para uma decisão a respeito. Nessa altura, Guido tergiversa e acentua que Paulino deveria fazer vista grossa sobre a sua primeira impressão de leitura. “Eram palavras – assinala – que se poderiam explicar, e que era a contribuição de linguagem e da política de que sempre usava Rosas”. Quando Paulino sublinha os pontos mais ásperos da nota Guido não se dá por achado e se declara autorizado a retirar tais expressões “sob sua responsabilidade” a fim de chegar-se a um acordo...

Paulino não deixaria, por certo, de sorrir a essa ligeireza de comportamento, índice seguro da insinceridade do representante de Rosas. Fez-lhe sentir que o Brasil não poderia confiar num governo que pouco antes se recusara a subscrever um ato que o próprio General Guido firmara com Honório Hermeto. E passou a enumerar os acontecimentos do mesmo teor, dois, três, quatro, em que o ministro Guido agia com duplicidade, de um modo em nome de Rosas, para este desfazer imediatamente o convencionado com sua autorização. Não era possível continuar nessa política sinuosa de desfazer à noite o

tecido durante o dia. E Paulino, aludindo à lenda homérica da teia de Penélope, conclui que o "Governo Imperial desejava acabar de uma vez essas questões e saber em que ficamos".

A ação de Guido tornava-se cada vez mais impertinente ao passo que em Montevideu as coisas se processam de forma alarmante. Numa de suas notas o nosso encarregado de Negócios junto à praça se manifesta inquieto e declara que "se este desgraçado país vier a cair nas mãos de Rosas, ou totalmente nas de Oribe, muito receio que todo e qualquer sacrifício de minha parte seja inútil para o melhor serviço do Império". E conclui que em sua opinião a "guerra é inevitável". Creio até – acrescenta – que ela se aproxima a passos rápidos e que teremos contra nós argentinos, orientais e paraguaios. Partindo deste dado, é fácil concluir que melhor é agredir do que ser agredido, que melhor é ter no território inimigo um ponto de apoio como Montevideu".

Rodrigo da Silva Pontes colocava-se no ponto de vista da conveniência da aliança com os franceses e a sugeriu ao Império, mas Paulino era infenso a esse arranjo. A sua formação mental e a certeza que tinha do que convinha ao Brasil induziam-no a discordar de semelhante diretriz. Pairavam nuvens revolucionárias sobre a fronteira do Rio Grande, e ele pretendia que o Governo enfrentasse simultaneamente os que planejavam renovar as discórdias intestinas, e os estranhos que só aguardavam o ensejo para nos atacar de flanco e desprevenidos.

Na posição tomada por Oribe, com o apoio da maioria da nação, tínhamos a prova de que a adesão obtida por Lécor para a fundação da Província Cisplatina era fruto da fraqueza militar de momento, e não um ato sincero. Os mesmos que haviam arrancado aquela província do corpo do Império reforçavam novamente um movimento de envergadura para que se realizasse o retorno ao programa das Províncias Unidas. A idéia apenas adormecera no ânimo de seus caudilhos, mas não se desvanecera. Tudo conduzia então à retomada das iniciativas frustradas anteriormente.

O Brasil sentia que estava em presença de uma velha aliança espiritual de adversários tenazes e que sua conduta teria de ser indene da influência de qualquer dos grupos platinos. Sabia-se aqui que os orientais que nos solicitavam amparo nas horas angustiosas das suas contendas partidárias queriam unicamente resolver um caso doméstico para logo se mostrarem tais como eram por força dos atavismos irrecorríveis.

Lamas, no momento, nos mereceria mais atenção do que Tomás Guido, porém não era aconselhável tomar rigorosamente ao pé da letra os seus desesperados apelos. Na verdade prestamos auxílios financeiros por intermédio de Mauá e de Buchental. Todavia nos aproximávamos sem remédio da hora crítica em que só as armas proferirão a última palavra. A leitura da correspondência de Paulino nos convence da honestidade e da habilidade com que ele dirigia os negócios externos do Império, a debater com os inimigos mal encapuçados e insidiosos que nunca se mostravam satisfeitos com as soluções propostas e desempenhavam o papel de amortecedores de choques para que os seus se preparassem e nos surpreendessem quando menos o esperássemos. Esqueciam-se, evidentemente, que à testa da nossa diplomacia estava uma figura insigne pela cultura, pela moralidade e pelo patriotismo, e que, do nosso lado, nada desejávamos acima da segurança de nossas fronteiras e do equilíbrio continental, com o respeito fanático a todas as soberanias.

Até a partida do general Tomás Guido, Paulino ainda não cogitara de levar até aos campos de batalha a liquidação do litígio que enervaria a mais calma das criaturas. Ao transmitir ao representante brasileiro em Montevidéu essa notícia, salientava que o embarque do emissário de Rosas não implicava numa declaração de guerra. Aliás, um documento vindo de Buenos Aires em fins de 1850 revela claramente que Paulino era tido como elemento incômodo que devia ser derrubado, exatamente porque não queria a guerra. Nessa epístola se diz que Tomás Guido confidenciara ao ministro Aranda que "o Ministério Brasileiro está dividido e que, segundo ele pensava, está mui distante de declarar a guerra; mas temia que o estado da Província do Rio Grande do Sul precipitasse os acontecimentos": Guido acrescentou que é necessário, **coute que coute** (8), evitar que os Rio-Grandenses rompam as hostilidades, e derribar o Ministério do Brasil, ou pelo menos modificá-lo, fazendo sair o sr. Paulino".

Rosas queria a guerra, Oribe não almejava outra coisa, e ambos lutavam por todos os meios ao seu alcance para que a política brasileira se modificasse e lhes fizesse inconscientemente o jogo escuso. Desafiavam, provocavam, mas fugiam à responsabilidade. Desde cedo Rosas acumulava armamentos e munições, o que nos obrigou a não descurar de uma preparação de acordo com a nossa posição e o nosso prestígio na América. Os ingleses nos embaraçavam, visando o seu interesse comercial no Rio da Prata, e Rosas se aproveitava desses manejos. Repetiam-se os atentados aos

estancieiros brasileiros no Uruguai. Em janeiro de 1851 o governo de Oribe rompe com o Brasil. O Paraguai está conosco. Urquiza, que pertence ao clan rosista, dá a impressão de que caminha para o nosso lado, apesar de haver publicado declaração de solidariedade com o caudilho de Buenos Aires. Súbito, a face dos acontecimentos se transmuda. Urquiza já não inspira a Rosas nenhuma confiança. O cabecilha, entretanto, se modifica e entra em conflito com o chefe. Não o quer mais à frente das Relações Exteriores da Confederação Argentina. Procura entendimentos com o representante do Brasil na praça de Montevideú. Agentes argentinos e uruguaios introduzem-se sorrateiramente nas conversas, prometem segredo em torno do que ouvem, mas ninguém lhes dá crédito e as reservas se acentuam da nossa parte. Pensa-se em emboscadas diplomáticas de despistamento. Paulino escreve então a Rodrigo Pontes: "Se Lopez convier, como espero, e Urquiza se declarar, entraremos na luta, que então será pouco duradoura, com fortíssimos auxiliares, e Rosas pode dizer-se perdido. O que eu não quisera é que nos puséssemos à mercê dessa ingrata gente de Montevideú. Não será então necessário seguir o plano indicado nas proposições de Lamas. Essas intimações a Rosas hão de dar ocasião e tempo a que os ingleses e franceses se venham meter na questão, ainda que a título de mediadores e pacificadores. Fundando a intimação na Convenção de 1828, em que a Inglaterra foi mediadora, teria ela excelentes pretextos para intervir, e Rosas vendo-se em apertos não esqueceria de provocá-la. Quem sabe se Southern não tem já instruções para isso do nosso bom amigo Palmerston (9)? Se Urquiza, porém, se declarar e se resolver a apoiar e promover a candidatura de Garzon (golpe terrível e crime de lesa-majestade para Rosas) romperemos com Oribe pelos agravos que temos (o que abrirá caminho a Garzon) e auxiliados por Urquiza e pelo Paraguai, fácil será expelir do território Oriental as tropas argentinas que sustentam Oribe. – Se isso se conseguir, e Garzon, reunidos os orientais, for eleito presidente, ver-se-á Rosas na impossibilidade de lutar com o Estado Oriental, com Urquiza, com o Paraguai e com o Brasil, e de repor Oribe no Estado Oriental. Há de desandar rapidamente a roda da sua fortuna...Este plano a meu ver apresenta grandes vantagens. É o que menos pretextos e ocasião dá a que a Inglaterra ou a França se venham a envolver conosco. Não somos os únicos que figuramos na cena. Figuramos pelos agravos que temos de Oribe. Pomos Rosas de parte. – Auxiliaremos a candidatura de Garzon, aceita pelos orientais, e hostilizaremos Oribe pela mesma

razão ostensiva que dava Rosas para hostilizar Rivera, e sustentar Oribe, e sustentá-lo com forças argentinas. Hostilizando Oribe pelos agravos que dele temos, abrimos a porta a Garzon. Sem declarar a guerra a Rosas (caso do artigo 18 da Convenção de 1828) damos-lhe um golpe mortal de tabela... Este plano descansa todo sobre a suposição de que Urquiza aceda e se declare. Vale a pena tentá-lo, à vista das boas disposições de Urquiza. Se ele não se prestar, ou exigir coisas inadmissíveis, passaremos sem ele e seguiremos outro caminho”.

Paulino está inteiramente informado de tudo, sabe dos passos de Rosas e de Oribe, das manobras de Urquiza, conhece-lhe as ambições políticas, está a par da situação interna da Argentina onde rios de sangue correram para consolidação artificial do poderio do antigo comandante de campanha da Província de Buenos Aires, destruidor dos índios da Patagônia e elevado à chefia suprema da nação com o aniquilamento total dos caudilhos das províncias. Sarmiento, do Chile, mantinha a sua pregação e esperava que o Brasil, ininterruptamente ofendido pelo tirano, acabasse por perder a paciência levando os seus soldados até ao coração da Argentina. Os inimigos de Rosas aspiravam por esse adjutório providencial. E ele se aproximara através de um pacto com Urquiza. Paulino, no entanto, não se iludia com essa aliança e desconfiava do caudilho de Entre-Rios. As suas bases, enviadas a Rodrigo Pontes se resumiam no seguinte: “O Brasil, com ou sem a adesão e a coadjuvação de Urquiza, está resolvido a acabar com este estado de coisas, para obter segurança e tranqüilidade para o futuro”. E acentua que o Governo Imperial não deseja que a França ou outra qualquer potência do velho mundo se envolva nas questões do rio da Prata. “Entende – refere-se Paulino ao Brasil – que elas devem ser resolvidas pelas nações a quem imediatamente interessam, e são as americanas. Não admite influência européia na América. Nenhuma proposição tem feito ao governo francês e nunca teve intenção de as fazer. O que hoje deseja, e muito, é que a França se retire dos negócios do Rio da Prata, e não o venha embarçar, e aos seus conterrâneos no arranjo dessas questões. Não tem outra ambição senão a de assegurar a sua tranqüilidade. Não pretende intervir nas questões internas dos estados vizinhos. Pretende que seja mantida a independência das Repúblicas do Uruguai e do Paraguai. Não tomaria as armas contra Oribe e Rosas se estes se tivessem prestado a arranjar amigavelmente as dificuldades existentes, e tivessem adotado

medidas que fizessem cessar as violências cometidas no Estado Oriental contra os súbditos do Império. O Governo Imperial nenhuma intenção hostil tem contra as províncias argentinas, respeita, como deve, a independência e a glória da Confederação e nunca procurará intervir, por qualquer maneira e debaixo de qualquer pretexto, em seus negócios internos... – O Governo Imperial está pronto a entender-se com os Generais Urquiza e Garzon para a realização desse plano. É preciso porém, primeiro que tudo, que Urquiza se declare, rompa com Rosas de uma maneira clara positiva e pública, que se comprometa a concorrer para a expulsão de Oribe das tropas argentinas do Estado Oriental. O presidente Lopez deve também ser sabedor do que se passa, e por isso o previno como v. ex. verá da carta junta por cópia. É preciso muita brevidade e decisão em tudo isso”.

O acordo projetado com Urquiza demorava. No espírito de Paulino nasciam dúvidas quanto aos resultados das negociações de Rodrigo Pontes com o caudilho que não era pessoa sobre cuja fidelidade se pudesse jurar sem receio de engano. Estávamos em junho e as notícias vindas do sul ainda nada esclareciam. “Receio muito, escrevia Paulino nessa época ao nosso representante junto a Rosas – que a situação favorável pelo pronunciamento de Urquiza se volte contra este e contra nós. Oribe, Rosas, Southern, Leprédour, Reynolds, e Gore, estão aí, uns ao pé dos outros; os vapores ingleses, franceses, ainda mais se aproximam. São homens de ação e decididos, não são como nós; se caírem sobre Urquiza, com alguma vantagem, o movimento deste ficará desmoralizado. Lopez está no seu canto, desconfiado, e até 4 de maio não sabia de nada! Acresce que o “Tay” acaba de trazer a seguinte notícia: “ Na sessão de 1º. de maio p.p apresentou mr. Baroche à Assembléia Nacional uma exposição de motivos e um projeto de Lei tendente a autorizar o presidente a ratificar e **s’ily a lieu, a faire executer** (17), 1º a Convenção concluída em Buenos Aires em 30 de agosto de 1850, e 2º a Convenção concluída em Cerrito a 13 de setembro do mesmo ano. É preciso prevenir ou aparar este golpe...”

Nessa mesma ocasião Caxias recebia instruções avisando-o de que o Exército Brasileiro, concentrado na fronteira, logo que o Conde o decidisse, deveria penetrar em território uruguaio, não sem pedir-se, entretanto, ao governo da praça de Montevidéu que ratificasse uma autorização concedida nesse sentido por Andrés Lamas.

Duarte da Ponte Ribeiro, grande figura dos nossos quadros diplomáticos, é mandado ao Chile, ao Peru e à Bolívia, com a missão especial de vigiar e contrabater as atividades rosistas na região do Pacífico. Com os países do outro lado da cordilheira, o nosso plenipotenciário entrou depressa em contacto, e não lhe foi difícil o desempenho da tarefa pelo prestígio que desfrutava num ambiente familiar, onde estivera anteriormente. Confiava no Chile e no Peru, mas se inquietava com a Bolívia que poderia atacar-nos em Mato Grosso sob a sugestão de Rosas.

Tudo parece então aprestado para uma ação mais enérgica. A diplomacia vai ceder o passo aos militares. Caxias embarca a 20 de junho de 1851 para o comando em chefe das forças brasileiras e assumir a presidência do Rio Grande. Osório, Tenente-Coronel, recebera ordem de acordar com Urquiza os últimos arranjos para o começo da refrega. Mas ao mesmo tempo em que o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros articula, no campo diplomático, os elementos de êxito e obtém uma posição de absoluta autoridade e conta os movimentos livres em quase todas as direções, no terreno militar os acontecimentos se ressentem da falta de uma coordenação segura, e isso devido à evidente preocupação de Urquiza de avocar a si uma situação de chefia que não lhe pode ser conferida pelas razões demasiado conhecidas. É nessa atmosfera de confusão preparada pela ambição incoseqüente dos caudilhos que o Brasil tem de operar dentro nas linhas de um plano amadurecido e que não se restringe ao conflito armado do momento, e visa antes consolidar o futuro. Em setembro Caxias, na direção suprema da guerra, transpõe a fronteira do Uruguai em Santana do Livramento e o Brigadeiro Santos Pereira penetra com a 3ª Divisão por Jaguarão. Ao todo a nossa força compõe-se de quatro Divisões com quatorze Brigadas assim divididas: a 1ª do comando de Bento Manuel; a 2ª comandada por Caldwell; a 3ª por Santos Pereira; a 4ª por David Canabarro e a Artilharia com Silva Bittencourt à frente.

Nesse entretempo, Oribe compreende que se encontrará dentro em pouco em presença do maior cabo de guerra da América, do nunca vencido soldado que seria mais tarde o Condestável do Império e cuja fama fazia tremer os adversários à distância. Ao ter a certeza de que o nosso Exército já se encontra em solo uruguaio, Oribe se encolhe e não oferece batalha. Aí Urquiza lhe propõe não lutar, e o caudilho cisplatino cede à palavra do entrerriano e ao temor das nossas hostes, que em breve lhe cortarão os movimentos. Em

outubro, Oribe é posto de lado, e no Rio de Janeiro assinam-se os tratados de Limites, Amizade e Comércio com o Uruguai. Honório Hermeto Carneiro Leão e Limpo de Abreu, o primeiro como ministro plenipotenciário, são despachados para Montevidéu por indicação de Paulino, e logo que chegam regularizam a situação com o Brasil.

DIANTE DE ROSAS

Juan Manuel Rosas em 1851 não é mais o mesmo dos dias trágicos da tomada do poder a ferro e fogo. Desapareceram de seu caminho os obstáculos das províncias rebeladas, e só se mantinham em hostilidade franca e aberta ao seu domínio, Urquiza, de Entre-Rios e Benjamim Virasoro, de Corrientes, agora aliados do Brasil. O antigo senhor do pampa, o detentor da Suma do Poder Público que lhe outorgara um Legislativo de títeres, depois de tentativas frustradas de arrastar para a sua órbita de países vizinhos de língua espanhola, perdido o seu melhor aliado da Banda Oriental, começa a perceber que vai jogar a cartada definitiva e concentra-se em Santos Lugares. Preparam-se os chefes do Grande Exército Libertador para uma operação que decidirá dos seus rumos. Em Colônia, a Divisão brasileira do comando de Manoel Marques de Souza, o futuro Conde de Porto Alegre, embarca na direção de Diamante, e a 17 de dezembro enfrenta as posições fortificadas do Tonelero nos pontos altos da margem do Paraná. Mansilla escolhera esse trecho do rio, o mais estreito, para melhor hostilizar a esquadra e impedir-lhe a subida. Os nossos navios tiveram de suportar uma hora de intenso fogo, mas resistiram galhardamente e transpuseram o passo com baixas insignificantes. O Almirante Greenfell ordena que os soldados de Marques de Souza se resguardem em lugar seguro a bordo, mas a oficialidade não aceita para si outra situação que não a de correr os riscos dos camaradas da Marinha. No navio capitânea viajam os chefes do movimento revolucionário anti-rosista da Argentina, todos eles no posto de Tenente-Coronel: Bartolomeu Mitre, Domingo Faustino Sarmiento e Wenceslau Paunero.

Genseric de Vasconcellos na sua obra clássica "História Militar do Brasil" estuda minuciosamente a atuação das forças em presença e o faz com base em documentação em confronto com a dos adversários que pretenderam modificar o sentido dos resultados da campanha. As medidas acuteladoras tomadas por Greenfell permitiram que a esquadra que transportava a 1ª Divisão das forças de desembarque atingisse incólume a sua meta e que as outras nada sofressem naquele ponto estratégico. Mansilla evitou o combate, desmontou as baterias e retirou-se para o interior, e a esquadra no

dia 20 de dezembro desembarcava em Diamante toda a tropa brasileira.

Concentram-se os contingentes do Brasil, do Uruguai e da Argentina que vão enfrentar as divisões rosistas. Urquiza tem 10.670 homens das três armas; o contingente correntino é de 5.260 homens, e o de Buenos Aires, composto de tropas que antes estiveram sob as ordens de Oribe é de 4.249 homens.

Os efetivos que Rosas mobilizou foram bem mais numerosos, num total de 46.600 homens, distribuídos da seguinte forma: Divisão norte: 7.500; Divisão centro 5.800; Divisão sul: 2.800; Cidade de Buenos Aires: 17.800; Palermo: 6.500 e Santos Lugares 6.200. São, porém, tropas dispersas e que terão de ser batidas por uma força numericamente inferior mas com superioridade de comando.

Alinhamos esses subsídios, não com a intenção de acompanhar a ação militar do ponto de vista da arte da guerra. Esse é assunto já bastante estudado por técnicos, e o objetivo deste capítulo é menos o de analisar, nas suas minudências, o desenvolvimento da campanha de 51-52, do que focalizar a figura do glorioso vencedor de Caseros e destacar os traços mais vigorosos da sua personalidade num meio em que ele lutava na frente de batalha e também em outra que deveria classificar-se de "frente moral". É esse um ponto que deve ser posto em justo relevo para maior projeção do chefe preclaro. Ele teve de vencer, além do inimigo, a animadversão (10), a grosseria, a suspicácia dos caudilhos argentinos, cheios de recalques e de pensamentos ocultos, aproveitadores da cooperação que para eles representava a participação do Brasil naquela guerra que traduzia o interesse de uma revolução política interna.

Manoel Marques de Souza, ao lado das dificuldades que lhe vinham da lentidão no fornecimento de recursos da parte do Governo Imperial, e que ele superava com o seu gênio de improvisação e a sua portentosa capacidade organizadora, precisava remover os empecilhos oriundos da anarquia reinante no setor dos aliados argentinos. O general Virasoro era um rústico de maneiras e com todos os vícios da formação caudilhesca. Urquiza era de porte idêntico.

Sarmiento, que trocara o sossego do seu desterro no Chile pelas vicissitudes do campo de batalha, ingressou no Estado-Maior do correntino (11). Registrou, dia a dia, a marcha dos acontecimentos, os desgostos dos brasileiros e as suas queixas. No livro do Marechal Bernardino Bormann, "Rosas e o Exército Aliado" encontram-se a esse

respeito informes interessantes. Referindo-se a Sarmiento e à sua opinião sobre Marques de Souza, transcreve-lhe estes conceitos: "Eu me aproximei do marechal (Porto Alegre, que já estava promovido a marechal de campo quando Sarmiento escreveu o livro) que a pouco e pouco se espraizou comigo, e expôs em termos mais sentidos a situação de seu Corpo de Exército, na parte que não dependia de seus próprios recursos. Para nós, me dizia, esta guerra tinha um fim mais elevado que o de derrubar Rosas. Uma das calamidades de que somos vítimas, argentinos e brasileiros, são os ódios recíprocos desta duas nações fronteiriças, e cujos interesses são comuns nos rios e na política americana. Solicitamos fazer parte do Exército Expedicionário, para que o contacto diário, a mancomunação de perigos e fadigas, dissipasse estas fatais preocupações: queríamos ser estimados pelos argentinos, como nós os estimamos. Este grande objetivo da política do império tem ficado malogrado na prática. Nós formamos aqui um grupo à parte; não nos comunicamos com ninguém; ninguém se aproxima de nós e poderíamos dizer que vamos no meio de inimigos. Somos desprezados, e minhas reclamações, do mais urgente, são desatendidas.

"O major-general, a cujas ordens venho, **não me envia ordens**, e seja porque as suas ocupações não o permitissem ou por outra causa, não mereci que me viesse saudar ao incorporar-me no seu Exército. Não o sinto por mim; eu nada sou nesse assunto; porém, por fim sou o chefe das Armas Imperiais, o representante de um dos aliados e por estes títulos merecia alguma consideração".

Sarmiento, mais adiante, diz que "o general em chefe das forças brasileiras não havia recebido, ao incorporar-se ao nosso Exército (o argentino) as boas-vindas de um paisano que se chamava major-general, e que em condições ordinárias não se julgaria igual ao Brigadeiro Marques, hoje Marechal, moço completo, de uma educação esmerada e o mais digno representante de uma nação culta... Eu não podia encará-lo; porém, ofendido, como argentino, do baldão (12), que aqueles procedimentos incivis, lançavam sobre todos nós, justifiquei os argentinos, dizendo-lhe que o major-general era um pobre homem sem educação; de um retraimento de rústico, e, por isso, não havia intenção ofensiva naquelas negligências e como eu via desmoronar-se ante a inspeção diária de nossas marchas e de nossa capacidade militar, o antigo prestígio de nossas armas, me esforcei por fazê-lo compreender que isso que levava o nome de Exército Argentino, era somente o levantamento em massa de paisanos dos

campos; que os nossos Exércitos, os quais haviam levado o nosso pavilhão a todos os extremos da América, eram outra coisa e estavam aí; pois nem a ciência nem as tradições militares, nem nossos chefes de linha tinham desaparecido; não obstante estavam suplantadas por esses paisanos arrebatados pelos caudilhos.....

...

Era o mais **cômico** possível ver a gente de chiripá e suja, que não tinha distintivos de seus corpos, nem podia ligar duas palavras em ordem, rir-se dos brasileiros, cujos oficiais subalternos pertenciam às famílias mais distintas do Brasil; cujo equipamento em campanha era o mesmo das cidades e cujas tropas eram um modelo de disciplina, de ordem e de ciência estratégica”.

Em Colônia ficou o grosso do Exército de Caxias. Apenas a Divisão de Marques de Souza se engajou na batalha decisiva e deu ganho de causa aos aliados, assegurando a tranquilidade do Império e restituindo o sossego ao povo argentino com a derrota do tirano. Nenhum comentário terá mais força de convicção do que a parte oficial do Brigadeiro Marques de Souza ao Conde de Caxias, para a pintura do quadro dessa vitória e do papel das armas brasileiras conduzidas por um soldado que às suas extraordinárias virtudes militares, das mais vigorosas e autênticas de quantas se orgulha a nossa terra, acrescentava as de um diplomata e de um homem do mundo, elegante no trato com os semelhantes.

É este o inteiro teor da comunicação do Brigadeiro Manoel Marques de Souza:

Ilmo. e Exmo. Sr. – na qualidade de comandante da Primeira Divisão do Exército Brasileiro, nada me pode ser tão satisfatório como a honra que hoje me cabe de levar ao conhecimento de v. excia, o brilhante feito de armas desta Divisão na gloriosa batalha campal que na Província de Buenos Aires, junto ao povo de Moron, quatro léguas distante da capital, teve lugar no dia 3 do corrente.

“Este dia, exmo. sr., tornou-se memorável para o Brasil inteiro; arremessou para longe a tempestade que lhe estava sobranceira, e fez aparecer um futuro risonho para o nosso saudoso país. Uma parte do Exército Brasileiro reunida em nobre aliança ao do valente General Urquiza, derramando seu sangue nos campos de Morón, pela liberdade de um povo inteiro, adquiriu para o nosso Exército honra, glória e reputação. Desculpe v. excia. este pequeno prelúdio, filho do entusiasmo de quem viu brilhar nossos soldados no

meio de 50 a 60 mil homens, que se bateram desapiedadamente. Depois das penosas marchas que fizemos, pelo centro de uma campanha estéril e balda de recursos, sofrendo a sede, o calor, a fadiga e um milhar de outros contratempos, chegamos no dia 2 do corrente à vista do inimigo, que se achava colocado sobre a coxilha, situada à margem do Arroio das Conchas, no lugar denominado ponte de Marques. Suposto a sua posição nesse lugar tivesse muita vantagem sobre nós, porque dominava a ponte sobre a qual tinha de desfilar o Exército, contudo o inimigo a desamparou depois de um pequeno tiroteio de guerrilha com as avançadas da nossa vanguarda. Desassombrado o campo, fez alto o Exército, e acampou sobre a coxilha, desocupada pelo inimigo. Entregues ao prazer de uma vitória certa, cuidamos todos em aumentar os preparativos para o combate no dia seguinte. Por essa ocasião tive ordem do general em chefe para incorporar à força, que v. excia. confiou ao meu comando, o Corpo de Artilharia de D. José Maria Piran, com 21 bocas de fogo de vários calibres e mais três Batalhões de Infantaria de Buenos Aires, que pertenceram ao Exército do General Oribe, e dos quais tinha o comando em chefe o Coronel D. Matias Rivero.

"No dia 3, às 4 horas e 30 minutos da manhã, principiamos a marchar para o campo de batalha, e à 5 horas e 30 minutos avistamos o inimigo colocado em uma posição eminentemente militar, não só por dominar todas as alturas, que podiam ser por nós ocupadas, como também por se achar senhor de duas casas de sotéia (14), onde entrincheirou três Batalhões de Infantaria, tendo além disto, a sua direita apoiada por um forte banhado. Não obstante esta superioridade, o Exército tomou a formatura conveniente, ocupando as forças de meu comando o campo da linha de batalha.

"Às 6 horas e 15 minutos principiou o combate à nossa esquerda pelo fogo de fortes guerrilhas, no qual teve parte o Segundo Regimento de Cavalaria Ligeira, como adiante mencionarei, com o fim de chamar a atenção do inimigo para o seu flanco direito, enquanto se operava o movimento que, segundo as ordens do general comandante do Exército, deviam fazer algumas colunas de Cavalaria sobre a retaguarda e flanco esquerdo da linha do inimigo. Acossada por força maior, retirou-se a nossa guerrilha, repassando o banhado, em que estava apoiada a nossa esquerda. Tendo às 8 horas da manhã feito o inimigo jogar sua Artilharia sobre nossa linha, mandei imediatamente responder-lhe pelas nossas baterias; reconhecendo, porém, que os tiros eram ineficazes nesta distância, atenta a

diferença de calibre, fiz cessar o fogo e retirar a bateria para não ficar exposta inutilmente. Das 8 às 9 horas, o general em chefe do Exército Aliado, percorrendo da direita para a esquerda a nossa linha de batalha, deu vivas a S. M. o Imperador, e à Nação Brasileira e preveniu-se de que tinha mudado de plano, e ordenou-me que atacasse o centro da linha inimiga, logo que sentisse os movimentos da Infantaria, que ficava à minha direita ao mando do Coronel Galan, devendo a Divisão Oriental carregar sobre o flanco direito e a Brigada Argentina, sobre o esquerdo da mesma linha inimiga. Dispus as forças para este movimento e só depois das 11 horas, é que o General Virasoro, ponderando-lhe eu a demora, que havia em hostilizar o inimigo, respondeu-me que o general em chefe estava naquele momento acometendo o flanco esquerdo e retaguarda do inimigo e que a Divisão Oriental ia avançar pelo flanco direito. Logo que vi esta Divisão pôr-se em movimento, entendi que, além de outras providências a tomar, a devia proteger, por se dirigir ao ponto mais forte; mandei avançar a Artilharia para lugar de onde pudesse bater o inimigo, e distrair seus fogos de sobre aquela Divisão. À Primeira Brigada determinei que avançasse em auxílio dos orientais, no entretanto que eu à testa da Segunda o fazia de frente sobre a dita posição. Este movimento arriscadíssimo teve um brilhante êxito; a Divisão Oriental, encontrando obstáculos, que a obrigaram a retardar a sua marcha foi corajosamente precedida pela Primeira Brigada, que estendendo duas Companhias de Atiradores dos Batalhões 11 e 13, dirigidas pelo Tenente-Coronel Francisco Vitor de Melo e Albuquerque, em colunas de ataque cobertas pelo atiradores, não obstante o fogo vivíssimo, que lhe dirigia a bateria inimiga de 12 peças de calibre 18 e 12, 4 obuses de 6 polegadas e 1 estativa de foguetes à congrève (15), guarnecida por três Batalhões de Infantaria, avançou a peito descoberto, subindo por um terreno suavemente inclinado o espaço do oito a dez quadras de extensão.

“Ao aproximar-se às casas de sotéia, junto às quais se achava colocada a Artilharia, chega a 2ª. Brigada, que marchou por um terreno irregular, atravessando também um banhado que ficava a trezentas braças pouco mais ou menos, à frente da posição a que nos dirigíamos. Investiu o intrépido Tenente-Coronel Vitor à frente de seus atiradores, e foi o primeiro que transpondo o valo, que circundava as casas de sotéia, onde o inimigo se achava acastelado, rompeu sobre ele um fogo vivíssimo, que foi seguido sem demora por outra

descarga horrível dirigida pelo valente e intrépido comandante da Primeira Brigada, o Coronel Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto.

"Tomada a posição inimiga pelo flanco direito, a Segunda Brigada a cuja frente me achava, e que era comandada pelo digno Coronel Feliciano Antônio Falcão, realizava o ataque pela frente; não obstante a coragem desesperada com que o inimigo se defendia, a intrepidez dos comandantes dos Corpos oficiais e mais praças dos nossos Batalhões, cuja temerária ousadia, amedrontando os mais terríveis chefes inimigos, fez de todo desaparecer a coragem que o prestígio de Rosas, há pouco dali saído, ainda lhes inspirava, e puseram-se em precipitada fuga.

"Ficando sobre as casas de sotéia a sustentar o fogo uns cento e cinqüenta, a duzentos soldados, não obstante ter chegado a Divisão Oriental que denodadamente secundou os nossos esforços, resistiram ainda por espaço de quinze minutos com coragem por sem dúvida digna de melhor causa. Ao passo que os nossos soldados se apoderavam das posições mais fortes do inimigo, a Brigada Argentina ao mando do valente Coronel D. Matias Rivero, que avançava em conseqüência da ordem que eu lhe tinha dado, teve de fazer alto por não se terem abalado da linha primitiva os Batalhões que lhe ficavam à direita, apesar de eu haver mandado prevenir ao respectivo comandante, o Coronel Galan, do movimento que se ia fazer, deixando assim descoberto o flanco direito da linha que eu comandava. Vendo, porém o Coronel Rivero, que as colunas da minha Divisão empreendiam a carga, carrega sobre o centro da linha inimiga, pondo-a em completa fuga. Apesar de tão assinalada derrota, contudo ainda o inimigo conservava à nossa direita uma bateria de 14 bocas de fogo; avancei a ela com o Batalhão 6 de Infantaria e tal foi o valor dos defensores que somente abandonaram o seu posto quando nos viram a 80 ou 100 passos de distância.

"Sendo de muita importância o trem e petrechos de guerra que tomamos ao inimigo nas posições que ocupava, e vendo que continuava o fogo de uma outra bateria de 8 peças que ficava à esquerda daquelas já tomadas por nós, avancei contra ela com a 2ª Brigada e ordenei à 1ª que destacasse ala de um batalhão para tomar conta dos prisioneiros, e seguisse com o resto, os movimentos que eu fizesse à frente. Ao aproximarmo-nos à bateria, o chefe de uma força de Cavalaria veio dizer-me que ela, apoiada ainda por alguma Infantaria e Cavalaria inimiga, estava causando grandes prejuízos aos seus soldados. Fazendo então avançar a passo de carga duas

Companhias de Atiradores, consegui tomar a Artilharia pondo em fuga a tropa que a guarnecia, e mandando acossá-la pelo piquete de cavalaria do 2º. Regimento, composto de 20 praças comandadas pelo valente Alferes Luiz Joaquim de Sá Brito, consegui este pô-las em companhia debandada e tomar-lhe ainda de 40 a 50 prisioneiros.

“Por esta mesma ocasião, tendo eu já requisitado ao Major-General Virasoro, força de Cavalaria, que nos era de absoluta necessidade para o caso em que me achava, e que nesta ocasião seria por mim empregada com extraordinária vantagem, não havendo quem atendesse às minhas reclamações mandei ordem a um corpo de Cavalaria que vi mais próximo para ajudar-me a perseguir o inimigo que se retirava, isto mesmo não podendo obter, lamentei ainda uma vez a falta do 2º Regimento, e com os atiradores infantis perseguimos o inimigo com velocidade tal que conseguimos fazer-lhe prisioneiros alguns soldados de Cavalaria. A uma hora da tarde já não havia inimigo a combater. Os objetos tomados ao inimigo foram: 34 bocas de fogo de diversos calibres, entre elas 4 obuses de 6 polegadas, 2 estativas de foguetes à congrève, e, além dos artigos constantes da relação junta, grande número de carretas com munição, petrechos de guerra, armamentos, equipamentos, fardamentos, bagagens, etc. que se abandonou no campo por não ser possível naquela ocasião conduzir. Segui então com a coluna a meu mando o movimento das forças que me precediam em direção aos Santos Lugares, onde acampamos às quatro horas da tarde. O Segundo Regimento de Cavalaria Ligeira, tendo sido destacado desta Divisão por ordem do sr. General Urquiza, para fazer parte da vanguarda do Exército Aliado, foi incorporado à Divisão do comando do General La Madrid, da qual fazia a testa. Flanqueando aquela Divisão do inimigo, teve ordem do referido general para destacar uma linha de atiradores, com o desígnio de o hostilizar pela retaguarda; mas encontrando resistência de força muito superior em número, foi reforçada por todo o Esquadrão de Atiradores, ao mando do Capitão da Guarda Nacional adido ao mesmo Regimento José de Oliveira Bueno, e às imediatas ordens do Capitão fiscal, João Daniel Dâmaso dos Reis. O referido esquadrão assim dirigido conseguiu penetrar até ao centro da retaguarda da linha do inimigo, praticando prodígios de valor, acossando-o na sua retirada por espaço de uma légua e fez alto, nos Santos Lugares, onde recebeu ordem de reunir-se à Divisão que por disposição do sr. General Urquiza devia marchar para a esquerda da nossa linha de batalha, o que verificou levando oitenta

prisioneiros, compreendidos neste número um major, dois tenentes, um médico, três mil cavalos e a carruagem do famigerado Coronel Santa Coloma, forçando o inimigo na sua marcha a abandonar 9 carretas carregadas. Com este triunfo lamenta-se a perda dos valentes Tenente Manuel Francisco Monteiro e Alferes Norberto Xavier Rosado, vítima este de sua excessiva coragem, sendo feridos dois soldados e faltando outro que se supõe morto, por ter se perdido entre o inimigo. Tendo depois ordem o Regimento de marchar para a frente da esquerda da linha inimiga, aí formou em batalha e por ordem do referido General La Madrid avançava a trote sobre uma bateria que dirigia seus fogos à Divisão Oronho, quando, surpreendidas as guarnições da mesma bateria pela audácia com que o Regimento assim as investia, abandonaram as peças, fugindo com os armões, mas sendo perseguidas por um Esquadrão de Atiradores, são obrigadas a abandoná-los, perdendo vinte e tantos homens e muitos prisioneiros, deixando em nosso poder 5 bocas de fogo, 5 carros com munições e vários artigos de guerra.

"O comandante deste Regimento, na parte que me dirigiu, diz que cumpre um dever recomendando a v. excia. o brilhante comportamento do Esquadrão de Atiradores, fazendo especial menção do valente e hábil Capitão João Daniel Dâmaso dos Reis, do Capitão da Guarda Nacional adido José de Oliveira Bueno, Tenente Pedro Luiz Osório e destemido Alferes Hipólito Antônio Ribeiro, todos oficiais do referido Esquadrão; bem como dos cadetes servindo de oficiais José Tomás Vieira da Cunha, Felisbino Antônio Mendes, Sebastião Xavier de Azambuja Júnior, Angelino de Carvalho, Francisco Rodrigues de Lima, Manoel Jacinto Pereira; segundos cadetes Miguel Benício dos Anjos, Tertuliano Turíbio Alonso e soldado José Martins que tomou a bandeira do inimigo; finalmente, que todo o Regimento durante a batalha se conduziu com muita bizarria (16), manobrando com a maior precisão, sendo dignos de particular louvor, pela perícia com que dirigiram seus Esquadrões, os valentes Capitães João Francisco Mena Barreto e graduados José Crispiniano de Contreiras e Silva e Manuel Inácio da Silva; o cadete Diogo Alves Ferraz, fazendo serviço de oficiais e secretario interino deste Regimento, pelo discernimento, desembaraço, e coragem com que transmitiu as ordens por que ele expedira.

"Pelas partes dos comandantes de Brigadas e Corpos que juntas a esta tenho a honra de apresentar a v. excia., verá v. excia., quais os oficiais e mais praças da Divisão que, por seu brilhante

comportamento durante a batalha, se fizeram dignos de especial menção; entretanto, julgo indeclinável o dever que me impõe a posição que v. excia. me confiara de emitir o meu juízo a respeito daqueles que se tornaram mais merecedores das recomendações de v. excia. O Coronel Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, comandante da 1ª Brigada, além da atividade, inteligência e zelo que desenvolveu durante as marchas na conservação da disciplina e boa ordem dela, manifestou na batalha aquela bravura, discernimento e sangue frio que caracterizam o verdadeiro soldado, tornando-se por isso digno dos maiores encômios. O Coronel Feliciano Antônio Falcão, comandante da 2ª Brigada, esforçando-se para manter durante as marchas a ordem e disciplina da sua Brigada, comportou-se dignamente na batalha. O Tenente-Coronel Martinho Batista Ferreira Tamarindo, no comando do seu Batalhão, o 13º de Infantaria, fez observar a mais rígida disciplina e ordem nas marchas, e na batalha ostentou aquele sangue frio, bravura e prudência própria de um veterano. O Tenente-Coronel Luiz José Ferreira, procurando bem cumprir os seus deveres durante as marchas, na batalha, quer no ataque geral à primeira posição, quer no especial em que lhe coube tomar a segunda bateria, dirigiu seu Batalhão em muito boa ordem e portou-se corajosamente. O Tenente-Coronel João Guilherme Bruce, comandante do 7º Batalhão, procurou bem desempenhar os seus deveres nas marchas; na batalha mostrou, no ataque da primeira posição, muita ousadia; e sendo por mim encarregado de, com a ala do seu Batalhão, guardar os prisioneiros, e arrecadar as bocas de fogo e petrechos ali tomados ao inimigo, desempenhou esta comissão satisfatoriamente, apresentando-se no acampamento às 9 e meia horas da noite com tudo quanto lhe foi possível conduzir, e consta da relação junta. O Tenente-Coronel graduado Francisco Vitor de Melo e Albuquerque, empenhando-se em manter a ordem e disciplina no Batalhão 11, de seu interino comando, na batalha, dirigindo duas Companhias de Atiradores do seu Batalhão, que cobriam as colunas da Primeira Brigada a que pertencia, denodado foi o primeiro a transpor o fosso que aumentava a defesa daquela posição, ousadia que, imitada por seus soldados, encheu de terror ao inimigo que procurou na fuga evitar a morte; além disto, reforçado por uma Companhia de Atiradores do 6º Batalhão com o mesmo denodo investiu a terceira bateria, e tomando-a tão vivamente, acossou o inimigo que o obrigou a debandar, fazendo-lhe grande número de

prisioneiros e tomando-lhes as bocas de fogo, carretas, carros, etc. constantes da sua parte oficial junta.

“O Major Manuel Lopes Pecegueiro, comandante interino do 5º Batalhão de Infantaria, empregou-se com zelo durante as marchas em manter a ordem e disciplina de seu Batalhão, e na batalha soube dirigí-lo com tino e sangue frio. O Major graduado Antônio Vaz de Almeida, comandante interino do 8º Batalhão de Infantaria, no curto espaço de tempo que o comanda, conservou durante as marchas a disciplina e

ordem que no mesmo encontrou; e na batalha, sob a direção do

coronel chefe do mesmo Batalhão cumpriu satisfatoriamente o seu dever. O major comandante interino do Corpo de Artilharia a Cavalos, José Joaquim Gonçalves Fontes, procurando manter nas marchas a disciplina e ordem do dito Corpo, tirava de sua experiência e zelo recursos para remediar as faltas de elementos de mobilidade necessários à sua arma; e na batalha, à sua perícia, refletida coragem e excelente direção dos fogos de sua bateria, se deve em grande parte a tomada da primeira posição.

“Além destes merecem especial menção o Tenente-Coronel graduado Antônio Jacinto da Costa Freire, fiscal do 6º Batalhão, e Major graduado Manoel da Gama Lobo de Éça, aquele por haver mais esta vez dado provas de sua reconhecida coragem e sangue frio e este por ter sido o primeiro que, levado de bravura e entusiasmo próprio de seus anos, penetrou a casa de sotéia no começo do ataque, expondo temerariamente sua existência. O Alferes Luiz Joaquim de Sá Brito, comandante do piquete do 2º Regimento, que nas marchas fez a vanguarda da Divisão, é igualmente digno de meus louvores pela disciplina e ordem em que conservou o piquete a seu mando e valor com que à testa de uma força tão diminuta carregou sobre força inimiga consideravelmente maior, pondo-a em debandada e fazendo-lhe crescer o número de prisioneiros; sendo também digno de elogio o comportamento que nessa ocasião teve o primeiro cadete do mesmo piquete, fazendo serviço de oficial, Antônio Germano de Andrade Pinto. Os drs. Policarpo Cesário de Barros, encarregado da Repartição de Saúde da Divisão, Alexandre de Araújo Ribeiro, Pedro Tito Régis e Jônatas Abott Filho, e o 2º cirurgião da Guarda Nacional, Joaquim Freire de Andrade Ramos, não só nas peníveis marchas que teve de fazer a Divisão com mais de trezentos doentes a seu cargo, desempenharam de uma maneira digna dos maiores elogios a árdua tarefa da sua profissão, como no hospital de sangue, o único que teve o Exército Aliado e onde foram recebidos todos os feridos, se conduziram de uma maneira que faz honra ao Corpo de Saúde do Exército Brasileiro, tornando-se mais saliente o dr. Jônatas Abott, pela sua perícia operatória. Faz-se digno de muito particular menção o reverendo padre capelão do 5º Batalhão de Infantaria, Manoel da Vera Cruz, pela caridade verdadeiramente Evangélica com que desempenhou as funções de seu ministério, levando seu zelo ao ponto de prestar-se como enfermeiro ao curativo dos feridos.

“O Tenente-Coronel da Guarda Nacional, Cândido José de Figueiró, a quem confiei durante a batalha o cuidado e defesa das

bagagens, pondo às suas ordens, além da Companhia de Transportes, os doentes que espontaneamente pediram armas para defende-las, é digno de louvor pelo bem que desempenhou esta comissão; bem como o Tenente Delfino Rodrigues de Almeida, comandante da referida Companhia, pelo zelo e atividade com que nas marchas se empregou na direção das munições, e reservas e hospital. O encarregado da Pagadoria, junto à Divisão, Miguel da Rocha Freitas Travassos, cumpriu sempre com honra e probidade os deveres da repartição a seu cargo. Resta-me, finalmente, fazer justiça aos oficiais empregados junto ao meu Quartel-General, o que faço com tanta maior satisfação, quanta foi distinta, nobre esforçada a maneira porque cada um desempenhou as ordens que por mim lhes foram dadas. O Capitão André Alves de Oliveira Belo, deputado do Ajudante General junto à Divisão, além do desempenho das obrigações a seu cargo, distinguiu-se na batalha coadjuvando ao Tenente-Coronel Vitor nas linhas de atiradores que este dirigiu. O Capitão Augusto Frederico Pacheco, deputado do Quartel-General desempenhou satisfatoriamente as funções a seu cargo; na batalha mostrou sangue frio e coragem; do mesmo modo os assistentes do deputado Quartel Mestre General, tenente do 2º Batalhão de Infantaria Manoel Porfírio de Castro Araújo e do Quartel Mestre General Alferes do 2º. Regimento de Cavalaria Ligeira Adolfo Sebastião de Ataíde, na transmissão rápida de ordens aos diferentes Corpos da Divisão. O Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros, Ernesto Antônio Lassance Cunha, encarregado do itinerário e parte histórica da Divisão, além de haver com inteligência e zelo bem cumprido seus deveres nesta parte de suas funções, distinguiu-se no reconhecimento que lhe ordenei fizesse sobre a posição mais importante e arriscada comissão. O Tenente Frederico Augusto do Amaral Sarmento Mena, sendo encarregado do itinerário e parte histórica da Primeira Brigada da Divisão, que a precedera na sua viagem pelo Paraná à Ponta do Diamante, bem preencheu sua missão, sofrendo um vivo fogo, quando passou pelas baterias inimigas assestadas no Tonelero, e, durante a batalha, conduziu-se com o sangue frio e coragem. O Alferes do 4º. Regimento de Cavalaria Ligeira, José Betbezé de Oliveira Néri, meu ajudante de ordens de pessoa, sendo a primeira vez que entrava em fogo, distinguiu-se pelo discernimento e bravura com que transmitiu as minhas ordens, honrando destarte a memória de seu benemérito pai o Brigadeiro Felipe Néri de Oliveira. Finalmente ex. sr. sinto a maior satisfação em poder assegurar a v. excia. que

todas as praças da Divisão nos campos de Moron mostraram-se dignos soldados do Exército Brasileiro.

“Temos a lamentar a morte dos bravos Tenente Manoel Francisco Monteiro, Alferes Norberto Xavier Rosado, ambos do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, um sargento, um cabo e nove soldados dos diferentes Corpos da Divisão. Foi mortalmente ferido o Capitão graduado Domingos Rodrigues Tourinho; feridos gravemente o Capitão graduado Henrique José Moreira, Alferes Manoel Antônio Soares da Gama, cabo Apolinário Ferreira, furriel Francisco Pereira da Costa, dito José Leite Pereira e vinte e um soldados; levemente feridos os Capitães Maurício de Souza Freire e José Antônio de Oliveira Botelho, Alferes Leandro Correia do Lago, Antônio Cardoso da Costa, José Maria de Carvalho, Antônio Cardoso de Melo, 2º cadete, 2º sargento, Domingos Augusto Gonçalves, 1º sargento Cristóvão Werner e dezessete soldados; contusos o Capitão Guilherme Leopoldo de Freitas e sete soldados; extraviados, sete soldados. Quanto à perda do inimigo, posto que não se possa ainda mencioná-la com exatidão, foi consideravelmente superior à do Exército Aliado. O número de prisioneiros tomados pela Divisão monta a cerca de dois mil.

“Deus Guarde a v. excia. Quartel General da Divisão Auxiliadora Brasileira em Palermo, junto à capital de Buenos Aires, em 4 de fevereiro de 1852. Ilmo. e Exmo. Sr. General Conde de Caxias, comandante em chefe do Exército. - Manoel Marques de Souza, Brigadeiro Comandante”.

Assim, em algumas horas de combate o Exército mais disciplinado da América sob o comando em chefe de Caxias, e com apenas uma de suas Divisões tendo à frente o Brigadeiro Manoel Marques de Souza, decidia a sorte das armas aliadas e provocava a fuga do tirano que ensanguentara o solo argentino durante mais de vinte anos de um governo bárbaro. Rosas ao ver-se perdido não teve o orgulho dos grandes capitães que se deixam imolar com os seus soldados. Deixou tudo atrás de si e foi buscar asilo num navio inglês que o conduziu à Inglaterra que tanto o ajudara. E enquanto o déspota derrotado ia mar em fora, o seu povo festejava nas ruas de Buenos Aires os seus heróicos libertadores. Desfilaram em Palermo as bandeiras vitoriosas conduzidas pelos batalhões que retornavam aos lares. Desfilou orgulhosa e disciplinada a Divisão Brasileira de Manoel Marques de Souza, sob o comando de seu general em chefe, para em seguida retirar-se da terra que ajudara a arrancar das garras do famoso Tigre de Palermo, e voltar ao Brasil coberta de glória e

satisfeito por haver cumprido o seu dever de salvar a liberdade na América.

Bibliografia da Terceira Parte

"Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América" – Ladislau Santos Titára.

"Facundo" – Sarmiento.

"A vida do Visconde do Uruguai" – José Antônio Soares de Souza.

"História militar do Brasil" – Genserico de Vasconcelos.

"Fronteiras e Fronteiros" – Castilhos Goycochêa.

"Páginas literárias" – (Tomo LVI – Obras completas) – Sarmiento.

"Juan Facundo Quiroga" – David Pena.

"Facundo Quiroga" – Ramon Carcano.

"Rosas" – Carlos Ibarguren.

"Memórias de los hombres celebres de la Republica Argentina" – Ramos Mejia.

"Rosas, um Luiz XI de bombachas" – General Inácio José Veríssimo.

"Vida do Duque de Caxias" – Padre Pinto de Campos.

"Um Estadista do Império" – Joaquim Nabuco.

"Rosas e o Exército Aliado" – Marechal Bormann.

COMENTÁRIOS À 3ª PARTE

Pelo Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis

(1) Piratini foi a primeira capital farroupilha.

(2) Trata-se do escritor e estadista argentino Domingo Faustino Sarmiento, autor de "Facundo", clássico da literatura argentina, sobre a história fictícia de Facundo Quiroga.

(3) Mazorca: desordem, tumulto, anarquia, sedição.

(4) De acordo com Walter Spalding, Canabarro respondeu a Rosas da seguinte maneira: "Senhor, o primeiro de vossos soldados que transpuser a fronteira, fornecerá o sangue com que assinaremos a paz com os imperiais. Acima de nosso amor à República está nosso brio de brasileiros. Quisemos, ontem, a separação de nossa pátria, hoje almejamos a sua integridade. Vossos homens, se ousarem invadir nosso país, encontrarão, ombro a ombro os republicanos de Piratini e os monarquistas do senhor D. Pedro II".

(5) Negaceando (de negacear): simular, esconder, fingir.

(6) De escarmento. Que aprendeu à custa de alguém. Experimentado.

(7) Trata-se de Miguel Calmon Du Pin e Almeida, depois Marquês de Abrantes.

(8) Custe o que custar.

(9) Trata-se de Lord Palmerston, Ministro das Relações Exteriores da Inglaterra.

(10) Animadversão: censura, repreensão, castigo, má-vontade.

(11) Refere-se a Urquiza, que era da Província de Corrientes.

(12) Ofensa, injúria, contrariedade.

(13) Vestimenta rústica, sem costuras, usada pelos homens do campo. Consiste em uma peça de tecido que, passando por entre as pernas, é preso nas extremidades por uma cinta de couro (guaiaca) ou pelo tirador (tipo de avental de couro).

(14) Sotéia significa terraço, parte mais alta das casas, onde os atiradores podiam obter um melhor campo de tiro.

(15) Foguetes de guerra de invenção do inglês William Congréve, usados pela primeira vez em combate por forças brasileiras na batalha de Monte Caseros. Eram artefatos pirotécnicos usados inicialmente para sinalização, depois em combate. No início eram erráticos, sem direção, lançados tipo um buscapé e cuja finalidade era

mais de efeito moral e de assustar cavalos em carga. O primeiro lançamento no Brasil foi realizado pelo alemão Siegener, que resultou morto na explosão dos foguetes. Estativa era a estrutura-suporte, metálica ou de madeira, do conjunto de foguetes.

(16) Bizarria: galhardia, brio, garbo.

(17) "Se há razão, é necessário executar" ou "O que tem lugar, fazer executar".

4ª Parte

Ten Cel Jaime Ribeiro da Graça

I – Guerra do Paraguai

GUERRA DO PARAGUAI

O ardor militar de Lopez provocara a invasão de Uruguaiana. O grande projeto de submeter Corrientes e Entre Rios, de atrair os descontentes uruguaios, de encontrar a almejada saída para o Rio da Prata e de impor uma humilhação ao Império com a conquista de uma cidade brasileira, trouxera ao Rio Grande do Sul as tropas de Estigarribia. **2**

Grande surpresa e inquietação reinava na Corte. Apesar de bem conhecidos a audácia e o espírito aventureiro do ditador paraguaio achava-se o governo do Brasil, tomado de sérias preocupações. Em primeiro lugar, o abalo moral produzido no seio dos governantes; além disso, a pronta reação dos aliados que por um lado, concorrera para minorar a situação militar do Sul, criara, por outro lado, uma questão de ordem política, determinada pela designação do comando das tropas sitiadas.

Quem deveria assumir a suprema chefia das Forças Aliadas que se defrontavam com Estigarribia? Os uruguaios – Flores à frente – julgavam-se com todo o direito. Para os argentinos, Mitre deveria exercer o comando de todas as forças em operações. O Império invocava o direito insofismável de chefiar as tropas Aliadas em ação contra Estigarribia em território brasileiro.

Em tão difícil situação, o Barão de Porto Alegre foi retirado da vida civil em que se achava para ser nomeado comandante em chefe do Exército em Operações no Rio Grande do Sul.

A chegada de Porto Alegre para assumir o posto que lhe fora confiado, provocou, de início, um incidente com Mitre e Flores.

Eis como o comandante em chefe, ao reivindicar seus direitos, relata ao governo os acontecimentos:

“Ilmo e Exmo. Sr. – pelos meus ofícios datados de 29 de agosto e 3 de setembro do ano passado, verá v. excia. tudo o que se passou acerca do comando das Forças Aliadas em frente a Uruguaiana.

“É verdade que os generais Mitre e Flores tiveram a pretensão, primeiro este, depois aquele, de comandar as referidas Forças, fazendo para isso valer a qualidade de serem chefes de Estado, e que não estando eu revestido daquele caráter, não podia dar-se para o comando em chefe o princípio de reciprocidade.

“Eu, porém, sustentei que, em primeiro lugar a negação daquele princípio fora uma ofensa aos direitos majestáticos, que não podiam deixar de nos ser reconhecidos como nação livre e independente que éramos e que eu preferiria responder a um

conselho de guerra a submeter-me, em nosso território, com o Exército que me havia sido confiado, ao comando de um general estrangeiro, por mais que reconhecesse quanto qualquer deles era distinto e digno.

"Ainda insistiram na circunstância de terem vindo na perseguição do inimigo, circunstância essa que, segundo diziam, e eu ignorava, dava o direito de assumir o comando deste Exército ao comandante em chefe do Exército Aliado.

"Contestei-lhe, porém, que não se tendo realizado a hipótese prevista, de virem em perseguição do inimigo, pois que, tendo este invadido a Província do Rio Grande do Sul no dia 10 de junho do ano próximo findo, só no dia 21 de agosto do mesmo ano, é que tinha o general Flores principiado, com as forças que comandava, a transpor o Uruguai, da Restauración para o lugar onde este Exército estava assediando Uruguaiana, era evidente que não podia prevalecer-se de uma circunstância, que como fica demonstrado, não se tinha dado; ponderando-lhes, além disso, que, como sabiam, sendo o Brasil, pelo menos, tão livre como eram as Repúblicas a que eles pertenciam, nele se acatava e respeitava em extremo a opinião pública, que irremediavelmente me condenaria se, porventura, eu a afrontasse submetendo-me naquelas circunstâncias, ao comando de um general estrangeiro, por mais distinto que fosse.

"Ajustado, pois, este ponto, e tendo-se os generais mostrado convencidos de que não tinham direito ao pretendido comando em chefe no nosso território, chegando nessa ocasião S. M. o Imperador a quem v. excia. tinha a honra de acompanhar, como v. excia. sabe, ficou acordado, em conferência entre os generais em chefe, tanto de Terra como da Esquadra Brasileira nas águas do Prata, que durante a final decisão do sítio de Uruguaiana, S. M. o Imperador serviria, simplesmente de elo entre os mesmos generais, e de árbitro no caso de dúvidas que pudessem surgir, cabendo-me a direção do ataque, como de fato foi minha a colocação das colunas que o deveriam realizar, assim como fui eu quem, embora em nome dos generais aliados, dirigiu aos sitiados a intimação peremptória para a sua rendição.

"Deus guarde v. excia. – Quartel-General do Comando em Chefe do Exército em Operações no Sul do Império. Vila de S. Borja, 28 de fevereiro de 1866.

"Barão de Porto Alegre".

O ofício do comandante em chefe do Exército em Operações revela, como se vê, disciplina, serenidade e firmeza de atitude. O que, porém, de mais interessante encerra é o trecho em que Porto Alegre revela RESPEITO À OPINIÃO PÚBLICA!

Os exércitos antigos, constituídos de chefes muitas vezes autoritários, frutos de uma época em que certos militares agiam com verdadeiro desprezo à opinião popular, possuíam também homens como Osório e Porto Alegre, generais que, embora muito diferentes na maneira de agir, preocupavam-se excessivamente com as repercussões que suas atitudes poderiam ter no juízo popular.

Mas não é só no aspecto político são reveladas as qualidades de chefia do Barão de Porto Alegre no sítio de Uruguaiana. As qualidades de comandante militar também são postas em evidência em um justo EXAME DE SITUAÇÃO do inimigo e na tomada de DECISÕES!

O exame de situação revela que Estigarribia, impossibilitado de passar à ofensiva poderia

- resistir até à morte ou
- render-se.

Em conseqüência, as Forças Aliadas deveriam estar preparadas

- seja para empreender o assalto,
- seja para aceitar a rendição.

Ambas as medidas foram cuidadosamente tomadas.

No que concerne ao assalto, foram as tropas dispostas em

- primeiro escalão e
- reserva.

Foi, o primeiro escalão, disposto em linha ocupando os brasileiros o flanco direito e o esquerdo; ao centro ficaram os argentinos, às ordens de Paunero e os uruguaios com Venâncio Flores.

A reserva compunha-se não só de forças argentinas como também da Cavalaria brasileira, disposta no último escalão,

As medidas para a rendição do invasor sem o inútil derramamento de sangue já haviam sido tomadas. Já Flores fizera um apelo ao General Estigarribia, convidando-o a depor as armas. O general paraguaio, com um gesto de altivez, respondera nos termos seguintes: **3**

“Li com a maior atenção a precipitada nota, a fim de responder como cumpre a um militar de honra, a quem o governo de sua Pátria confiou um posto delicado. Em conseqüência devo declarar a V. Excia.

que, como militar, como paraguaio e como soldado que defende a causa das instituições da independência de sua Pátria, rejeito a proposta de v. excia. por quanto o meu governo está firmemente resolvido a pugnar por seus direitos e a manter a integridade e o equilíbrio dos Estados do Prata. Admitindo, mesmo, como v. excia. declara em a nota a que respondo, estar eu perdido e não dever esperar proteção dos Exércitos do Paraguai, a minha honra e a obediência que devo ao supremo governo de minha Pátria

prescrevem-me o dever de preferir a morte a entregar as armas que nos confiou s. excia. o marechal presidente da República para que eu defenda os sagrados direitos de tão nobre causa contra um inimigo estrangeiro. Os chefes, oficiais e praças desta Divisão, que comando, são do mesmo pensar, e estão todos dispostos a sucumbir no campo de batalha de preferência a aceitar uma proposta que desonraria e encheria de eterna infâmia o nome do soldado paraguaio”.

Renovadas as propostas de rendição, novamente respondera Estigarríbia com a mesma altivez, demonstrando possuir, pelo menos na aparência, inquebrantável fibra.

Todavia, a energia do chefe paraguaio aos poucos foi cedendo diante dos imperativos da força.

A 18 de setembro de 1865 marcham sobre Uruguaiana, os Exércitos Aliados, para o assalto final. Uma última intimação é, por Porto Alegre enviada a Estigarríbia para ser respondida no prazo de duas horas. Desta vez o ousado general de Lopez, compreendendo ser inteiramente inútil a resistência resolve capitular, desde que sejam satisfeitas três condições: as regalias aos prisioneiros previstas nas leis de guerra, livre residência dos chefes e oficiais paraguaios e guarda, pelo Império, dos oficiais orientais rebelados.

Após ligeira troca de idéias entre o Imperador e os chefes Aliados, foi redigida uma nota que, pelo ministro da Guerra do Brasil, foi entregue pessoalmente a Estigarríbia. A primeira e a terceira condições eram aceitas, admitindo-se, apenas, restrições à segunda.

A notícia da chegada dos parlamentares ao campo de Estigarríbia, casando-se ao desejo paraguaio de rendição imediata, provocou a saída de um sem número de guerreiros de Lopez, os quais, montados na garupa de cavaleiros brasileiros, deixaram Uruguaiana para se dirigirem ao campo aliado. **4**

Livre o território brasileiro das tropas invasoras paraguaias, expede, Porto Alegre a famosa Ordem do Dia n. 13, pela qual é dado conhecimento da libertação de Uruguaiana:

“Soldados do Império Brasileiro em operações nesta Província!

“Guerreiros do Exército Aliado no Rio Grande do Sul”!

“Companheiros na vindita da honra nacional das três potências sul americanas”!

“A Divisão paraguaia em operações sobre o rio Uruguai, a guarnição da Uruguaiana à vossa presença depôs as armas sem ter disparado um tiro.

“À frente de vossas armas, ante o vulto augusto de SUA MAJESTADE O IMPERADOR; em presença do exmo. sr. ministro da Guerra, dos augustos príncipes da Corte, viste desfilar ontem, desarmados, às 4 horas da tarde, 7 Regimentos de Infantaria e um Corpo de Cavalaria do Exército paraguaio.

.....

..
“Soldados da liberdade!

“Em nome do Imperador, o general em chefe do Exército Imperial vos saúda e vos conjura que respeiteis a desgraça do inimigo vencido.

O general em chefe agradece a dedicação de cada um de vós como o entusiasmo de todos; esperando poder ainda uma vez orgulhar-se de haver-se achado à vossa frente – Barão de Porto Alegre”.

Após a rendição de Uruguaiana, ficaram as forças terrestres brasileiras constituídas de dois Corpos de Exército. O Primeiro, às ordens de Osório, recebera a missão de invadir o Paraguai, ao lado de forças argentinas, uruguaias e de forças navais brasileiras e às ordens de Tamandaré. O Segundo Corpo, **5** sob o comando de Porto Alegre, deveria:

COBRIR as fronteiras do Rio Grande e de Corrientes do lado do Alto Paraná e – operar pela parte limítrofe do território inimigo, quer em observação, quer mantendo esse inimigo em cheque, quer ainda invadindo aquela zona.

A análise da MISSÃO dada ao 2º Corpo de Exército, mostra como era importante a tarefa confiada a Porto Alegre. Em lugar de receber uma tarefa bem definida, o 2º Corpo do Exército Brasileiro deveria AGIR DE ACORDO COM AS CIRCUNSTÂNCIAS.

Os acontecimentos poderiam conduzir Porto Alegre a inúmeras atitudes, desde a simples observação até a tomada da ofensiva em território inimigo. A missão poderia tomar o caráter defensivo ou revestir-se do aspecto ofensivo e tudo isto a critério do comandante do Corpo.

Caso os paraguaios se mantivessem à distância do território brasileiro, bastaria Porto Alegre, observar os movimentos inimigos. Caso, porém, as circunstâncias fossem favoráveis, o 2º Corpo deveria agir ofensivamente, invadindo o solo paraguaio. Quaisquer que fossem as circunstâncias, porém, Porto Alegre deveria COBRIR o território brasileiro!

Os acontecimentos, porém, conduziram o 2º Corpo a ser chamado para participar nas operações ofensivas realizadas no território de Lopez.

Vejamos como se desenrolaram os fatos.

Após a vitória na primeira batalha de Tuiuti divergiram ligeiramente os Aliados no tocante à ação do Corpo de Porto Alegre. Em reunião feita a 30 de maio, Mitre, Flores e Osório externaram suas maneiras de encarar a atuação do 2º Corpo de Exército Brasileiro.

Mitre achava não ser necessária a incorporação imediata de Porto Alegre ao Exército Aliado, uma vez que, após a vitória de Tuiuti, dispunha pelo menos de 30 mil homens para o prosseguimento das operações. O general argentino era, pois, de opinião que o Corpo de Exército de Porto Alegre deveria continuar com a missão anteriormente recebida.

Flores, em princípio, concordou com Mitre, manifestando todavia, ser interessante incorporar o 2º Corpo quando necessário.

Osório, porém, embora reconhecendo não ser imperiosa a necessidade de incorporar as forças de Porto Alegre, era de opinião que seria interessante trazer o 2º Corpo, quando fosse julgado oportuno e isso porque os Exércitos em operações no Paraguai haviam sofrido muitas baixas, ressentindo-se de reforços, particularmente de cavalaria.

O desprendimento pelas honrarias, as qualidades de verdadeiro chefe militar e o espírito de renúncia, inteiramente despido de vaidade, conduziram Osório a prontificar-se a passar o comando das Forças Brasileiras ao comando do 2º Corpo, uma vez que este era o mais antigo.

Após uma série de discussões do problema, ficou assentado entre os chefes militares, na reunião de 30 de maio, uma **decisão** que, em redação aproximada da atual, poderia ser:

I – IMPRESSÃO SOBRE O INIMIGO

Os paraguaios, ainda em que com inferioridade em Cavalaria, pareciam dispostos a oferecer obstinada resistência.

II – IDÉIA DE MANOBRA

Tendo em vista a posse de Humaitá, agir ofensivamente, mantendo ao mesmo tempo a linha de comunicações.

III –

O corpo de Exército de Porto Alegre passará para o território paraguaio, entrando em operações quando isso se fizer necessário.

O Visconde de Tamandaré, sempre empenhado em assegurar todas as facilidades às operações terrestres, ofereceu o número de embarcações destinadas ao transporte do 2º Corpo.

Estavam todas as questões bem assentadas e previstas, quando um fato novo veio modificar o curso dos acontecimentos: Tamandaré escreveu uma carta a Porto Alegre, sugerindo a junção do 2º Corpo às forças reunidas em Tuiuti. Em consequência, o defensor de Uruguaiana respondeu-se com Mitre, que ainda uma vez resistiu; Flores e Osório, porém, concordaram plenamente com Porto Alegre.

Logo que foi decidida a participação do 2º Corpo nas operações que se deveriam desenrolar tendo por objetivo a conquista de Humaitá, expediu Mitre, a Porto Alegre as instruções, cujo resumo é o seguinte:

“Tendo-se combinado que durante os 15 dias julgados necessários para a reunião dos elementos de mobilidade, se faça o ataque às posições de Curuzú e Curupaití, para o qual se estabeleceu serem necessários 5 mil a 6 mil homens das forças terrestres reunidos à Esquadra e tendo-se também determinado que saia do Corpo de Exército de v. exa. esse contingente, segue-se que a operação combinada do Exército e da Esquadra, de duração limitada. Será portanto conveniente que v. exa. mantenha os elementos de que dispõe prontos a incorporar-se ao Exército, quando seja necessário, tanto o que empregue na operação militar, quanto os que deixe no campo de Itapirú”.

Além de outras considerações atinentes à operação combinada, recomendou Mitre que Porto Alegre deveria agir sob a direção de Tamandaré. **6**

A análise das instruções do general argentino suscita dois pontos a serem cuidadosamente examinados: o primeiro é referente ao ataque a Curuzú e Curupaití e o segundo é o que concerne à questão do comando nas operações combinadas.

Ora, as instruções de Mitre parecem indicar claramente que deveria haver dois objetivos sucessivos a serem conquistados – Curuzú e Curupaití. A leitura das instruções das instruções dão a entender que não deveria haver tempo de parada entre um e outro objetivo. Conforme será visto adiante, o ataque a Curupaití, não tendo

sido feito em seguida à conquista de Curuzú, muito contribuiu para a grande derrota sofrida pelos Aliados. Quanto às causas que determinaram o não prosseguimento da ofensiva, após a posse de Curuzú, é assunto que será tratado oportunamente.

No que tange à subordinação de Porto Alegre a Tamandaré, de acordo com as instruções, nova questão foi aberta, dando margem à coerência de atitude do comandante do 2º Corpo com o procedimento adotado em Uruguiana. Com efeito, conforme foi anteriormente visto, Porto Alegre recusou-se a ficar subordinado a Mitre em território brasileiro, invocando para isso, entre outros motivos, respeito “à opinião pública brasileira”. Agora ao receber as instruções de Mitre, Porto Alegre recusa-se a aceitar a direção de Tamandaré, invocando, para isto, duas razões – a questão da igualdade de patentes e a responsabilidade que tem na direção das forças terrestres.

Nada mais natural que tivesse surgido na Guerra da Tríplice Aliança, a questão de comando nas operações combinadas, questão essa que, se na guerra contemporânea se acha regulamentada, em 1866 era quase inteiramente desconhecida. Natural, portanto, que tivessem aparecido muitas dificuldades na execução das operações para a conquista de Curuzú.

O Generalíssimo Mitre, sentindo a delicadeza da questão e querendo solucionar com acerto a situação criada com a atitude de Porto Alegre, decidiu convocar a junta de 28 de agosto. Dando mostras de grande descortino de vistas, de habilidade na chefia e de energia suficiente para não abrir mão da autoridade que lhe fora confiada por força dos tratados, Mitre reconheceu as razões invocadas pelo general comandante do 2º Corpo, mas não abriu mão de suas prerrogativas. Assim é que propôs ficasse o Corpo de Porto Alegre em situação idêntica a do 1º Corpo e fossem as operações reguladas pelas decisões da junta.

A atitude conciliatória de Mitre, embora não resolvendo em detalhe a questão do comando combinado, encontrou boa vontade por parte dos chefes presentes.

Porto Alegre, ainda que muito cioso de sua autoridade, concordou com Tamandaré, quando o almirante fez sentir que sua ação nada mais seria que a decisão tomada pelos generais na junta.

Mostrou, pois, Porto Alegre, possuir as qualidades necessárias à boa liderança, isto é, SUBORDINAÇÃO CONSCIENTE e uso correto do PRINCÍPIO DE AUTORIDADE.

Assentada a ofensiva contra as posições de Humaitá, tratou, o comandante do 2º Corpo, de realizar as medidas preparatórias para a realização. Para isto era necessário primeiramente proceder-se ao deslocamento das forças encarregadas da conquista de Curuzú e Curupaití, além disso, alguns ataques diversionários deveriam ser empreendidos com o fim de desviar a atenção e as reservas paraguaias.

Para deslocamentos do 2º Corpo, inúmeros foram os entendimentos feitos entre Porto Alegre e Tamandaré. Medidas de ordem tática e providências de natureza técnica foram tomadas entre os chefes brasileiros, o de mar e o de terra.

Como vimos, pois, a flexível missão dada a Porto Alegre, quando este ainda se achava em território brasileiro, sofreu as necessárias adaptações aos novos acontecimentos. As possibilidades de ofensiva do 2º Corpo limitadas a uma leve indicação de uma provável invasão do território paraguaio foram, pouco a pouco, crescendo de vulto até serem transformadas em uma ordem para a participação ativa nas operações decisivas para a conquista dos fortes situados ao sul da grande fortaleza do Humaitá.

Voltemos agora para o Quartel General do 2º Corpo para ver a situação em que este se encontrava em janeiro de 1866, isto é, após a famosa rendição de Uruguaiana. Segundo a nova organização estabelecida por Porto Alegre criara aquele Corpo, constituído de quatro Divisões, 1ª, 2ª, 3ª, e Divisão ligeira, respectivamente comandadas pelo general Gomes Portinho, general Gonçalves Fontes, Coronel Silva Ouriques e Barão de Jacuí, além de duas Brigadas e de Corpos independentes, subordinados diretamente ao comando do Corpo de Exército. **7**

Constituía, o 2º Corpo, o total de 11 Brigadas e cinco Corpos independentes, o que lhe dava um efetivo de 13 mil homens, na quase totalidade de cavalaria – 8 mil. **8**

A 9 de março, após os primeiros entendimentos estabelecidos com Mitre, decide Porto Alegre rumar para o território corrientino, dando ciência desse fato ao ministro da Guerra. O exame de situação estabelecido naquela época por Porto Alegre sob a forma de estudo, conduziu o comandante do 2º Corpo a estabelecer uma decisão que, posta em estilo modernizado poderia estar assim redigida:

I – Impressão sobre o inimigo

Os paraguaios poderão opor resistência à travessia do Paraná, seja na região de Itapuã, seja na de Candelária ou em ambas. Não é provável a intervenção de elementos inimigos entre Vila de S. Borja e S. Tomaz.

II -

Atingir inicialmente a bifurcação de São Tomaz, aí ficando

em condições de realizar a travessia do rio Paraná.
– seja por Itapuã
– seja por Candelária.

III – Execução do movimento

a) O movimento executar-se-á em duas colunas, segundo os itinerários:

– S. Borja – Vila Imbú – S. Tomaz.

– S. Borja – Sto. Antônio – São Tomaz.

b) Segurança a cargo da 1ª Divisão.

IV – Reconhecimentos deverão ser realizados nas regiões de Candelária e de Itapuã.

A execução do movimento correspondeu perfeitamente às previsões anteriormente feitas. Com efeito, Lopez, sempre acertadamente preocupado com as questões de segurança e percebendo a importância dos movimentos sobre Itapua, destacou uma força de 3 mil homens, sob o comando do coronel Nuñez para vigiar as tropas comandadas por Porto Alegre.

Ao atingir, a 1º de maio, a margem setentrional do Paraná, após ser rudemente hostilizado por fogos de infantaria e de artilharia, teve, o 2º Corpo, que repelir energicamente as forças inimigas.

Para as operações de travessia do Paraná, duas medidas importantes foram tomadas pelo comandante do 2º Corpo; a reorganização das forças e a execução dos reconhecimentos previstos.

A reorganização consistiu em construir apenas três divisões (1ª, 2ª e 3ª), tendo sido a Divisão Ligeira transformada em Brigada. O general Portinho continuou à frente de sua Divisão, cujo número mudou de 1ª para 2ª. Quanto as 2ª e a 3ª Divisões, sofreram modificações em suas organizações internas e em seus efetivos.

Os reconhecimentos de Itapua e Candelária foram realizados por um Batalhão provisório de Pontoneiros, um Corpo de Cavalaria e dois Batalhões de Voluntários e tiveram o seguinte resultado, segundo a redação do próprio Porto Alegre.

“Qualquer daqueles passos, e principalmente o de Itapua, se os meios de que disponho para facilitar a passagem deste Exército não fossem tão deficientes, seriam preferíveis ao de Tranqueira de Loreto, cujas condições pelas informações que tenho podido obter, pela maior largura e correnteza que tem ali o rio Paraná, oferecem maiores dificuldades do que em qualquer dos acima mencionados, sobretudo para a passagem da artilharia, carretas, cavalaria, boiadas e gado para município.

“Se, porém, se realizar, como devo crer, a subida para aquele ponto das embarcações que o sr. Vice-Almirante Visconde de Tamandaré me anunciou, convirá, como já fiz ver a v. excia., fazer passar ali a infantaria, seis ou oito bocas de fogo, alguma Cavalaria e, com essa força, subir pela margem direita do Paraná, a marchas forçadas, para ir auxiliar a passagem simultânea do resto do Exército em Itapua e Candelária. Mas, se por qualquer circunstância eventual, não puderem vir as embarcações, a que acima me refiro, então forçoso será passar em Itapua, simulando querer fazer-la em Candelária, para obrigar o inimigo a dividir as suas forças”.

A leitura do relatório acima põe em relevo duas das qualidades militares de Porto Alegre: ESPÍRITO DE PREVISÃO E FLEXIBILIDADE. O espírito de previsão se acha bem caracterizado com as providências estabelecidas em face das duas hipóteses adotadas – a do aparecimento, ou não, das embarcações prometidas por Tamandaré. A flexibilidade é perfeitamente evidenciada com a decisão de Porto Alegre em combinar o movimento por Itapua como uma verdadeira finta realizada sobre Candelária, com a finalidade de atrair a atenção das reservas paraguaias.

Esta era a situação do 2º Corpo de Exército Brasileiro, quando a decisão tomada pela junta veio mudar o curso dos acontecimentos, chamando o Corpo do Exército de Porto Alegre para participar ativamente contra as forças de Humaitá, a fim de diminuir a inatividade reinante em Tuiuti.

Em consequência, assentou o vencedor de Uruguaiana, marchar em direção a Tranquera de Loreto para, em seguida, atingir Itapirú.

As duas fases do movimento foram corretamente executadas, de acordo com as previsões: a primeira constou de uma marcha até à região de Tranquera. A segunda foi feita por via fluvial até à região de destino, isto é, Itapirú. Uma parte das forças, contudo, deslocou-se por terra até Corales, de onde foi transportada, por via fluvial até Itapirú.

Tendo em vista a ofensiva Aliada sobre a região sul de Humaitá, concebeu Mitre a idéia de incumbir o Corpo de Exército de Porto Alegre de **“operar sobre o flanco esquerdo da posição fortificada do inimigo, em combinação com a esquerda”**. Para isto, deveria o 2º Corpo conquistar as posições de Curuzú e Curupaití.

Após assentar com Tamandaré iniciar o ataque a 1º de setembro Porto Alegre escreve a Polidoro, então no comando do 1º Corpo, sugerindo um ataque “de ameaça ou de apoio”, segundo a direção Tuiuti-Curuzú.

Eis agora, o Barão de Porto Alegre evidenciando mais uma das qualidades de chefia – A INICIATIVA, qualidade essa que, no caso, toma um aspecto muito interessante se meditarmos na questão do comando nos teatros de operações.

Realmente, é curioso observar que na época em que se travaram as operações no Paraguai, não havia, como hoje, um comandante de teatro de operações, ao qual ficam subordinados os

comandantes das forças terrestres, das forças navais e das forças aéreas.

Para as operações combinadas que se desenrolaram ao longo do rio Paraguai, já vimos como Mitre ficou em dificuldades para resolver o problema da precedência entre Porto Alegre e Tamandaré. A dificuldade surgida pelo fato de não haver um comandante de teatro foi ainda mais agravada por não haver um comandante das forças terrestres.

Ora, Porto Alegre, sentindo a necessidade de coordenar todas as ações de terra, desempenhou o verdadeiro papel do COMANDANTE DAS FORÇAS TERRESTRES, quando tomou a feliz iniciativa de fazer uma acertada sugestão ao Corpo vizinho, isto é, ao 1º Corpo comandado por Polidoro.

A execução do ataque contra Curuzú e Curupaití revestiu-se, em grande parte, dos aspectos inerentes às OPERAÇÕES COMBINADAS da guerra contemporânea. Assim é que, preliminarmente, foram realizadas ações navais contra os fortes paraguaios, sob a forma de reconhecimentos prévios e de bombardeios: tinham estes, naquela época, as mesmas finalidades dos bombardeios atuais levados a efeito pelas forças de mar contra os objetivos terrestres, antes das ações de assalto.

As tropas de Porto Alegre após efetuarem os desembarques dos transportes, da Esquadra, protegidos pelos fogos de várias canhoneiras de Tamandaré, prepararam-se para iniciar o ataque a Curuzú, distante cerca de meia légua de Curupaití.

A decisão do general Marques de Souza, para o ataque, estabelecida ainda antes do desembarque redigido em estilo ligeiramente modernizado poderia ter a seguinte forma.

I – Impressão sobre o inimigo.

Os paraguaios dispõem a resistir em suas posições, CURUZÚ – CURUPAITI, cuja profundidade é de cerca de 1800 metros.

II – Idéia de manobra.

Atacando simultaneamente em toda à frente, apoiado por uma ofensiva na direção de TUIUTÍ-CURUZÚ – conquistar

- em uma primeira fase, o forte de CURUZÚ
- e em segunda fase, CURUPAITÍ.

III – Articulação geral das forças.

a) 1º escalão.

Divisão Brigadeiro Albino de Carvalho, a leste.

Divisão brigadeiro Gonçalves Fontes, a oeste.

b) Reserva

Divisão Coronel Lucas de Lima.

IV – Execução do ataque.

– A esquadra fará uma preparação de H-3 a H, com o fim de neutralizar as resistências inimigas.

– Início do ataque – Hora H.

Após a preparação acima prevista e energicamente respondida, de início, pelos paraguaios, Marques de Souza previne a Tamandaré que já se acha em condições de iniciar o assalto e que, portanto, deverá ser suspenso o fogo das canhoneiras.

Em sua parte de combate, assim escreve Porto Alegre a respeito da execução do ataque:

"Pequeno era o espaço que nos separava dos paraguaios; galgá-lo, saltar o fosso uns sobre os outros, escalar as trincheiras, combater peito a peito e vencer, foi obra de poucos momentos. O traço da fortificação mostrava-a apoiada sobre uma lagoa: mandei avançar sobre esse lado uma Brigada de Infantaria incumbida de vadeá-la e envolver o flanco inimigo.

"Encarreguei a direção da coluna que devia realizar esse ataque ao intrépido e bem conhecido tenente-coronel da guarda Nacional Astrogildo Pereira da Costa, que, pondo-se à frente do major Francisco de Lima e Silva, provou imediatamente o acerto de minha previsão e quanto era fundada a confiança que aquele tenente-coronel inspirava.

"Logo que o inimigo pressentiu essa manobra, que não pode evitar, desmoralizou-se e, fugindo em todas as direções, oferecia apenas

fraca resistência aos valentes que o perseguiam de perto.

“Os Corpos que simultaneamente atacavam com não menor intrepidez pelo flanco esquerdo, bem aproveitaram o momento e, como os outros com arrojo e bravura, transpuseram o fosso e escalaram as formidáveis trincheiras.

“A vitória pronunciou-se completa pelas nossas armas e a perseguição cessou quando mandei reunir a força que, entusiasmada, já não conservava a precisa ordem de formatura”.

Conquistado Curuzú, deveriam as forças do 2º Corpo, prosseguir no ataque para a captura de Curupaití. Entretanto, foi ordenada a suspensão do ataque, quando todas as circunstâncias aconselhavam a continuação até a conquista do objetivo final.

Procurando justificar a decisão tomada, escreveu Porto Alegre que as principais causas da suspensão da ofensiva foram a falta de informações e o desconhecimento completo da natureza do terreno.

Embora, tendo ordenado a parada da ofensiva após a conquista de Curuzú, Porto Alegre manifestou aos chefes Aliados a necessidade de não perder tempo em atacar Curupaití, por quanto Solano Lopez certamente iria aproveitar o tempo para aumentar as obras de fortificação daquela praça forte.

Em carta dirigida ao coronel Araújo Nóbrega assim comenta Porto Alegre os acontecimentos que culminaram com a famosa derrota de Curupaití um auxílio de 4 mil homens de Infantaria, para poder prosseguir de acordo com Esquadra na execução do plano que em junta de guerra havíamos combinado, tomando Curupaití e atacando Humaitá, que estava muito mal guarnecida de tropa”.

Não sendo desgraçadamente satisfeito aquele meu pedido, só em 12 deste mês é que o general Mitre aqui chegou com o seu Exército Argentino com a força de 8 a 9 mil homens, e no dia seguinte uma Brigada de 2 mil homens de Infantaria, que o sr. General Polidoro me mandara. Como, porém, os argentinos não viessem prontos para realizar-se logo o ataque, tanta demora, como eu previra, dera lugar a que o inimigo desse um grande desenvolvimento ao seu entrincheiramento em Curupaití, acumulando ali mais de cinquenta bocas de fogo, sendo uma grande parte de grosso calibre, 68 e 32, e concentrando naquele ponto a maior parte da força do seu Exército.

“Na presença de meios de resistência tão poderosos como eram aqueles a que me refiro, entendi eu que não podia ter lugar o premeditado ataque conforme havíamos combinado, devendo sofrer uma modificação nas suas disposições, isto é, que em

entrincheiramento inimigo sobre o Tuiuti e, onde está o 1º Corpo do Exército, convinha que ao ataque daquele ponto precedesse o das mencionadas linhas, para que o general Polidoro pudesse vir com seu Exército que dista daqui menos de duas léguas, atacar pela retaguarda as fortificações de Curupaití ao passo que nós lhe faríamos o ataque pela frente e então seria impossível ao inimigo resistir, vendo-se nesse caso forçado a abandonar a posição, tendo dois expedientes a tomar: concentrar suas forças em Humaitá, o que não me parece provável que fizesse, porque teriam ali a sorte das que comandava Estigarribia em Uruguaiana, ou retirar-se procurando passar o Tebicuarí, operação esta que, com os poderosos recursos de que dispomos por água poderíamos manobrar, embarcando aqui e fazendo desembarcar acima daquele rio uma força tal que o impossibilitasse de tentar qualquer resistência em Assunção ou de chegar primeiro do que nós a Vila Rica.

“Não julgando, porém, conveniente os meus colegas gerais em chefe semelhante alteração no plano combinado para o referido ataque, forçoso foi submeter-me à opinião da maioria, marcando-se o dia 22 do corrente para o ataque, que deveria ser precedido de um forte bombardeio da nossa Esquadra sobre o forte de Curupaití e entrincheiramentos.

“Cinco eram as colunas dispostas para o ataque, três brasileiras e duas argentinas.

“A extrema direita do entrincheiramento inimigo, que é o forte de Curupaití e o centro do mesmo entrincheiramento, deviam ser atacados por duas colunas e apoiadas por outras do meu Exército; e a extrema esquerda, onde haviam construído um reduto abaloartado, seria atacada por uma coluna argentina que era apoiada também por outra coluna.

“Às 7 horas da manhã do dia principiou o bombardeio da Esquadra que pelo bem dirigido dos seus fogos quase fez calar os da artilharia inimiga, prolongando-se até às 11 da manhã, quando o bravo Vice-Almirante Tamandaré veio prevenir-nos, ao General Mitre e a mim, que ia fazer a encouraçados “Brasil”, “Barroso” e “Tamandaré” forçarem a estacada que o inimigo havia estabelecido pouco abaixo de Curupaití, e que mandaria cessar o bombardeio, se nós julgássemos chegado o momento de realizar o ataque.

“Ao assomarem as testas de nossas colunas, nas de cinquenta bocas de fogo, sendo muitas de 68 e 32, romperam um bem dirigido e horrível fogo que lhes abriam claros quando elas se desenvolviam

em linha ao passo de carga, dando entusiásticas vivas ao imperador, à Nação Brasileira e ao Exército Aliado.

“O primeiro entrancheamento inimigo, que consista num alto de 12 palmos e 10 de fundo, com o seu parapeito guarnecido de algumas peças de artilharia de campanha, que o inimigo retirou precipitadamente, assim como a força que aí tinha foi logo transposto. Prosseguindo, porém, o ataque à segunda linha da fortificação, que consistia num fosso com grande parapeito erigido de Artilharia, tendo na sua frente um banhado muito atolador e sobre o qual haviam estabelecido abatizes, impossível foi realizar o assalto, que às melhores tropas do mundo seria também impossível levar a efeito.

“Mesmo assim, os nossos bravos soldados permaneceram até às duas horas da tarde naquelas posições, fazendo um vivíssimo fogo sobre o inimigo que ousava assomar-se e debaixo do mais vivo fogo de metralha, da Artilharia inimiga; até que a essa hora, dizendo-me o general Mitre que era impossível fazer avançar mais a sua coluna de ataque, e considerando-a comprometida na posição em que se achava, pedia a minha opinião acerca do que devia fazer.

“Respondendo-lhe eu que desde que não tinham podido as nossas colunas abordar a segunda linha de fortificação inimiga, pelos embaraços insuperáveis que haviam encontrado, permanecer ali seria aumentar inutilmente o já considerável número de nossas baixas”.

O exame do documento que vem de ser transcrito evidencia mais uma das qualidades militares do general Marques de Souza: a **COMPETÊNCIA**.

Com efeito, apesar de ter sofrido, inegavelmente uma grande derrota em Curupaití, nem por isso deixou, Porto Alegre, de mostrar ser possuídor de grande concepção estratégica, inspirada – sem dúvida – nas empolgantes manobras napoleônicas.

Assim é que, por exemplo a concepção de Porto Alegre para a batalha de Curupaití, poderia ser muito bem comparada às manobras envolventes de Napoleão como seja Montenotte.

A história da campanha da Itália, de 1796-1797, mostra como, em Montenotte, Bonaparte, achando-se em presença dos austríacos, decidiu fixar de frente seus adversários, com as divisões Massena e Augereau, para atacá-los de franco e pela retaguarda com a divisão Serrurier. É curioso observar como Bonaparte explicou ser interessante que a divisão Serrurier precedesse levemente o ataque das demais forças a fim de colher os melhores efeitos da surpresa ao inimigo.

Concebendo a batalha de Curupaití com as mesmas linhas de Montenotte, Marques de Souza, julgou interessante fosse aquele reduto paraguaio atacado de flanco com uma forte coluna, partindo de Tuiutí. E ainda mais, achou muito conveniente que o ataque de flanco "precedesse a ação frontal", para obter maiores sucessos.

Saber vencer é mais fácil que saber perder. É nas situações difíceis que os grandes chefes militares exaltam as qualidades de chefia. Curupaití, ainda que infligindo seria derrota às tropas do 2º Corpo, realçou a figura digna e valorosa do grande chefe militar que foi incontestavelmente o Barão de Porto Alegre!

Em novembro de 1866, quando ainda reinava viva consternação nos campos Aliados, em conseqüência do revés sofrido em Curupaití, reacenderam-se as esperanças de vitória com a nomeação, acertada e tardia para o comando das Forças Brasileiras do militar invicto em todos os tempos, herói de todas as batalhas em que tomara parte, chefe militar capaz de conduzir as tropas invasoras aos mais longínquos redutos de Lopes – o Marechal Caxias! **9**

A esse tempo enfermo, o general Marques de Souza solicita, ao novo chefe, licença temporária para tratamento de saúde. Ainda não bem refeito de seus padecimentos, volta Porto Alegre, após um curto período de menos de quatro meses, a reassumir o comando do 2º Corpo Brasileiro.

Ao volver ao campo de Curuzú, novo e inesperado perigo, encontra Porto Alegre: desta vez não é mais o ardor combativo, nem o espírito de luta e de sacrifício dos paraguaios que se opõem ao

avanço brasileiro; um flagelo ainda maior e mais ameaçador compromete os efetivos e o moral do 2º Corpo do Exército; a epidemia do cólera! Em poucos dias, 4 mil brasileiros perdem a vida, em solo paraguaio, vítimas da terrível enfermidade!

Dominada a crise, recebeu Porto Alegre, ordem para se deslocar de Curuzú para Tuiutí, a fim de participar das novas operações que vinham de ser delineadas pelo intrépido Caxias.

Contavam, os brasileiros, em fins de agosto de 1867 com cerca de 30 mil homens, 10 mil dos quais pertencentes ao 2º Corpo do Exército, quando Caxias concebeu o PLANO que em linhas gerais, pode ser assim resumido:

- 1 – empreender uma manobra torneante pelo flanco esquerdo paraguaio, a fim de conquistar a região à retaguarda de Rojas.
- 2 – procurar desimpedir a via do rio Paraguai.
- 3 – aferrar o inimigo em Tuiutí, tendo em vista garantir a base de operações.

Consoante a idéia acima, deu Caxias:

- ao 1º e 3º Corpo, a missão de empreender a manobra torneante (nº 1 acima);
- à Esquadra, a tarefa de desimpedir o rio Paraguai;
- finalmente, ao 2º Corpo, o de Porto Alegre, a difícil incumbência de AFERRAR O INIMIGO, garantindo a base de operações.

Vê-se, pois como o sucesso da manobra que iria ser realizada contra as forças de Lopez, deveria depender – em última análise – da segurança da base de operações, porquanto em tática, como em estratégia, não é possível lograr êxito na ofensiva sem que a defensiva esteja assegurada.

A missão, pois, confiada a Porto Alegre, era da mais alta responsabilidade.

A manobra de Caxias, inteligentemente delineada foi habilmente executada. Em pouco tempo foram, as tropas paraguaias, atacadas de flanco pelos aliados.

Eis que, porém, Solano Lopez, sempre audacioso e agressivo, compreendendo a gravidade da situação, resolve lançar uma cartada decisiva: realizar uma contra-ofensiva, dirigida contra a base de operações, tendo em vista isolar todas as forças invasoras. É a decisão do desespero de causa o canto do cisne, esperança última dos chefes que – nas proximidades da derrota definitiva – tentam um

último esforço. Tal é a decisão de Lopez, bem reeditada na 2ª GRANDE GUERRA por ocasião da contra-ofensiva de Rundstedt sobre as forças aliadas.

Realmente, na madrugada de 3 de novembro de 1867, irrompe Solano Lopez de surpresa à frente de três colunas contra as forças do 2º Corpo, encarregadas da defesa de Tuiuti.

Constituída, a posição brasileira, de apenas um reduto coberto por uma linha de vigilância, não foi difícil aos atacantes, que se apresentaram com maiores efetivos, fazer recuar a débil vigilância, apesar da obstinada resistência e das cenas de heroísmo dos Aliados.

Atingindo o reduto, trava-se uma batalha das mais encarniçadas e sangrentas de toda a guerra.

PORTO ALEGRE, impecável em seu uniforme já crivado de balas, a pé duas vezes por terem sido seus cavalos baleados, sempre calmo, dirige a batalha com firmeza de segurança.

As atitudes gloriosas dos chefes aliam-se às ações patrióticas dos soldados. Um negro, valente e herói, empunhando tenazmente a bandeira brasileira, opõe-se vigorosamente ao bravo major Castilha do Exército Paraguaio, a quem mata, desnortando em consequência uma das colunas atacantes e morre sempre abraçado à bandeira: é MARTINHO JOSÉ RAMOS, soldado herói, cujo nome – por uma injustiça da história – tem sido pouco citado nas comemorações brasileiras.

Perderam os paraguaios, no desastroso ataque a Tuiuti, aproximadamente 3 mil homens, enquanto os aliados, cerca de 2 mil, quase todos brasileiros.

“No recontro de 3 de novembro – escreve Tasso Fragoso – a figura do general Porto Alegre destaca-se com brilho imorredouro. Ele patenteia, mais uma vez, as suas qualidades excepcionais de heroísmo e tenacidade. Embora compreendendo a gravidade do momento, mantém-se firme no cumprimento do dever. Perde duas vezes o cavalo em plena refrega, recebe contusões por balas inimigas, mas continua à testa dos elementos disponíveis, eletrizando-os com o seu exemplo e inflamando-os no desejo de colher a vitória naquele lance.”

Tuiuti, portanto, evidencia mais uma das três principais qualidades do gen. Marques de Souza: EXEMPLO, SERENIDADE e BRAVURA; **exemplo**, bem compreendido e imitado por todos os comandados; **serenidade** permanente, geradora de decisões

acertadas e oportunas; **bravura** desmedida e não abalada, apesar de ter sido alvo mais visado dos projéteis inimigos.

As qualidades de Porto Alegre, assegurando a memorável vitória na segunda batalha de Tuiutí, afastaram definitivamente a ameaça sobre as vias de transportes brasileiras e, dessa forma, consolidaram o sucesso do 1º e do 3º Corpo do Exército, infundindo decisivamente nos resultados da grande ofensiva de 1867.

Em janeiro de 1868, após infatigável período de lutas, onde consumiu o resto de suas forças e de sua saúde, já enfermo, deixou Marques de Souza o comando do 2º Corpo do Exército, recolhendo-se à Corte, aonde além de condecorações, recebeu o título de Conde de Porto Alegre.

Sempre enfermo, durante vários anos submetido a cruéis padecimentos veio, o bravo general, a falecer às sete horas da manhã do dia 18 de julho de 1875, tendo sido o cadáver, depois de embalsamado, transportado para o Rio Grande do Sul e enterrado no cemitério da cidade de Porto Alegre, a 5 de novembro.

A Nação Brasileira que modernamente, estuda e compreende os problemas relativos à LIDERANÇA civil e militar, encontra, no passado, a grandiosa figura de Porto Alegre, a apontar, para o presente todas as qualidades de CHEFIA, realçadas na exemplar atitude do grande soldado nos momentos mais difíceis do campo de batalha! Assim é que, em Uruguaiana, Marques de Souza patenteia o sentimento de profundo RESPEITO À OPINIÃO PÚBLICA. Antes da ofensiva às fortificações ao sul de Humaitá, o grande soldado mostra possuir o espírito da SUBORDINAÇÃO CONSCIENTE aliado ao ZÊLO PELA AUTORIDADE; em Curuzú, a INICIATIVA é a qualidade que prima sobre as demais; em Curupaití, a COMPETÊNCIA PROFSSIONAL é evidenciada, apesar do desastre sofrido; finalmente, na segunda batalha de Tuiutí, o EXEMPLO PERMANENTE, A SERENIDADE e a BRAVURA completam o quadro das incontáveis qualidades de liderança de que era possuidor o general Marques de Souza.

A gratidão brasileira, ao comemorar o primeiro centenário da vitória de Caseros, rende as maiores homenagens ao grande militar que tanto contribuiu para a formação histórica e para a consolidação do Brasil.

A Biblioteca do Exército, fiel ao programa de exaltar o nome de todos os grandes brasileiros, civis e militares, sem distinção de credo político ou de aspecto partidário, associa-se – com a

apresentação das linhas modestas, que vêm de ser escritas, à exaltação do grande vulto que foi, incontestavelmente, o Tenente General Conde de Porto Alegre!

Anotações do Cel Cláudio Moreira Bento

1- Ten Cel Jaime Ribeiro da Graça

2- Chamava-se Antônio de La Cruz Estigarribia. Ao ser preso foi confinado em Florianópolis. Recebi um retrato dele, enviado pelo historiador Walter F. Piazza então presidente do IHGSC e para o qual elaborei as orelhas de seu livro **O Brigadeiro José da Silva Pais, o estruturador do Brasil Meridional**. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande; Florianópolis, FCC Edições, 1988.

3- Estigarribia era tenente coronel e não general.

4- Merece ser lido do Conde D'Eu e Marechal Gastão de Orleans, atual patrono da AD/6 e cuja vida e obra resgatamos na obra **AD/6 Artilharia Divisionária Marechal Gastão de Orleans**. Porto Alegre: Porto Alegre: Promoarte, 2003, elaborada dentro do Projeto de História do Exército na Região Sul, feito em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, o seu precioso trabalho "Viagem ao Rio Grande do Sul em 1865", publicado na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (a.85/139):107-278,1990 onde ele registra em detalhes tudo o que se passou na retomada de Uruguaiiana aos paraguaios e que o livros de História não registram. Vale a pena ser lida pela riqueza de informações sobre o Rio Grande do Sul de então.

5- As operações do 2º Corpo de Exército de Porto Alegre foram registradas em 2 volumes na obra:

1- Exército em Operações na República do Paraguay (anteriormente **Exercito em Operações na província de São Pedro do Sul**) Segundo Corpo - sob o comando em chefe do Exmo. Tenente General - Manoel Marques de Souza - Conde de Porto Alegre

a) **ORDENS DO DIA** - 1 volume (compreendendo as de nr. 1 a 49) 1865 - re-imprensa por Ordem do governo do Rio de Janeiro - Imp. de Francisco Alves de Souza - 97 Rua General Câmara, 97 - 1877.

b) **ORDENS DO DIA** - 2 volumes (compreendendo as de nr. 50 a 103) 1866-1867- reimpressa por Ordem do governo do Rio de Janeiro - Imp. de Francisco Alves de Souza - 97 Rua General Câmara, 97 - 1877.

Ao final de cada volume existe a relação dos nomes de todos os integrantes do Corpo de Exército que foram citados por qualquer motivo nas nas Ordens do Dia.

6- Tamandaré e Porto Alegre eram ligados por fortes laços de amizade familiar. O avô de Porto Alegre, Manoel Marques de Souza I foi o padrinho de batismo de Tamandaré e que conduziu em sua garupa o neto Manoel Marques de Souza III em algumas operações na Fronteira do Rio Grande. O prestígio de Porto Alegre na Marinha era tal que ao falecer foi levado do Rio a cidade de Rio Grande por um navio de guerra e dali até Porto Alegre por navio de guerra menor, compatível com o calado da Lagoa dos Patos.

7- O 2º Corpo de Exército era constituído em maioria por forças de Cavalaria da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul.

8- Integrava o 2º Corpo o Batalhão de Pontoneiros, organizado em São Borja, que passou a ser comandado em 1º Out 1865 pelo major honorário Maximiliano Emmerich, antigo integrante das duas companhias de pontes contratadas pelo Brasil para lutar contra Oribe e Rosas, conforme abordado em **Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS**. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1976.p.116/117. Cursara por três anos a Real Academia de Engenharia de Berlim. Em 19 Dez 1869 foi instrutor na Escola Militar em Porto Alegre de Topografia, Fortificação em Campanha e de Serviços de Pontes e de Sapa. Participou da Comissão de Engenheiros do 2º Corpo, que teve a seu cargo o projeto e direção dos trabalhos de construção das 8 pontes da Estrada do Chaco. Resgatamos a história do Batalhão de Pontoneiros em artigo, Os "brummer" os primeiros pontoneiros do Exército Brasileiro, nos **Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Rotermund, 1974. Emmerich foi citado por bravura em Curuzú e Curupaiti.

9- Curupaiti foi uma fragorosa derrota aliada, classificada pelo general Osório de Hecatombe. Em instrução sobre a Guerra do Paraguai ao Curso de Engenharia do CPOR/Recife em 1979 assim abordamos Curupaiti:

"Ataque a Curupaiti! Ataque impetuoso e avassalador. Cai a primeira trincheira e os aliados sob mortífero fogo. E o espaço até a segunda? próprio inferno terrestre! Abatizes, banhados e bocas de lobo! Tempestade de chumbo! E um fosso intransponível E por fim o nosso recuo. Eis os preciosos ensinamentos de Curupaiti! E pagos com pesado tributo- 4.000 baixas! Ataque frontal a uma posição

fortificada, sem se proceder completos reconhecimentos! Descoordenação dos ataques de flanco, fixação e frontal. E por fim falta de Unidade de Comando...” . Vide “Evocação da Guerra do Paraguai no centenário de seu término”. **in: Revista Militar Brasileira**. Jan/Mar 1971. P.125/141

Cel JAYME RIBEIRO DA GRAÇA

Nasceu em 1º Fev 1907. Sentou praça em 23 Fev 1923. Aspirante a Oficial da Arma de Infantaria em 7 Jan 1927 pela Escola Militar do Realengo. 1º Ten em 18 Jul 1929. Cap em 30 Jun 1934. Todas as suas promoções de oficial superior foram por merecimento. Maj em 5 Abr 1943. Ten Cel, 25 Jun 1948 e Cel, 25 Out 1952. Transferido para a reserva como general de Brigada em 1953. Coursou a EsAO em 1930 e a ECEME em 1938/40. Possuía o Curso de Informações, o da Escola de Comando e Estado-Maior de Blindados dos EUA e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Possuía as medalhas de Prata por mais de 30 anos de bons serviços, a Medalha de Guerra e era Cavaleiro da Ordem do Mérito Militar. Não foi encontrada a sua Fé de Ofício no Arquivo Histórico do Exército. Ao transferir-se para a Reserva foi vereador pela cidade do Rio de Janeiro e trabalhou na Itaipu binacional. Pesquisando os índices de nossas revistas militares no arquivo da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, constatamos que o Cel Jayme possuiu colaborações na **Revista Militar Brasileira** e na **Revista do Clube Militar**, não se registrando colaborações suas na **Nação Armada e Defesa Nacional**. Na **Revista do Clube Militar** ele publicou: As guerrilhas conduzem à vitória (1947, nº 83); A Guerra do futuro (1948, nº 88); Reestruturas de vencimentos (1952, nº 161) e Vencimentos militares (1964, nº 164). Na **Revista Militar Brasileira** ele publicou: Arma aérea na 2ª Guerra Mundial (1944); Os princípios da Guerra moderna (1947); As máximas de Napoleão e a Guerra Moderna (1948); Realidades Brasileiras (1949); Gênese e controvérsias da Geopolítica (1950); A Geografia do Poder Aéreo (1951). Como se pode concluir, em 1952, aos 55 anos, colaborava com a **Revista do Clube Militar**. Ele era filho do Cel Outubrino da Graça que comandou a Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre no início da década de 40 tendo sido ali instrutor o capitão Jayme. Esta dificuldade de se

resgatar a vida deste escritor e de outros explica e justifica usarmos em nossas obras dados sobre a vida e obra dos autores que atuam no Projeto História do Exército na Região Sul ao final de cada trabalho.

5ª Parte

- I - FÉ DE OFÍCIO DE MANOEL MARQUES DE SOUZA
(Barão, Visconde e Conde de Porto Alegre)**
- II - DIÁRIO DO PARLAMENTO**
- III - CADERNO ICONOGRÁFICO**

FÉ DE OFÍCIO DE MANOEL MARQUES DE SOUZA (Barão, Visconde e Conde de Porto Alegre)

Filho do brigadeiro do mesmo nome, o tenente-general Manoel Marques de Souza – conde de Porto Alegre – nasceu a 13 de junho de 1804 na atual cidade do Rio Grande, do Estado do Rio Grande do Sul.

Ao completar 13 anos, por ter mostrado desejos de seguir a carreira militar, depois de obtida a necessária dispensa de idade, alistou-se como cadete no 1º regimento de cavalaria ligeira da “divisão de voluntários reais”, que então se achava de guarnição em Montevidéu.

Ainda não havia chegado a seu termo a luta que desde 1816 sustentavam as aguerridas tropas do célebre caudilho José Artigas, contra as divisões do exército de D. João VI, pelo que o jovem cadete Marques de Souza, fez a sua aprendizagem como soldado, tendo por mestre d’armas o seu progenitor, ao lado do qual sempre se achou em combates, sortidas e recontros, que pelo mesmo foram dirigidos na última fase dessa campanha, na qual, diz a sua fé de ofícios, “tomou parte de 1818 a 1822”, sendo por isso condecorado com a respectiva medalha”.

Por decreto de 24 de junho de 1818, foi promovido a alferes ajudante de campo do capitão general Carlos Frederico Lecór, tendo antes se distinguido nos combates do Pando a 30 de março e no de Manga a 1º de abril.

Terminada a guerra com a incorporação da “Banda Oriental” que passou a denominar-se “Província Cisplatina”, conservou-se o jovem alferes em Montevidéu até que proclamada a independência do Brasil, coube-lhe a honrosa missão de, em dezembro de 1822, embarcar para a corte do Rio de Janeiro para, da parte do exército do sul cumprimentar o imperador D. Pedro I pela sua elevação ao trono; feito o que regressou ao sul, continuando a exercer o cargo de

ajudante de campo do visconde da Laguna, que então se achava sustentando o sítio de Montevidéu, cuja praça estava ocupada pelas tropas portuguesas, comandadas pelo general D. Álvaro da Costa, em franca oposição à independência do Brasil.

Nesta segunda campanha coube ao alferes Marques de Souza salientar-se no combate de 18 de maio de 1823 em **Las Piedras**, ao lado de seu pai, e, depois da capitulação de D. Álvaro, tendo sido promovido a tenente para o estado maior do exército, por decreto de 1º de dezembro de 1824, seguiu para o Rio de Janeiro onde, em princípios do ano seguinte, matriculou-se na academia militar.

Declarada a revolução dos **trinta y trez** a 19 de abril de 1825, entre as medidas tomadas pelo governo de D. Pedro I para de pronto debelá-la figurou a suspensão das matrículas dos militares que pertenciam aos corpos do sul e bem assim caçadas foram todas as licenças concedidas a outros que lá ainda se achavam, para o mesmo fim; pelo que bem a seu pesar, teve o tenente Marques de Souza de interromper os seus iniciados estudos militares, seguindo a apresentar-se ao tenente-general visconde da Laguna em Montevidéu.

Organizado o exército que devia enfrentar-se com o de D. Carlos de Alvear passou a servir sob as ordens do brigadeiro comandante da 1ª divisão Sebastião Barreto Pereira Pinto, a que primeiro investiu contra o inimigo na célebre batalha de Ituzaingó. Da parte deste brigadeiro sobre a mesma batalha, consta:

“Os oficiais empregados às minhas ordens Manoel Marques de Souza, tenente do estado maior do exército, e Francisco Félix da Fonseca, tenente do batalhão de caçadores 23, cumpriram com seus deveres contudo suplico de V. Ex. todo o favor e justiça pelo tenente Manoel Marques de Souza, pois muito me coadjuvou”.

Por sua conduta assim abonada, por decreto de 20 de março de 1827 foi Marques de Souza promovido a capitão, e a 16 de agosto seguinte passou a exercer o cargo de ajudante de ordens do tenente-general visconde da Laguna, que substituíra o marquês de Barbacena no comando do exército do sul.

A 4 de fevereiro de 1828 deixou o cargo de ajudante de ordens e, terminada a guerra em outubro desse ano, passou a servir sob as ordens do marechal de campo Manoel Jorge Rodrigues, comandante da divisão de observações que permaneceu em Montevidéu, com a

Conde de Porto Alegre

qual, depois de ter estado na capital do Rio Grande do Sul, onde esse general exercera o cargo de governador das armas, embarcou para a corte em 1830.

Por decreto de 29 de março de 1829, em atenção aos seus serviços obteve a graduação de major, e por despacho de 28 de agosto de 1830 foi classificado na 6ª campanha do 4º regimento de cavalaria ligeira, de que foram comandantes seu pai e seu avô em épocas anteriores.

Regressando à província do Rio Grande do Sul, apresentou-se ao dito regimento que passou a comandar logo depois.

Sendo então pronunciado adepto do governo monárquico, tendo explodido em Porto Alegre a revolta de 20 de setembro de 1835, conservou-se o major Marques de Souza inteiramente devotado à causa da legalidade, pondo em ação todos os meios ao seu alcance para combatê-la. Cumpriu com o dever, mas também podia ter deixado de o fazer, sem que por tal pudesse ter sido increpado de negligente ou tornar-se passível de qualquer pena, porquanto os seus esforços eram então demasiadamente fracos, considerando-se que ao próprio marechal comandante das armas não lhe valeram nem o prestígio pessoal nem o do seu alto cargo, pois forçado foi a refugiar-se em país estrangeiro, enquanto a primeira autoridade da província, cedendo à força, teve que abandonar a capital e logo depois a província, recolhendo-se à corte do império.

Em tais circunstâncias, porém, prevaleceu no major Marques de Souza a fidelidade ao trono imperial, e sem descansar passou a reunir toda a gente que pode, apressando-se em fazer junção com o prestigiado e valente chefe imperialista coronel João da Silva Tavares.

Assim engrossadas as suas fileiras, deram ambos o célebre combate do Arroio-Grande, a 14 de outubro de 1835, sendo os rebeldes completamente batidos, muito se sobressaindo durante a ação o major Marques de Souza.

A revolução, porém, tomara vulto: eram freqüentes as adesões, e por conseqüência a pequena força legalista destes dois chefes, então única na província, impossibilitada de enfrentar-se com as dos rebeldes reunidas em grande número, teve de dispersar-se para evitar o inútil derramamento de sangue.

Acompanhando uma dessas pequenas partidas, escapando de ser sacrificado, conseguiu o major Marques, atravessando mil tropeços, alcançar a barra do Rio Grande, onde já encontrou embarcado o presidente deposto, e que se fazia de vela. Um

momento mais e seria ele vítima daqueles a quem oito dias antes havia infligido a citada derrota.

Chegando à corte, pôs-se à disposição do governo, mostrando desejos de voltar ao sul, e de fato o fez com as primeiras forças que a 8 de março do ano seguinte (1839) aqui embarcaram com aquele destino. Desembarcando na cidade de Pelotas e tendo sob suas ordens um contingente de 80 praças do 1º batalhão de caçadores, deram-lhe o comando militar da mesma cidade.

Havia apenas entrado no exercício desse cargo quando a 7 de abril o chefe revolucionário Antônio Neto, à testa de 600 homens ataca Pelotas e destroça a força comandada pelo coronel Albano de Oliveira Buenos, ficando este prisioneiro e bem assim o major Marques de Souza que, como vimos, dispunha apenas de 80 homens, na maior parte recrutas bisonhos.

Do que passou o major Marques de Souza como prisioneiro durante a marcha que fez até Porto Alegre, fácil será avaliar-se pelo triste fim que teve o seu companheiro de infortúnios o coronel Albano, que durante ela foi fuzilado.

Lançado no porão do "presiganga" ao chegar a Porto Alegre, esteve sujeito a todos os horrores de uma prisão tão imunda e perigosa, onde era ameaçado a cada passo de ter igual sorte daquele seu companheiro se pretendesse subtrair-se à tamanha penúria.

No entretanto tentavam alguns legalistas o restabelecimento da lei, e conhecendo eles os sentimentos e a coragem do major Marques, não hesitaram em consultá-lo, iniciando-o em seus projetos. Por mais de uma vez, por carência absoluta de meios, abortaram os seus planos tendo portanto ameaçada a vida por igual número de vezes, e o bárbaro assassinato do coronel Vicente Freire, por tal motivo, não o fez no entanto fraquear.

Arrostando os inúmeros perigos a que se achava exposto, continuou do fundo de tão infecta prisão a trabalhar com os seus denodados companheiros, dando tudo como resultado a contra revolução de 15 de junho de 1836 em Porto Alegre, em que os legalistas cantaram vitória.

Mas não se havia tudo feito; era preciso que a causa que defendiam fosse sustentada a todo transe. Com o governo legal estavam somente a cidade de Rio Grande e São José do Norte, porém sitiadas, e o coronel Bento Manuel Ribeiro, então comandante das armas, achava-se na **campanha**, sem destino certo, cercado apenas de diminuta força que procurava, entretanto, engrossar e prover do necessário fardamento, armamento e munições de guerra.

Em Porto Alegre contavam os legalistas cerca de 400 homens mal armados e pouco adestrados em trabalhos de guerra pelo que os revolucionários, em número cinco vezes maior, não hesitaram em dar sucessivos assaltos a essa importante posição que não souberam conservar. A defesa, porém tornou-se heróica. Esses poucos bravos guiados por velhos e aguerridos chefes, praticaram atos da mais destemida bravura e sangue frio como poucos se têm dado, tornando para sempre memoráveis os dias 18 e 30 de junho e 20 de julho de 1836.

E quem comandou essa praça de guerra por determinação dos referidos chefes, nesses difíceis dias, foi o major Manoel Marques de Souza, fazendo os serviços que competia a todas as graduações e empregos militares precisos em um ponto sitiado, e disso deram os melhores atestados os legendários generais João de Deus Mena Barreto, (*) Chagas Santos, Bento Corrêa da Câmara e outros que aí se achavam.

Por decreto de 18 de fevereiro do ano seguinte, teve Marques de Souza a efetividade do posto de major, e a cidade de Porto Alegre o título de – LEAL E VALOROSA.

Depois de serviços relevantes, e tendo em muito alterada a sua saúde pelas privações que sofrera como prisioneiro, em outubro desse ano requereu e obteve seis meses de licença pra tratar-se na corte, onde se apresentou no seguinte mês de novembro; esgotada essa licença sem nenhum resultado, por conselho de seu médico solicitou outra de igual tempo para ir à Europa com o mesmo fim, a qual lhe foi concedida a 20 de junho de 1837, tendo sido prorrogada por mais três meses, em 20 de dezembro do mesmo ano.

Regressando da Europa, por decreto de 20 de agosto de 1838, teve a graduação de tenente-coronel, mas não de todo restabelecido de seus incômodos conservou-se com parte de doente na cidade do Rio Grande, só se apresentando pronto para o serviço em 1840, assumindo então o comando do 2º regimento de cavalaria ligeira para o qual fora designado quando promovido a tenente-coronel efetivo por decreto de 2 de dezembro do ano anterior.

A revolução continuava a fazer verter o sangue de brasileiros em uma luta, de idéias pra uns e de cumprimento do dever para outros, e o tenente coronel Marque de Souza, no número destes, a 16 de setembro de 1841, à frente do seu regimento, teve que enfrentar, infligindo-lhe derrota, com a coluna do chefe José Daniel na várzea do Varejão, sendo por tal elogiado em ordem do dia do general em chefe,

(*) Mais tarde Visconde de São Gabriel, e a quem muitos confundem nesse feito, com seu filho, brigadeiro reformado Gaspar Francisco Mena Barreto que, colocando-se também ao lado dos legalistas, muito os auxiliou, pelo que, por decreto de 20 de agosto de 1838, foi melhorada a sua reforma no posto de marechal de campo, "em atenção aos relevantes serviços que prestou em defesa da ordem pública e integridade do Império."

e mereceu mais ser por decreto imperial de 27 de março de 1842 promovido a coronel para o mesmo regimento.

No ano seguinte, pela ordem do dia do general conde de Caxias, de 11 de junho, foi louvado "pelo bem com que se houve no comando da expedição que seguiu à margem direita do rio São Gonçalo". Já nos referimos a essa comissão que teve por fim livrar a cavahada do exército imperial, no Rincão dos Touros, de ser arrebanhada pelos revolucionários, e do que teve aviso o referido conde. Mas o coronel Marques na sua marcha aproveita o ensejo de achar-se perto da vila do Piratini, capital da república, nela consegue entrar, batendo a força que encontrara, fazendo elevada presa de armas, munições etc.; depois percorre todo o território entre a Lagoa-Mirim e o oceano, até o arroio Chuí, regressando ao quartel-general do comando em chefe com cerca de 4.000 cavalos.

A 2 de dezembro, ainda por ordem do comando em chefe, seguiu com a coluna de seu comando para servir de apoio a do capitão Albernaz que devia atrair uma partida inimiga, a qual destroçou e perseguiu ativamente arrebatando-lhe as cavahadas, merecendo também ser elogiado em ordem do dia do comando em chefe de 7 de dezembro pelo bom desempenho que soube dar a esta expedição.

Terminara assim o ano de 1843, e o general em chefe, firme no seu propósito de não dar descanso aos revolucionários, ao encetar suas operações em 1844, designou o coronel Marques de Souza para guardar a importante posição da vila de São Gabriel, com forças suficientes para repelir quaisquer tentativas dos revolucionários sobre sua posse.

Nesta como nas demais comissões que lhe haviam sido confiadas, desenvolveu-se Marques de Souza de modo que a 10 de agosto foi elogiado pelo zelo e energia que soube manter no comando da guarnição da referida vila.

Terminada a luta conforme a proclamaram os chefes revolucionário e imperialista a 28 de fevereiro e 1º de março de 1845, ao coronel Marques de Souza, coube a honrosa e grata missão de embarcar para o Rio de Janeiro conduzindo a boa nova ao governo

imperial, por escolha do seu preclaro chefe o marechal conde de Caxias.

Dois anos depois, por decreto de 14 de março, do mesmo governo, em atenção aos seus importantes serviços, lhe concedia a graduação de brigadeiro e dava-lhe o comando da 2ª brigada de cavalaria em o qual conservou-se até abril de 1848, por ter sido então designado para desempenhar uma comissão na corte.

Já nos temos referido às desordens que, devido à prepotência do ditador Rosas e seu insuflado e digno auxiliar general Oribe, se desenrolavam no Rio da Prata, e com o fim de por termo a tantos horrores, por demais afrontosos à humanidade e à civilização, resolveu o governo do Brasil nelas intervir empregando a força pública.

Conseguida a paz no Estado Oriental, fazendo parte do Exército Aliado Libertador do Rio da Prata, embarcou a 1ª divisão do exército brasileiro, cujo comando recaiu, por escolha do general em chefe conde de Caxias, no prestimoso Manoel Marques de Souza, cuja efetividade ao posto de brigadeiro havia sido decretada em 14 de agosto de 1850.

Já vimos como a 3 de fevereiro de 1852, em **Monte Caseros**, se cobriu de glória essa parte do exército nacional, dando ganho de causa à liberdade de há muito perdida pelos nossos irmãos do Rio da Prata, e, conforme se vê do boletim do exército aliado dando conta dessa batalha: "O Sr. Brigadeiro Marques, chefe do centro e das forças brasileiras, deu um dia de glória à sua pátria, acrescentando novos louros à sua frente e grangeando o respeito e gratidão dos seus aliados".

O general em chefe do exército brasileiro, em a sua participação ao governo imperial, de 12 de fevereiro, referindo-se à 1ª divisão do mesmo exército que tomou parte nessa batalha disse:

"O brigadeiro Manoel Marques de Souza, comandante dela, mostrou no dia dessa memorável batalha muito tino e valor, dirigindo o combate do centro da linha inimiga, sem dúvida o ponto mais forte dela, prevenindo mesmo o ataque quando viu que a ocasião era oportuna. Nossos batalhões manobravam como se estivesse em parada, e isso aterrou consideravelmente o inimigo.

"Eu recomendo a S.M. o Imperador este oficial general, que faz honra ao exército brasileiro. Na inclusa referida parte que ele me dirigiu se relatam todos os pormenores da ação e a ela me refiro em tudo. Ao próprio general Urquiza ouvi fazer-lhe os maiores elogios; e tal foi a confiança que ele lhe soube inspirar, que aquele general lhe

confiou o comando do centro do seu exército; e adicionando a divisão brasileira que comandava mais três batalhões de argentinos e uma forte bateria de artilharia, o encarregou de tomar o ponto sem dúvida o mais forte da linha inimiga”.

A 1º de março retirou-se para Montevideu a 1ª divisão do comando do brigadeiro Marques de Souza que se reuniu ao grosso do exército imperial, tendo sido elogiado em ordem do dia de 5 do mês anterior pela coragem e sangue frio com que se houve na referida batalha de Moron. Do governo imperial recebeu o brigadeiro Marques de Souza pela sua invejável conduta o significativo título de – barão de Porto Alegre – com honras de grandeza e bem assim a promoção a marechal de campo, e a medalha de ouro concedida aos oficiais gerais que fizeram as campanhas do Uruguai e Argentina, conforme se vê dos decretos de 3 e 14 de março, tudo do referido ano se 1852.

A 26 de junho assumiu em Jaguarão o comando interino do exército do sul do qual foi dispensado a 24 de setembro para assumir o das armas da província do Rio Grande do Sul.

No ano seguinte recebeu mais a dignatária da ordem imperial do cruzeiro, tendo deixado o comando das armas do Rio Grande do Sul a 5 de março, conforme solicitado, continuando a residir em Porto Alegre.

A 20 de fevereiro de 1856, levado pelos sofrimentos físicos de caráter crônico, que os reputava adquiridos na sua laboriosa vida militar, solicitou a sua reforma, a qual só lhe foi concedida por decreto de 7 de julho do mesmo ano, sendo-lhe passada a patente de tenente-general a que por lei fizera jus.

Deixando assim a atividade militar, entregou-se no entretanto o barão de Porto Alegre a não menos agitada carreira política, conseguindo em 1858 entrar na lista tríplice para senador, sendo escolhido um dos seus competidores.

Em o ano de 1861, tendo sido eleito deputado à assembléia geral, a 24 de maio de 1862 ocupou a pasta da guerra no ministério Zacarias, que como sabemos governou apenas durante o insignificante período de seis dias.

Com a declaração de guerra ao Brasil pelo ditador do Paraguai e conseqüentes invasões de Mato-Grosso a 26 de dezembro de 1864 e do Rio Grande do Sul a 10 de junho de 1865, no barão de Porto Alegre reavivaram-se os antigos ardores de guerreiro e patriota exaltado, de modo que se pôs logo à disposição do governo que sem mais delongas, por decreto de 21 de julho deste último ano, o

nomeou comandante em chefe do exército em operações no Rio Grande do Sul.

Seguindo para a **campanha**, a 21 de agosto publicava a sua primeira ordem do dia, em que, declarando assumir o mencionado comando, esperava que a briosa força que ia comandar lhe facilitaria o desempenho de sua obrigação, tendo cada um dos que a compunham o único pensamento de debelar o inimigo comum e salvar a honra e dignidade nacional.

No dia 23 do mesmo mês organizava o seu exército com quatro divisões, sendo: a 1ª que já existia, ao mando do brigadeiro honorário Davi Canabarro; a 2ª sob o comando do coronel barão de Jacuí; a 3ª do brigadeiro José Gomes Portinho e a 4ª, composta de duas brigadas, comandada pelo coronel Joaquim José Gonçalves Fontes. A artilharia ficou sob as imediatas ordens do capitão Manoel d'Almeida Gama Lobo d'Eça (duas baterias) e organizou-se uma secção de transporte, com um capitão, dois subalternos e 62 praças.

O invasor Antônio Estigarribia achava-se sitiado na vila de Uruguaiana e já a sua guarnição sofria os horrores da fome. Recebera várias intimações para se render, em agosto e em setembro, dos diversos chefes aliados, mas não as quisera tomar em consideração e até as repelira com certa arrogância; no entretanto, sabendo da chegada do presidente da República Argentina D. Bartolomeu Mitre, logo a ele se dirigiu no dia 13 de setembro, **convidando-o a que lhe dirigisse proposições para evitar o derramamento de sangue**, Não teve porém, a honra de receber resposta do mencionado presidente.

Já então havia chegado ao acampamento dos exércitos aliados o sr. D. Pedro II com a sua comitiva, o que de certo amenizou a investidura do cargo para que fora nomeado o barão de Porto Alegre, pois sabe-se que não correram com a desejada placidez as primeiras conferências dos generais em chefe dos exércitos aliados no território brasileiro, onde o argentino pretendeu até assumir o comando em chefe de todas as forças sitiadas, não o tendo feito pela atitude enérgica dos dois chefes brasileiros – Porto Alegre e Tamandaré – sendo que este o trouxera da **concórdia** pelos desejos que mostrara de ver o imperador e com ele conferenciar sobre o prosseguimento das operações dos exércitos aliados.

Pela manhã do dia 18 de setembro estes tomaram posição em frente às trincheiras dos sitiados. Achavam-se então em linha de batalha 12.393 brasileiros com vinte e duas bocas de fogo; 3.802 argentinos com vinte e quatro; 1.200 orientais com oito.

Antes dessa tão solene formatura o comandante em chefe das forças brasileiras faz distribuir a seguinte proclamação:

"Camaradas! Aproxima-se o momento em que os vândalos que têm levado o incêndio e a desolação aos habitantes inermes de uma e outra margem do rio Uruguai, deverão expiar seus nefandos crimes. Aí os tendes à nossa frente entricheirados no âmbito que oferece o recinto da vila de Uruguaiana, que com bárbaro prazer têm quase de todo arruinado.

"O nosso adorado monarca nos honra com sua augusta presença em companhia dos augustos príncipes seus genros, e do ministro da guerra.

"Tendes por companheiros nesta luta de honra os valorosos soldados das nações aliadas, e para **testemunhas de vossos feitos os chefes das mesmas nações** que comigo vos guiarão na marcha gloriosa que vamos empreender.

"Camaradas! Demos ao nosso inimigo uma lição assim de valor como de civilização e humanidade. Ofereçamos-lhe ainda uma vez antes de principiarmos o combate, algumas horas para refletirem, e ao mundo inteiro uma prova de que no justo ressentimento nos quitamos de suas atrocidades por atos dignos de um povo livre.

"Viva S. M. o Imperador! Viva a Nação Brasileira! Vivam as nações aliadas! – Barão de Porto Alegre."

O imperador, seu genro marechal conde d'Eu, o ministro da guerra e mais comitiva imperial ocupavam o centro das colunas e o almirante Tamandaré com o duque de Saxe, outro genro do imperador, se recolheram aos navios da esquadilha.

Ao meio dia tudo se achava pronto para dar o assalto às fortificações, depois que a nossa artilharia houvesse cumprido o seu dever.

Os generais aliados com os seus estados-maiores se dirigiram então ao monarca brasileiro para cumprimentá-lo e as últimas ordens deste foram transmitidas ao general Porto Alegre, que fez com que o seu ajudante de ordens apresentasse ao comandante dos sitiados a seguinte intimação:

"Em nome do imperador e dos chefes aliados.

"A prolongação do rigoroso sítio em que se acham as forças sob o comando de V. S. deverá por certo tê-lo convencido de que sentimentos meramente humanitários retêm os exércitos aliados em operações nesta província ante o ponto do território que V. S. ocupa. Estes sentimentos que nos animam e que sempre nos dominaram, qualquer que seja o resultado da guerra, me obrigam a ponderar a V.

S. que semelhante posição e estado de cousas deve ter um paradeiro, e, em nome do imperador e dos chefes aliados, anuncio a V. S. que dentro do prazo de duas horas nossas operações vão começar. Toda a proposição que V. S. fizer, que não seja a de renderem-se as forças do seu comando sem condições, não será aceita, visto que V. S. repeliu as mais honrosas que lhe foram pelas forças aliadas oferecidas. Qualquer que seja, pois, a sua resolução, deve V. S. esperar da nossa generosidade o tratamento consentâneo com as regras admitidas pelas nações civilizadas. – Deus guarde a V. S. – Acampamento junto aos muros da Uruguaiana, 18 de setembro de 1865. – **Barão de Porto Alegre**, Tenente-General – Ao Snr. Coronel Antônio Estigarribia, comandante em chefe da divisão paraguaia em operações sobre o rio Uruguai, sitiada em Uruguaiana.”

Animado com a presença do imperador no acampamento aliado, deus-se pressa Estigarribia em apresentar sua contestação à intimação do chefe neste termos:

“O comandante em chefe da divisão paraguaia oferece render a guarnição da praça de Uruguaiana sob as seguintes condições:

“1ª O comandante da força paraguaia entregará a divisão do seu comando, desde sargento, inclusive, guardando os exércitos aliados para com eles todas as regalias que as leis de guerra prescrevem para com os prisioneiros.

“2ª Os chefes, oficiais e empregados de distinção sairão da praça com as suas armas e bagagens, podendo escolher o ponto para onde queiram dirigir-se; devendo o exército aliado mantê-los e vesti-los enquanto durar a presente guerra, se escolherem algum lugar que não seja o Paraguai e devendo ser por sua conta se preferirem o dito lugar.

3ª Os chefes e oficiais orientais ao serviço do Paraguai, ficarão prisioneiros de guerra do Império, guardando-se-lhe todas as atenções a que tenham direito. – Feito em Uruguaiana, em 18 de setembro de 1865. – **Antônio Estigarribia.**”

Esta resposta foi logo presente ao imperador que, de acordo com os generais dos exércitos aliados, deliberou aceitá-la, não admitindo, porém, que os oficiais saíssem da praça com as armas nem que voltar pudessem ao território paraguaio enquanto durasse a campanha. Redigiu tal contestação o ministro da guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que firmando-a em nome dos chefes aliados seguiu, acompanhado pelo chefe do estado-maior brasileiro e mais dois oficiais a fim de entregá-la ao comandante da praça sitiada.

Este aceitou as restrições impostas e deu a seguinte resposta.

"Comando da divisão paraguaia sitiada em Uruguaiana 18 de setembro de 1865 – O abaixo assinado aceita as proposições de S. Ex. o Snr. Ministro da Guerra e deseja unicamente que S. M. o Imperador do Brasil seja o melhor garante deste ajuste. A ele e a V. Exa. me confio e me entrego prisioneiro de guerra com a guarnição, submetendo-me às condições prescritas por V. Exa. O abaixo assinado, espera que V. Exa. procederá imediatamente a ajudar com ele o modo como ser deve efetuar o desarmamento e a entrega da guarnição – **Antônio Estigarribia.**"

As 4 horas da tarde deu princípio o desfilamento das tropas paraguaias e entregaram as armas 50 oficiais e 5.131 praças, e foram recolhidas 7 bandeiras, armamentos, munições, equipamento e 6 peças de artilharia. Os prisioneiros foram distribuídos pelos aliados, e o chefe Estigarribia depois de ter sido levado à presença do Imperador, pelo ministro da guerra, foi recolhido preso à barraca do coronel barão de Jacuí.

No dia seguinte deram-se conhecimento ao exército das seguintes proclamações:

"Soldados! O território desta província acha-se livre graças à simples atitude das forças brasileiras e aliadas. Os inimigos renderam-se; mas não está terminada a nossa tarefa. A honra e a dignidade nacional não foram de todo vingadas; parte da província de Mato Grosso e do território da República Argentina jazem ainda em poder do nosso inimigo. Avante, pois, que a Divina Providência e a Justiça da causa que defendemos, coroarão os nosso esforços. – D. Pedro 2º, Imperador Constitucional e Defensor perpétuo do Brasil. – **Ângelo Muniz da Silva Ferraz.**

ORDEM DO DIA Nº 13

"Soldados do império brasileiro em operações nesta província!

"Guerreiros do exército aliado no Rio Grande do Sul!

"Companheiros na vindita da honra nacional das três potências Sul-Americanas!

"A divisão paraguaia em operações sobre o rio Uruguai, a guarnição da Uruguaiana à vossa presença depôs as armas sem ter disparado um tiro.

"À frente de vossas armas, ante o vulto augusto de SUA MAJESTADE O IMPERADOR; em presença do exmo. Snr. Ministro da Guerra, dos augustos príncipes e da corte, viste desfilar ontem,

desarmados, às 4 horas da tarde, 7 regimentos de infantaria e um corpo de cavalaria do exército paraguaio!

"Vossos fuzis e vossas lanças estavam descansados; vossos canhões não anunciavam um combate de sangue, quando os hinos da tríplice aliança proclamavam a esplêndida vitória da civilização contra o vandalismo.

"Soldados da liberdade!

"Em nome do imperador, o general em chefe do exército imperial vos saúda, e vos conjura que respeiteis a desgraça do inimigo vencido.

"O general em chefe agradece a dedicação de cada um de vós, como o entusiasmo de todos; esperando poder ainda uma vez orgulhar-se de haver-se achado à vossa frente – **Barão de Porto Alegre.**

Alguns dias depois de rendição de Uruguai a maior parte das forças que se achavam no Rio Grande do Sul seguiu a incorporar-se ao grosso do exército aliado, e o barão de Porto Alegre passou a ocupar a guarnição de São Borja, que tomou para base de operações; ficou assim o seu exército reduzido a cerca de 4.000 homens, mas, com os grandes contingentes, que foi recebendo, conseguiu em breve espaço de tempo elevá-lo a mais de 16.000 homens, das três armas, inclusive os corpos de pontoneiros e de transportes.

Como sabemos, a primeira missão deste corpo de exército foi a de conservar-se de observação cobrindo as fronteiras do Rio Grande e Corrientes, e estar pronto a invadir o território paraguaio por Itapuã, de combinação com o exército aliado, que tinha de invadi-lo pelo Passo da Pátria.

Depois de modificado este plano pelo general em chefe, a 22 de fevereiro de 1866 transpôs o barão de Porto Alegre o Uruguai e acampou em S. Tomaz a 16 do mês seguinte a poucos quilômetros de Itapuã. Depois de ter mandado proceder a vários reconhecimentos sobre a fronteira do inimigo, achou-se pronto a invadir-lhe o território, isoladamente ou de acordo com alguns dos corpos do exército aliado.

Por determinação do governo imperial os dois exércitos em operações fora do império tiveram a denominação de: 1º corpo o do comando do marechal de campo Manoel Luiz Osório, e de 2º o do tenente-general Porto Alegre, conforme publicou a ordem do dia do exército nº 506 de 6 de março; e na de nº 515, de 15 de maio seguinte, também se tornou público que a Câmara dos Srs. Deputados, da qual o mesmo tenente-general era membro, a pedido

do governo lhe concedia licença para continuar a comandar o 2º corpo do exército brasileiro em operações contra o Paraguai.

A 1º deste último mês, havia o barão de Porto Alegre reorganizado o seu exército em três divisões, com um comando geral de artilharia que compreendia o corpo provisório de artilharia a cavalo, o 4º batalhão de artilharia a pé, e o também provisório de pontoneiros.

As três divisões foram organizadas a 1ª, com três brigadas de infantaria e uma de cavalaria, sob o comando do brigadeiro Joaquim José Gonçalves Fontes; a 2ª, com duas brigadas de cavalaria, ou 6 corpos dessa arma, continuando sob o comando do brigadeiro honorário José Gomes Portinho e a 3ª, também composta como a 2ª, isto é, de 6 corpos de cavalaria, ou 2 brigadas, sob o comando do coronel Manoel Lucas de Lima.

Além destas, ficou organizada uma "brigada ligeira" sob o comando do tenente-coronel Astrogildo Pereira da Costa, depois brigadeiro honorário e barão de Asseguá.

Resolvido pela junta de guerra a 25 de junho, que o 2º corpo devia fazer junção com o grosso do exército aliado, em princípios de julho marchou o tenente-general Porto Alegre, em cumprimento dessa determinação, deixando, porém, em Itaimbé, de observação às forças paraguaias da Candelária e Itapuã, uma brigada, cujo comando deu ao general Portinho.

Alcançando a Tranqueira de Loreto embarca parte de suas tropas em navios da esquadra seguindo a outra por terra, de modo que a 29 desse mês, achando-se acampado junto às ruínas do forte de Itapirú, fez publicar a seguinte ordem do dia:

"CAMARADAS! Eis-nos, finalmente, no solo paraguaio. Está, pois realizado um dos nossos mais ardentes desejos.

"Si outros mais felizes do que nós, nos precederam e primeiro tiveram a glória de vencer em mais de uma batalha as fanatisadas cohortes da fera do Paraguai, deste país digno de melhor sorte, não dependeu isso, como sabeis, de vontade de vosso general e sim de recursos que ele não tinha e só pode obter quando as peripécias da guerra aconselharam a operação que acabamos de fazer. Briosos soldados do 2º corpo de exército! Ides pela primeira vez pelejar com um inimigo que, desconhecendo as leis da guerra entre povos civilizados, não os respeita, praticando inauditos atos de atrocidades. Não useis, de represálias, que eles não têm consciência do mal que fazem, e demais a generosidade é qualidade inerentes aos valentes.

“Tratai com cordialidade os nossos camaradas dos exércitos aliados. Unidos como estamos, por um só pensamento – o de vingar cobardes e insidiosas afrontas que ingratos ousaram irrogar à nossa honra e dignidade nacional, são todos nossos amigos, e devem por isso merecer a maior confiança.”

Na primeira quinzena do mês seguinte o 2º corpo teve ordem de levantar acampamento para atacar o forte de **Curuzú**, um pouco aquém das barrancas fortificadas do **Curupaití** na margem esquerda do rio Paraguai. Dizem alguns historiadores que o barão de Porto Alegre manifestara desde então desejos de que fosse aumentado o seu exército, para, tomada a posição de **Curuzú**, prosseguir sem mais detença sobre a de **Curupaití**, que também seria tomada, podendo, assim, ali manter-se, pois seria certo que o inimigo lhe levaria forte ataque, vendo ocupada pelos aliados a guarda avançada do Humaitá. Não tendo sido atendido, pela madrugada do dia 2 de setembro em diversos navios e transportes da nossa esquadra, embarcaram as diversas unidades do 2º corpo de seu comando com as quais às 2 ½ horas da tarde pôs o pé em terra, meia légua abaixo de Curuzú.

Tendo sido tomadas as disposições para o ataque, deixou no entretanto para realizá-lo na manhã do dia seguinte em vista do adiantado da hora, tomando então posição conveniente para passar a noite, sendo durante ela feitos os necessários e urgentes trabalhos de fortificação e de locação para a sua artilharia.

Ao clarear do dia, manda formar a infantaria em massa, à retaguarda e esquerda da bateria de 6 bocas de fogo do regimento provisório, aproveitando-se das ondulações do terreno, e cobrindo-lhe de modo conveniente a frente e esquerda pelos atiradores que se apoiavam por este flanco no rio e pela direita em cerca de 3.500 homens de cavalaria, que se achavam a pé, e 200 da brigada ligeira (montada).

Dado o sinal de fogo este é feito com verdadeiro entusiasmo pelos nossos artilheiros sendo, porém energicamente respondido pelos canhões inimigos, apesar dos estragos que sofrem do canhoneio da esquadra.

Pelas sete horas, vendo crescer o ardor dos seus comandados, julgou ser propícia a ocasião e mandando calar a artilharia, da esquadra e de terra, ordenou o assalto a baioneta – sendo bem conduzidos os nossos valentes infantes pelos brigadeiros Albino de Carvalho e Gonçalves Fontes, aos gritos de vivas ao imperador e à nação brasileira!

Em poucos minutos os nossos, cobertos por uma chuva de ferro e chumbo que não lhes embarga o passo, vencem o fosso e galgam o parapeito, onde a luta se torna quase pessoal, com artilheiros e infantes inimigos. É nesta ocasião que o brigadeiro Albino guiado pelo bravo tenente-coronel Astrogildo, se dirige pela esquerda do inimigo e consegue envolvê-lo, contribuindo ambos de modo eficaz para a vitória alcançada nesse dia, exclusivamente por brasileiros.

O 2º corpo que desembarcara com oito mil e poucos homens das três armas, com quase toda a sua cavalaria desmontada (excetuando a brigada do coronel Astrogildo) teve 788 homens fora de combate dos quais 63 oficiais.

Satisfeito com o resultado alcançado pelos seus comandados, ao receberem o batismo de fogo, fez o general Porto Alegre publicar a 14 de setembro a seguinte ordem do dia:

"Sobre as trincheiras de Curuzú, tremula altivo o pavilhão nacional, que, sustentado pelos bravos a cuja frente me acho, percorrerá triunfante este solo aonde impera ainda a tirania. A jornada do dia 3 foi brilhante prólogo da obra, cujo desempenho a pátria nos incumbe.

"Ocupar-me das peripécias do ataque, seria repetir o que está consignado na parte que abaixo vai transcrita.

"Soldados! Se vingar a honra vilmente ultrajada, o direito conculcado, e a liberdade oprimida foi, é, e será sempre a mais nobre missão que pode ter o exército de um país livre; ufanai-vos, porque tal é a nossa incumbência. – **Barão de Porto Alegre.**

A posição ocupada pelo 2º corpo do exército brasileiro convergiram nos dias 11, e 12 e 14 desse mesmo mês tropas do exército argentino sob o comando do presidente Mitre, com cerca de 8.000 combatentes e a **brigada** brasileira do coronel Silva Paranhos forte de 2.000 homens, o que elevou o total das forças em Curuzú a mais de 17.000 combatentes.

Tinha-se então em vista ocupar a viva força as barrancas de **Curupaití**, o que não se tendo feito logo após a tomada de Curuzú, não mais seria possível realizar-se com a mesma facilidade prevista pelo general Porto Alegre.

Além dessa primeira delonga surgiu a planejada pelo ditador do Paraguai, realizando-se a célebre conferência de Yataity-Corá, onde nada conseguindo quanto ao **estabelecimento da paz**, consegue, porém, o tempo que lhe era preciso para muito bem fortificar, tornando inexpugnável, a posição que ocupava em **Curupaití**.

Determinado o ataque para o dia 17, teve que ser adiado pela chuva torrencial que caiu, quase sem interrupção desde esse dia até o dia 20, pelo que já tendo o inimigo rompido fogo sobre as nossas obras começadas e outras construídas em auxílio de premeditado assalto, foi este marcado para o dia 22. A ação, como sabemos, foi dirigida pelo próprio comandante em chefe dos exércitos aliados, D. Bartolomeu Mitre, tendo nela tomado parte com o seu exército e o do já então visconde de Porto Alegre, de combinação, porém, com os dos generais Flores e Polidoro Jordão que deviam se dirigir, este sobre as trincheiras paraguaias do Sauce e aquele sobre São Solano.

A esquadra, tomando posição, hostilizaria como pudesse o flanco direito do inimigo.

Sobre o malogrado ataque de **Curupaití**, que não poderá deixar de figurar em nossa história militar, julgamos a propósito transcrever aqui o que três dias depois escreveu em Curuzú o próprio general Porto Alegre, dirigindo-se ao seu particular amigo, coronel Tristão de Araújo Nóbrega, e foi publicado na **Reforma** de 2 de fevereiro de 1885:

“Logo depois da tomada desta posição pedi um auxílio de quatro mil homens de infantaria, para poder prosseguir de acordo com a esquadra na execução do plano que em junta de guerra havíamos combinado, tomando Curupaití e atacando Humaitá, que estava mal guarnecida de tropas.

“Não sendo desgraçadamente satisfeito aquele meu pedido, só em 12 deste mês é que o general Mitre aqui chegou com o seu exército argentino com a força de oito a nove mil homens, e no dia seguinte uma brigada de 2000 homens de infantaria, que o Sr. General Polidoro me mandara. Como, porém, os argentinos não viessem prontos para realizar logo o ataque, tanta demora, como eu previra, dera lugar a que o inimigo desse um grande desenvolvimento ao seu entricheamento em Curupaití, acumulando ali mais de 50 bocas de fogo, sendo uma grande parte de grosso calibre, 68 e 32, e concentrando naquele ponto a maior parte da força do seu exército.

“Na presença de meios de resistência tão poderosos, como eram aqueles a que me refiro, entendi eu que já não podia ter lugar o premeditado ataque conforme havíamos combinado, devendo sofrer uma modificação nas suas disposições, isto é, que em vez de ser simultâneo o ataque de Curupaití e o das linhas de entricheamento inimigo sobre o Tuiutí, onde está o 1º corpo do exército, convinha que ao ataque daquele ponto precedesse o das mencionadas linhas, para que o general Polidoro pudesse vir com o seu exército, que dista daqui menos de duas léguas, atacar pela retaguarda as fortificações

de Curupaití, ao passo que nós lhe fariamos o ataque pela frente, e então seria forçado a abandonar a posição, tendo dois expedientes a tomar: concentrar suas forças em Humaitá, o que não me parece provável que fizesse, porque teriam ali a sorte das que comandava Estigarribia em Uruguaiana, ou retirar-se procurando passar o Tebicuarí, operação esta que, com os poderosos recursos de que dispomos por água, poderíamos malograr, embarcando aqui e fazendo desembarcar acima daquele rio uma força tal que a impossibilitasse de tentar qualquer resistência em Assunção ou de chegar primeiro do que nós a Vila Rica.

"Não julgando, porém, conveniente os meus colegas gerais em chefe semelhante alteração no plano combinado para o referido ataque, forçoso foi submeter-me à opinião da maioria, marcando-se o dia 22 do corrente para o ataque, que deveria ser precedido de um forte bombardeio da nossa esquadra sobre o forte de Curupaití e seus entricheiramentos.

"Cinco eram as colunas dispostas para o ataque, três brasileiras e duas argentinas.

"A extrema direita do entricheiramento inimigo, que é o forte de Curupaití, e o centro do mesmo entricheiramento, deviam ser atacados por colunas apoiadas por outras do meu exército; e a extrema esquerda, onde haviam construído um reduto abaluartado, seria atacada por uma coluna argentina que era apoiada também por outra coluna.

"Às 7 horas da manhã do indicado dia principiou o bombardeio da esquadra que pelo bem dirigido dos seus fogos quase fez calar os da artilharia inimiga, prolongando-se até às 11 ½ da manhã, quando o bravo vice-almirante Tamandaré veio prevenir-nos ao general Mitre e a mim, que ia fazer os encouraçados **Brasil, Barroso e Tamandaré** forçarem a estacada que o inimigo havia estabelecido pouco abaixo de Curupaití, e que mandaria cessar o bombardeio, se nós julgássemos chegado o momento de realizar o ataque.

"De acordo inteiramente com a opinião de Tamandaré, que estava conforme com o que anteriormente havíamos combinado, ordenamos o ataque.

"Ao assomarem as testas de nossas colunas, mais de cinquenta bocas de fogo, sendo muitas de 68 e 32, romperam um bem dirigido e horrível fogo que lhes abriram claros quando elas se desenvolviam em linha ao passo de carga, dando entusiásticos vivas ao imperador, à nação brasileira e ao exército aliado.

“O primeiro entricheiramento inimigo, que consistia num alto de 12 palmos e 10 de fundo, com o seu parapeito guarnecido de algumas peças de artilharia de campanha, que o inimigo retirou precipitadamente, assim como a força que aí tinha, foi logo transposto. Prosseguindo, porém, o ataque à segunda linha da fortificação, que consistia num fosso, com um grande parapeito erigido de artilharia, tendo na sua frente um banhado muito atolador e sobre o qual haviam estabelecido abatizes, impossível foi realizar o assalto, que às melhores tropas do mundo seria também impossível levar a efeito.

“Mesmo assim os nossos bravos soldados permaneceram até às duas horas da tarde naquelas posições, fazendo um vivíssimo fogo sobre o inimigo que ousava assomar-se e debaixo do mais vivo fogo de metralha da artilharia inimiga; até que a essa hora, dizendo-me o general Mitre que era impossível fazer avançar mais a sua coluna de ataque, e considerando-a comprometida na posição em que se achava, pedia a minha opinião acerca do que devia fazer.

“Respondendo-lhe eu que desde que não tinham podido as nossas colunas abordar a segunda linha da fortificação inimiga, pelos embaraços insuperáveis que haviam encontrado, permanecer ali seria aumentar inutilmente o já considerável número de nossas baixas.

“Em consequência, ordenamos a retirada, que só às 3 ½ se pode verificar; porque além de eu mandar conduzir todos os feridos, como mortos, que se encontraram sobre o campo, custou e muito a fazer retirar os nossos soldados que estavam fazendo fogo, dizendo eles que não sabiam retirar. Para provar a ordem em que se operou tão difícil operação, bastará dizer que do inimigo não ousou um só sair de suas trincheiras para vir fazer-nos fogo.”

No dia 22 de setembro de 1866 o exército aliado teve um prejuízo de 4.061 homens, sendo 2.082 argentinos, e a nossa esquadra perdeu 35 praças; no entretanto, como bem disse o general Porto Alegre em sua ordem do dia nº 88 de 10 do mês seguinte:

“Em **Curupaití** ficou ilesa a honra da Bandeira Brasileira.”

Depois deste revés, o general fez construir em Curuzú uma bateria própria a bater as do inimigo naquela posição e diariamente se ouvia o troar do canhão nessa posição como na do Tuiutí; auxiliavam o exército nesses duelos de artilharia os fortes canhões da nossa esquadra que, a mais das vezes para não ter **competidores** os punha em atividade durante a noite, levando o descontentamento aos que se achavam em descanso nos arraiais inimigos.

Empossado a 18 de novembro no comando em chefe de todas as forças brasileiras em operações o marechal Caxias, por doente solicitou-lhe a necessária licença por tempo indeterminado para recolher-se ao Brasil o general Porto Alegre, que a 27 do dito mês passou o comando do 2º corpo ao marechal de campo Argolo Ferrão, embarcando com destino ao Rio Grande do Sul.

Tendo, porém, adquirido algumas melhoras volta ao teatro da guerra, e a 1º de março do seguinte ano de 1867 reassume o comando do seu 2º corpo em Curuzú, fazendo publicar no dia seguinte o aviso do ministério da guerra de 30 de novembro do ano anterior em que o governo imperial o mandava louvar e a outros oficiais sob o seu comando pelo ato espontâneo e patriótico que praticaram cedendo, para as urgências do Estado, as quantias mencionadas em o seu ofício de 12 do referido mês.

Aparece então o terrível flagelo do **cólera morbus** em todos os acampamentos, e o de Curuzú foi o que mais sofreu devido à sua péssima posição entre o rio e uma lagoa, tendo por assim dizer todo o seu terreno coberto de pântanos. Apesar disso não cessaram os bombardeios diários misturados com os horrores dessa e de outras moléstias endêmicas, havendo dias em que o número de óbitos se elevou a mais de cento e cinquenta.

Com um grande temporal e conseqüente alagamento dos hospitais foi a epidemia visivelmente decrescendo até o seu completo desaparecimento; o terrível flagelo, porém, tinha ceifado a vida de mais de 4.000 combatentes das nossas fileiras.

Forçado pela enchente do rio Paraguai, que começara a alagar o acampamento de Curuzú, resolveu o general em chefe que o 2º corpo o deixasse indo ocupar a nossa base de operações em Tuiuti, enquanto a esquadra subia aquele rio e aproveitava-se do crescimento das águas para mais facilmente hostilizar o inimigo em as suas protegidas posições.

Em julho achava-se todo o 2º corpo em o seu novo acampamento, reduzido, porém, a pouco mais de 8.000 homens, dos quais a metade eram recrutas recém-chegados das províncias brasileiras.

Como sabemos, deu-se nesse mês (22) a marcha de flanco, cuja vanguarda tocou ao 3º corpo, do general Osório, ficando ao de Porto Alegre o alto encargo de velar pela segurança da importante base de operações dos exércitos aliados.

Ocupando o Tuiu-Cué com o grosso do exército, tratou o comandante em chefe de estabelecer a comunicação direta daí para

Tuiutí, abrindo-se então uma estrada de cerca de 30 quilômetros de extensão, que devia servir ao trânsito dos comboios de abastecimento que de Tuiutí seguiriam até meio caminho protegidos por forças do 2º corpo de exército e daí por diante pelas dos que se achavam em Tuiu-Cué.

A 11 de agosto atacou o inimigo um desses comboios, do qual se apoderou pela presteza com que se deu o assalto, pois desde a véspera diversas forças se achavam emboscadas para isso; mas ao ouvirem-se os primeiros tiros fez o general Porto Alegre com que o socorressem sem mais demora, conseguindo frustrar os planos do audacioso inimigo; pelo que, o comandante em chefe, em a sua ordem do dia 23 desse mês o mandou louvar “pelas acertadas providências que tomou para que fosse retomado do poder do inimigo um comboio com víveres e forragens para o exército em Tuiu-Cué.”

Esses golpes de mão do inimigo contra os nossos comboios desde então se tornaram freqüentes, e pelas 8 horas da manhã de 24 de setembro, como se desconfiava, foram descobertas forças de cavalaria e infantaria inimigas que pretendiam apoderar-se de um desses comboios, mas tão encarniçada fora a luta, que o brigadeiro Albino mandou dar parte do que ocorria ao general Porro Alegre, e pediu-lhe reforços, ao que atendeu, seguindo em pessoa à frente desses reforços, assumindo assim a direção da luta, que durou cinco horas, batendo o inimigo em retirada, apesar das vantagens que lhe oferecia o terreno e da sua superioridade numérica. Tivemos nessa tão prolongada luta 12 oficiais mortos e 29 feridos e quatrocentas praças fora de combate entre mortos e feridos.

Depois desta ação, dita do **Umbú**, seguiram-se a dos **Palmares** a 3; e de **Tatayibá** a 21; o combate de **Potrero Ovelha** a 29, tudo de outubro, e finalmente a tomada a viva força das fortificações do Tayí a 2 de novembro, conforme as acertadas determinações do comandante em chefe, marquês de Caxias.

Com a ocupação desta última posição, conseguira este preclaro chefe a realização de seus desejos: – encerrar as linhas do inimigo de modo a interceptar-lhe as comunicações com o interior do país, ficando-lhe apenas o rio como último recurso o qual a nossa esquadra não tardaria também a disputar-lhe a posse.

O ditador vendo-se em tão crítica situação, não trepidou em demonstrar seu desespero executando um audacioso feito contra os aliados. E, de fato, nesse mesmo dia 2, ordenou ao general Vicente Barrios que pela madrugada do dia seguinte, 8.000 homens de suas melhores tropas divididas em três colunas, caísse de surpresa sobre a

nossa base de operações em Tuiutí, cuja defesa se achava a cargo do já bem desfalcado 2º corpo de exército brasileiro e de um pequeno contingente de tropas argentinas.

O inimigo, graças ao bom serviço de espionagem que sempre soube manter, estava ao fato de tudo que se passava em nossos acampamentos; sabia por conseguinte da retirada de dois fortes batalhões brasileiros para reforçar **Tuiu-Cué**, e bem assim da marcha da coluna que nesse dia 3 devia acompanhar o comboio de víveres como de costume. Fácil se lhe apresentava então a vitória, o que de certo grande transtorno causaria ao prosseguimento das bem delineadas operações do marquês de Caxias que iam sendo executadas com o melhor êxito.

Pela madrugada do dia 3 o visconde de Porto Alegre, como sempre, achava-se fora do leito, cuidando dos seus uniformes, enquanto o seu estado-maior próximo à sua barraca, o aguardava pronto para montar a cavalo e acompanhá-lo em o seu costumado passeio pela estrada de Tuiutí a Tuiu-Cué nos dias em que ali tinha de transitar o comboio de víveres.

Ainda bem o dia não clareara de todo já se ouviam pela direita da nossa posição vários tiros de fuzil que passaram logo depois a descargas cerradas denunciando o início de um combate.

Eram as colunas paraguaias que acometiam por três pontos diferentes o nosso acampamento. Encontrando em profundo sono os que guardavam as trincheiras argentinas, delas se apoderam facilmente e bem assim de um fortim onde se achava o 4º batalhão de artilharia brasileira sob o comando do major Cunha Matos, e logo em seguida vão incendiando os acampamentos da direita, investindo ousadamente em direção ao reduto central.

"O bravo Porto Alegre, diz o general Bormann, compreendeu logo o que se passava, e faz voltar a bateria do 2º corpo de artilharia, coloca-se à frente do 42º e de algumas praças do 41º, do 36º e do 3º de artilharia, aqueles de voluntários da pátria, este de linha, e avança com esse punhado de bravos ao encontro do inimigo. Ele expede um ajudante com ordens para tudo estar pronto no **reduto** a fim de repelir os numerosos inimigos.

"O bravo, com as cargas que manda dar nas testas das colunas, vai demorando a marcha dos bárbaros que procuram repeli-lo com incessantes descargas de fuzilaria e tiros de canhão.

"Aí a luta é na relação de 1 para 20!

"Por ente o fumo que se desprende das armas, os paraguaios reconhecem o general brasileiro, o que não era difícil porque ele não

abandona o seu uniforme; apontam-lhe as espingardas, e, por duas vezes matam-lhe os cavalos”.

Assim, por duas vezes achou-se o bravo Porto Alegre a pé mas sempre combatendo – A infantaria não era arma para ele desconhecida, mas é que assim deixava a sua homérica figura de ser vista pelos nossos bravos soldados – Caiu o general! – disseram eles.

“O grito de furor que soltaram os nossos bravos ainda deve impressionar aquelas regiões tão célebres na sempre memorável guerra do Paraguai. Impelidos por uma mola, todos os oficiais e soldados agruparam-se cercaram o general, dispostos a venderem caro, muito caro, a vida, em sua defesa. O inimigo acreditou que a vitória se inclinava para o seu lado, e, vendo cair o general, supôs tê-lo morto. Num arranco desesperado, esforçou-se para romper a nossa linha, ou antes a nossa muralha para se apossar do seu cadáver. O grande poder de Deus, que se manifesta nos lances supremos, inflamando o valor e o patriotismo dos nossos bravos, deteve-lhe o ímpeto e mudou a perspectiva do quadro. Rápido, o general cavalejou outro animal em substituição do que o inimigo matara. Acendeu-se o entusiasmo nas nossas fileiras. O inimigo, ou admirado de tanta audácia, ou para recompor as suas fileiras, recuou. Porto Alegre mandou carregar a baioneta. Obedecendo à bravura, os nossos soldados arrojaram-se como leões. Toda a linha inimiga cedeu – como cede o arco quando sobre o seu centro se atua. As suas extremidades, porém, com as sirtes de um dilema, queriam prender o punhado de heróis que lhe disputaram a vitória.”(Coronel Cunha Junior – Tuiuti – Ataque de 3 de novembro de 1867).

Recolhendo-se ao **reduto-central** acompanhado dos valorosos voluntários da pátria e da bateria do 2º corpo de artilharia, prontamente foram executadas as ordens do general-herói para a sua defesa, embora 1.800 brasileiros tivessem de resistir ao assalto simultâneo de triplicado número de paraguaios reconhecidamente bravos e audaciosos.

Já então atraídos pelo forte canhoneio haviam contramarchado as forças que acompanhavam o comboio e que chegaram à nossa direita quando o inimigo já estava de posse dos **redutos** argentinos.

O general José Luiz Mena Barreto, que as comandava, pretendeu tomar esses redutos a baioneta, mas à vista da superioridade em número do inimigo, teve que recuar sendo gravemente ferido na boca.

Assume então o seu comando o coronel Paranhos que manda dar o toque de retirar, mas sempre batendo-se até o Estero-Belaco,

onde faz frente e resiste esperando novo reforço, enquanto um piquete da nossa cavalaria vai entretendo o inimigo.

Este, porém, descobrindo o nosso aparatoso comércio oblíqua à direita, sendo então a disciplina rapidamente suplantada pela cobiça e à intrepidez sucedeu a mais desregrada gulodice.

No entretanto no reduto central continua por demais porfiada a luta de parte a parte, quando surge pela retaguarda dos assaltantes o bravo coronel Fernando Machado à frente de três batalhões cooperando fortemente para a derrota do inimigo, ao mesmo tempo que o coronel Paranhos consegue destruir a 3ª coluna e o coronel Albuquerque Maranhão, chefe da esquadra e do centro das massas avançadas, repele bravamente o ataque que sofrera de forças enviadas de Yatahy-Corá que tiveram de recuar desordenadamente e com grande prejuízo.

Já o inimigo convencido está da impossibilidade de apossar-se a viva força do reduto central onde se acha e sempre visível de todos – o bravo Porto Alegre.

Este sentindo que o inimigo recua, reúne um punhado de infantas e com algumas bocas de fogo do 2º corpo provisório sai do reduto em perseguição das destruídas colunas do general Barrios "tratam de voltar pelo caminho que haviam percorrido, quando cheias de esperança, avançaram para tomar a nossa **base de operações.**"

Logo depois do meio dia havia cessado o fogo, recolhendo-se aos seus acampamentos os nossos batalhões vitoriosos, porém reduzidos a menos da metade.

Nesse memorável dia tivemos fora de combate entre mortos, feridos e prisioneiros 145 oficiais e 1.586 praças, o que dá o total de 1.731 baixas onde, por uma troca de letras está **Aranha** quando é Aranda o nome do major argentino que também ficou prisioneiro.

Sabe-se que nesta gloriosa ação o general Porto Alegre, que apesar dos seus 63 anos de idade combateu com a mesma agilidade de um moço, nenhum ferimento recebera apesar de terem sido **crivados de balas dois cavalos** em que montara e de nas abas da farda que vestia se contarem **47 furos de projéteis de infantaria.**

O general em chefe marquês de Caxias, anunciando aos exércitos aliados a vitória do dia 3 de novembro, em a sua ordem do dia de 12 de dezembro de 1867 o mandou elogiar "pela heróica e brilhante defesa que naquele dia opôs ao inimigo, sustentando a sua posição contra o ataque inesperado de forças superiores em número, patenteando mais uma vez a sua nunca desmentida bravura."

Ao terminar o seu apreciável trabalho sobre este glorioso feito diz o citado coronel Cunha Júnior: "A jornada de 3 de novembro de 1867 foi uma das mais importantes das que se feriram na sempre memorável campanha do Paraguai. Foi a única talvez, em que combatemos com notável inferioridade numérica. Si o ousado plano de Lopez tivesse vingado não é lícito aventurar de que modo teria mudado a face da guerra.

"Releva observar que batido, derrotado o 2º corpo de exército, os que escapassem do ferro inimigo, achariam a morte nas profundas águas do Paraná. Seria o sacrifício dessa hoste valente; mas o que era pior na guerra, e só nas contingências infernais da guerra, é que com esse sacrifício – perdíamos a nossa base de operações, os nossos depósitos. Lopes, de posse dela, onde encontrava todos os recursos, fartos e supridos depósitos, de tudo, absolutamente de tudo, munições de boca e guerra, roupa, cavalhada, boiada, navios, vapores, e até muito dinheiro, reconstruiria o seu exército. E a que emergência, a que dificuldades não ficariam expostos os exércitos aliados, internados, sem recursos, sem meios, sem ter o que comer, nem com que fazer a guerra?

"Que face tomaria a campanha? A que novos sacrifícios não seria o Brasil obrigado? Não teria ele, senhor da sorte dos nossos exércitos, imposto a paz com todas as vantagens e honras de vencedor? Não viria esta tremenda derrota agravar a própria situação interna e governamental do país? Não se dizia que o monarca preferia a abdicação à paz imposta por Lopez? Onde mais a nossa supremacia de potência de primeira ordem? Sem nos encarregar das respostas, afirmamos que à bravura, ao patriotismo do visconde de Porto Alegre e do seu valoroso exército deve o Brasil um dos mais brilhantes feitos d'armas, uma das mais belas páginas da história escrita com o sangue de seus filhos."

A 16 de janeiro do seguinte ano de 1868, alegando achar-se privado, por motivo de moléstia, de continuar a exercer convenientemente o comando do 2º corpo de exército, pediu o visconde de Porto Alegre ao general em chefe para mandar substituí-lo no dito comando, a fim de retirar-se para o Brasil, pelo que em ordem do dia, de 27 do mesmo mês, foi-lhe concedida a exoneração que solicitara, agradecendo-lhe o marquês de Caxias a eficaz coadjuvação que prestou ao desenvolvimento e bom êxito das operações de guerra, e louvando-o pelo zelo, inteligência e valor que sempre se houve no desempenho das funções a seu cargo.

Recolhendo-se à corte, recebeu o título de conde de Porto Alegre, em remuneração da vitória que alcançou a 3 de novembro, e bem assim a medalha de mérito militar pelos combates de 3 e 22 de setembro de 1866 e do referido dia 3 de novembro.

Sem que jamais obtivesse melhoras para os seus velhos sofrimentos, a 18 de julho de 1875, pelas 7 horas da manhã, faleceu nesta capital (Corte do Rio de Janeiro) o tenente-general Conde de Porto Alegre. O seu cadáver, tendo sido convenientemente embalsamado, foi, com todas as honras que lhe eram devidas, transportado por um navio de guerra ao Rio Grande do Sul e depositado no cemitério de Porto Alegre, onde chegou no dia 5 de novembro do mesmo ano.

A população dessa cidade, querendo dar um testemunho imperecível de sua gratidão para com tão eminente cidadão e patriota, a 2 de fevereiro de 1885 inaugurou na antiga praça "D. Pedro II" a sua estátua, sendo o ato, que foi cercado da maior solenidade, presidido pela princesa imperial regente, D. Isabel, condessa d'Eu, que na tarde desse dia fez cair as cortinas que encobriam o "brilhante mármore que às gerações vindouras recordará as feições e os feitos do grande soldado brasileiro que em vida se chamou Manoel Marques de Souza e conquistou os bordados de sua farda de tenente-general, as nobilíssimas condecorações que lhe ornavam o másculo peito, com a ponta de sua fulgurante espada, traçando epopéias de glórias nas páginas da pátria história, durante a metade de um século."

(Transcrito do livro: "OS GENERAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO DE 1822 a 1889) (Traços biográficos) – Segundo volume – 2ª Edição – do Cap. Alfredo Pretextato Maciel da Silva) – EDIÇÃO DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO – 1940.

DIÁRIO DO PARLAMENTO

Sessão em 19 de julho de 1875, p.121,122 e 123
Xerox numa gentileza do Dr. Paulo Brossard de Souza Pinto

Sessão em 19 de Julho

Presidencia do Sr. Correia.

Summario. – Expediente. – *Passamento do Conde de Porto-Alegre.*

Às onze e meia horas da manhã, o Sr. Presidente occupa a cadeira e manda fazer a chamada, declarando ter vindo mais tarde por ter ido assistir ao enterro do Sr. Deputado Conde de Porto-Alegre.

Achão-se presentes os Srs. Correia, Miranda Osorio, Agesilão, Campos de Medeiros, Silva Maia, Bernardo de Mendonça, Barão de Piratininga, Moraes Rego, Cardoso Júnior, Cunha Ferreira, Fernandes Vieira, Cícero Dantas, Oliveira Borges, Diogo de Vasconcellos, Joaquim Pedro, Henriques, Menezes Prado, Rodrigo Silva, Joaquim Bento, Pinto de Campos, Fiel de Carvalho, Cunha Figueiredo Junior, Freitas Henriques, Camilo Figueiredo, Carlos Peixoto, Balbino da Cunha, Fernando de Carvalho, Gomes do Amaral, Costa Pereira, Barão da Villa da Barra, Alcoforado, Souza Leão, Horta Barbosa, Tarquínio de Souza, Ignácio Martins, Silveira Martins, Flores, Campos Carvalho, Portella, João Mendes e João Manoel.

Comparecendo depois os Srs. Heleodoro Silva, Cunha Leitão, Salathiel, Carneiro da Cunha, Alves dos Santos, Azevedo Monteiro, Ferreira de Aguiar, Gusmão Lobo, Paranhos, Escragnolle Taunay, Ferreira Vianna, Carlos da Luz, Paulino Nogueira, Casado, José Calmon, Olympio Galvão, Moraes Silva, Angelo do Amaral, Barão de Penalva, Araújo Góes, Alencar Araripe e Barros Cobra, abre-se a sessão às onze horas e cinquenta e cinco minutos.

Comparecem depois de aberta a sessão os Srs. Brusque, Florêncio de Abreu, Xavier de Brito, Martinho de Freitas, Theodoro da Silva, Candido Marta, L. Belisario, Ulhôa Cintra.

Faltão em participação os Srs. Augusto Chaves, Barão de Araçagy, Bahia, Camillo Barreto, Caminha, Eufrásio Corrêa, Figueredo Rocha, Gomes de Castro, Leandro Bezerra, Lopes Chaves, Pinto Lima, Pereira dos Santos, Paulino de Souza, Pinheiro Guimarães, Rebello, Sobral Pinto e Cardozo de Menezes; e sem ella os Srs. Antonio Prado, Araújo Góes Júnior, Araujo Lima, Borges Monteiro, Bandeira de Mello, Bittencourt Cotrim, Corrêa de Oliveira, Candido Torres, Duarte de Azevedo, Duque-Estrada Teixeira, Elias de Albuquerque, Evangelista de Araújo, Eucapio Deiró, Fausto de Aguiar Hollanda Cavalcante, Heráclito Graça, J. de Alencar, Leal de Menezes, Mello Rego, Manoel Clementino, Martinho Campos, Pereira da Silva, Rocha Leão, Siqueira Mendes, Teixeira da Rocha, Wilkens de Mattos e Visconde de Mauá.

Lém-se, e são approvadas sem debate, as actas de 16 e 17 do corrente.

O Sr. Secretario dá conta do seguinte

Expediente.

Dous officios do ministério da justiça, de 16 do corrente, transmittindo os requerimentos das câmaras municipaes da villa de Santa Victória do Palmar, na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e da capital do Ceará, pedindo que seja feito pelos cofres geraes o pagamento das custas judicarias a que são ellas obrigadas. – A' commissão de justiça civil.

Dous do ministério da fazenda, de 17 tambem do corrente, remettendo o 1º uma representação da assembléa legislativa da província do Piauhy em favor da eleição de dous grãos, e o 2º o autographo sancionado da resolução que concede um anno de licença ao inspector da alfândega da província da Parahyba, bacharel José da Costa Machado Junior. – Manda-se ao senado o 1º, e o 2º vai a archivar, officiando-se ao senado.

Quatro do secretario do senado, de 17 do corrente, communicando que aquella câmara adoptou, e vai dirigir à sancção imperial as seguintes resoluções da assembléa geral:

1ª Elevando a 500 rs a pensão de 400 rs. diários do anspeçada Jorge Alexandre de Abreu.

2ª Concedendo a pensão de 36\$ mensses a D. Maria de Jesus Calmon da Silva, sem prejuízo do meio soldo que recebe.

3ª Mandando que a pensão concedida ao soldado João Felismino da Silva Guabiraba deve entender-se conferida ao mesmo soldado e não a José felismino da Silva Guabiraba.

4ª mandando admittir a exame das matérias do 1º anno da faculdade de medicina o estudante Francisco Sergio Guillon. – De todas fica a câmara inteirada.

Outro, de 18 do corrente, dos Srs. deputados Luiz da Silva Flôres e Florencio Carlos de Abreu e Silva, communicando ter fallecido ás 7 horas da manhã daquelle dia o Sr. Conde de Porto-Alegre, deputado á assembléa geral pelo 1º districto eleitoral da provincia de S. Pedro do Rio Grande do S. 1. – Inteirada.

O Sr. Balbino da Cunha (*com voz sentida*): – Tenho da honra, Sr. presidente, de communicar a V. Ex. que a commissão, a que V. Ex dignou-se de associar-se, encarregada de acompanhar ao ultimo jazigo os restos mortaes do nosso estimavel collega o Dr. Paula Fonseca, cumprio seu doloroso dever, não só acompanhando seu corpo em campo sagrado, onde se esvaem as illusões da vida, para darem lugar à meditação e ao recolhimento, como manifestando à sua desolada família os sentimentos desta augusta camara pela perda de um de seus membros por tantos títulos respeitado. (*Muito bem.*)

O Sr. Presidente: – Fica a camara inteirada.

O Sr. Presidente (*com voz sentida. Profundo silencio*): – O anjo da morte, que ainda ha dous dias adejou em torno desta casa, acaba de arrebatr mais uma vida preciosa, a do inclyto general Conde de Porto Alegre, deputado pelo 1º districto da provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul, que mais de uma vez illustrou seu nome no campo de batalha, arriscando denodadamente o seu sangue sempre que se tratava de defender a honra, a dignidade e os legitimos interesses de nossa querida pátria. (*Muitos apoiados.*)

As ligeiras e toscas phrases que nesta occasião me é licito proferir, não me permitem rememorar todos os feitos brilhantes que ennobrecerão a longa carreira militar do bravo soldado Manoel Marques de Souza (*muitos apoiados*), Barão, Visconde e Conde de Porto-Alegre, titulos gloriosamente conquistados pelos mais assignalados serviços. (*Apoiados geraes.*) A historia se encarregará dessa tarefa.

Mas não é possível lembrar o nome do Conde de Porto-Alegre sem que nos recordemos logo de que, muito antes que o sol da independencia illuminasse o Brazil com seu esplendido clarão, já Marques de Souza experimentava, ao lado de seu pai, as rudes fadigas da guerra, durante toda a campanha cisplatina, de 1818 a 1820.

Depois da época memorável da nossa emancipação política, nunca mais conservou-se inactiva a briosa espada do incansavel official.

Elle distinguio-se no sitio de Montevideo durante a guerra da independência de 1822 a 1823, como na guerra do Rio da Prata de 1825 a 1828; e quando o Imperio teve de empunhar as armas para castigar a pertinaz ousadia do dictador João Manoel de Rosas, coube-lhe a insigne honra de commandar a heroica divisão do exercito brasileiro, que desfraldou aos ventos da victoria o pendão nacional na famosa batalha de Monte Caseros, ferida em 3 de Fevereiro de 1852; mantendo-se o brigadeiro Marques de Souza na altura de sua melindrosa e invejável posição. (*Muitos apoiados.*)

Quando, mais tarde, a fatua temeridade de outro despota não menos oppressor provocou a guerra contra a Republica do Paraguay, e tivemos de presenciar o solo sagrado da patria manchado com a planta do audaz invasor, coube ao general Porto Alegre a honra, não menos insigne, de commandar em chefe as forças diante as quaes teve de estacar o exercito inimigo para render-se em Uruguayana. (*Muito bem.*)

Já então elle estava reformado; mas o coração pulsou impetuoso ante o perigo da patria, e trouxe novamente o velho guerreiro, como voluntario, ao campo da honra, renunciando a seus vencimentos. (*Muito bem; muito bem.*)

Quando invertidos os papeis, o exercito brasileiro teve de penetrar no territorio inimigo para não mais retroceder senão depois de completo triumpho, o intrépido soldado, commandando o segundo corpo partilhou altivamente a sorte arriscada de seus camaradas; e não se póde lembrar Curuzú e Tuyuty sem curvar a fronte reverente à memoria do Conde de Porto-Alegre. (Apoiados.) Em Tuyuty, a 3 de Novembro de 1867, salvou elle a base de operações do exercito nacional. (*Muitos apoiados.*)

Infelizmente não foi só diante do inimigo estrangeiro que Marques de Souza teve de pelejar.

Elle tomou parte na luta civil em sua província, de 1835 a 1845; mas sempre do lado da legalidade, figurando como o director da reacção legal em Porto Alegre.

Prestou tambem serviços na administração superior, occupando o elevado cargo de ministro da guerra.

Sua heróica província distinguio-o mais de uma vez com o mandato honroso de representa-la neste recinto, onde primou sempre

por sua circumspecção, merecendo o maior respeito e veneração de todos os seus collegas. (*Apoiados geraes.*)

Não é sómente a provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul, de que era digno filho (*apoiados*); não é sómente o exercito, de que era exemplar ornamento (*muitos apoiados*); não é sómente esta augusta camara, de que era membro conspicuo (*muitos apoiados*); mas a nação inteira que prantéa a perda de tão valoroso cabo de guerra, como eminente cidadão, que durante mais de cincoenta annos dedicou-lhe o culto de entranhado amor, contribuindo poderosamente para as mais brilhantes páginas dos annaes patrios. (*Muitos apoiados.*)

Vozes: – Muito bem!

O Sr. Presidente: – Do general Conde de Porto-Alegre ha de dizer a historia, que , se soube ser destemido nos combates, teve o subido merito da generosidade depois da victoria; e que embora envolvido na política activa do seu paiz, á frente das tropas brasileiras não conhecia partidos. (*Apoiados.*)

Interpreto, pois, com a maior exactidão o sentimento unanime desta augusta camara, e, ousou dizê-lo, sem ser temerário, de todo o Brazil (*muitos apoiados*), de que esta assembléa é representante (*apoiados*), declarando que a noticia da morte do Conde de Porto-Alegre, deputado pelo 1º districto da provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul, é recebida com o mais fundado e pungente pezar (*Apoiados geraes.*)

E animo-me a asseverar diante da posteridade, que agora começa para o Conde de Porto-Alegre, que sobre o seu tumulo a pátria agradecida depõe um voto de intensa saudade, que ella não póde recusar ao leal servidor no momento em que, terminando esta existência precária, subio ao seio da eternidade. (*Apoiados geraes.*)

Vozes: – Muito bem!

O Sr. Presidente: – Para a comissão que teve de acompanhar ao ultimo jazigo os restos mortaes do deputado Conde de Porto Alegre, nomeei os Srs. Flores, Brusque, Oliveira Martins, Florencio de Abreu e Manoel Clementino. Pela minha parte cumpri, até o ultimo momento, o meu doloroso dever.

Vozes: – muito bem! Muito bem!

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o Sr. Flores.

O Sr. Flores (*commovido*): – Sr. presidente, a comissão nomeada por V. Ex. para ter a honra de representar esta augusta camara na solennidade do sahimento do nosso collega, o Sr. Conde

de Porto-Alegre, acaba de cumprir, cheia de magoa, tão sagrado dever.

Agora, tendo assim dado conta dessa incumbencia, cabe-me pedir a V. Ex. que, mediante voto desta augusta camara, como manifestação do grande pezar que ella sente pelo passamento infausto desse eminente brasileiro e distincto representante da nação, cujos serviços gloriosos ao paiz e ás suas instituições, V. Ex. com tanta eloquencia, e com um patriotismo digno da altura da cadeira que merecidamente occupa. Acabou de commemorar, haja de suspender a presente sessão. (*Apoiados geraes*)

Vozes : – Muito bem!

O Sr. Ferreira Vianna (*compungido*):

– Sr. Presidente, não posso nem devo accrescentar cousa alguma ás eloquentes palavras proferidas por V. Ex. e aos sentimentos repassados de magoa e de saudade por uma vida tão longa e gloriosa, como foi a do nobre general Conde de Porto-Alegre; mas julgo que presto um serviço ao paiz e á memória do illustre finado, pedindo um additamento ao que acaba de dizer V. Ex. e o nosso digno collega deputado pelo Rio-Grande do Sul.

O elogio do Conde de Porto Alegre está escripto pela sua propria espada e com o seu sangue na historia da patria, e proclamado pela voz do povo, incorruptivel e immortal. (*Muitos apoiados.*)

A vida do Conde de Porto-Alegre é motivo de um exemplo solemne, e portanto pediria a esta augusta camara que deixasse lavradas na acta que deve comemorar este infausto acontecimento, este dia triste nos annaes do Império, as seguintes palavras: – A câmara dos deputados recommenda ao respeito e á memória da posteridade o desinteresse com que o illustre Conde de Porto-Alegre servio a patria na ultima, longa e gloriosa campanha do Paraguay. (*Muitos apoiados.*)

Vozes. – Muito bem!

O Sr. Presidente: – O Sr. deputado Flôres requer que em manifestação de pezar pelo passamento do Sr. deputado Conde de Porto-Alegre, esta camara suspenda hoje os seus trabalhos. Os senhores que approvão o requerimento queirão levantar-se. (*Levantão-se todos os Srs. deputados presentes.*) Foi unnamimemente approvedo.

O Sr. Deputado Ferreira Vianna requer, em additamento, que se consigne na acta, que a camra dos deputados recommenda ao respeito e á memória da posteridade o desinteresse com que o illustre

Conde de Porto-Alegre serviu a patria na ultima, longa e gloriosa campanha do Paraguay. Os senhores que approvão o additamento queirão levantar-se. (*Todos os Srs. Deputados presentes se levantão.*) Foi unanimemente approvedo.

Á vista da deliberação da camara, o Sr. presidente levanta a sessão, três quartos depois do meio-dia.

A ordem do dia 20 do corrente é a mesma dada para 19, tanto na 1ª como na 2ª parte.

CADERNO ICONOGRÁFICO

**BARÃO DE PORTO ALEGRE -
"Assembléia Geral Legislativa -
Galeria dos Representantes da
Nação - 1861 - São Pedro do Sul".
Litografia, Biblioteca Nacional, RJ.**





BATALHA DOS SANTOS LUGARES - Quadro, Escola do Estado Maior do Exército, RJ A 3 fev 1852, diante do povoado de Monte Caseros e da Quinta dos Santos Lugares, o Marechal de Campo Marques de Souza III vence a Batalha de Caseros encerrando a Guerra contra o ditador argentino Rosas.
CERCO DE URUGUAIANA - Tela de Cândido López, Museu Histórico Nacional, Buenos Aires. Posição em 18 set 1865 das Tropas Aliadas, sob o comando do Tenente-General Barão de Porto Alegre, no cerco do Exército Paraguaio de Solano Lopez invasor em Uruguaiana.



RENDIÇÃO DE URUGUAIANA -
Litografia de Pedro Américo,
Instituto Histórico e Geográfico
Brasileiro, RJ. Da esquerda para a
direita: Padre Duarte (de joelhos),
Comandante Paraguaio
Estigarribia, Ministro da Guerra do
Brasil Ferraz, D. Pedro II, General
Presidente Argentino Mitre,
General Presidente Uruguaio
Flores, Caxias e Barão de Porto
Alegre (com faixa vermelha).

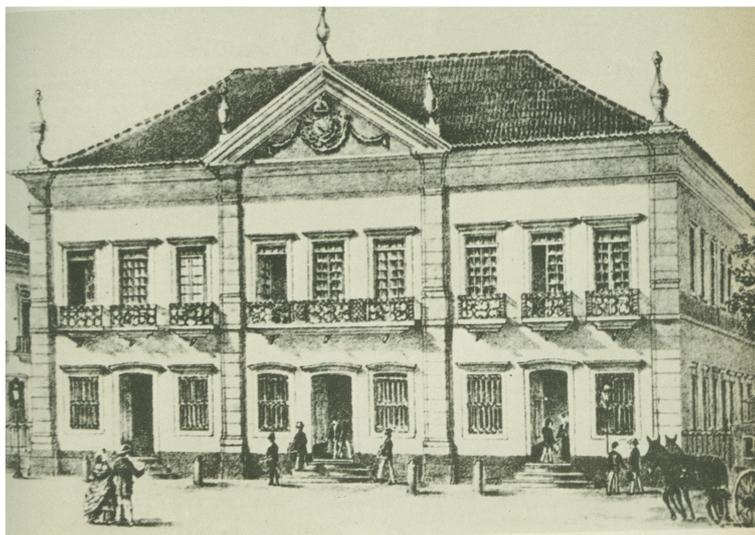


CONDE DE PORTO ALEGRE Cartão: na face, figura do Conde de Porto Alegre a cavalo; no verso, texto do livro "Vultos do Império", do Padre João Manoel, de 1894. Museu Histórico Nacional, RJ.

TOMADA DE CURUZU - Quadro da Tomada do Forte de Curuzu, em 3 set 1866. No centro, o Visconde de Porto Alegre, comandante da operação, rodeado por seu estado-maior.



ÁLBUM ARGENTINO - Folha de rosto e dedicatória do álbum oferecido à Divisão Brasileira pelos argentinos, em reconhecimento pela derrota imposta a Rosas, em Caseros. Acervo da Biblioteca do Exército, RJ.



CASA DA CÂMARA - Litografia de Pedro Godofredo Bertichem, Álbum "O Brasil Pitoresco e Monumental", 1856, Instituto de Estudos Brasileiros da USP, SP. Manoel Marques de Souza III foi eleito em 3 legislaturas: 1856 (10ª), 1860 (11ª) e 1872 (15ª)



CARRUAGEM - Carruagem adquirida pelo Conde de Porto Alegre, em Paris, por volta de 1837. Em 2004, na semana do bicentenário de nascimento do Conde, ficou exposta no Memorial do RGS. A 3ª Região Militar foi responsável pelo transporte desde o Museu da UFSM até o Memorial e no seu retorno A Santa Maria. Foto CLFS 2004.



CAPELA - Falecido em 18 de julho de 1875, o corpo embalsamado do Conde de Porto Alegre foi transportado em navio para Porto Alegre, onde repousa no Cemitério da Santa Casa. Foto CLFS 2003.



PRAÇA CONDE DE PORTO ALEGRE - Originalmente inaugurada, em 1885, na antiga Praça D. Pedro II (atual Marechal Deodoro ou da Matriz), a estátua do Conde de Porto Alegre – a 1ª da cidade – foi transferida, em 1910, para a antiga Praça do Portão ou General Marques, atual Conde de Porto Alegre. Foto CLFS 2005.



CONDE DE PORTO ALEGRE - Pintura a óleo de autoria do Cel Pedro Paulo C. Estigarríbia, tendo como modelo fotografia do Conde e algumas de suas condecorações.



**SOLAR CONDE DE PORTO ALEGRE -
à rua Riachuelo esquina Gen.
Canabarro, centro da cidade de
Porto Alegre.**

SOLAR CONDE DE PORTO ALEGRE - Interior do solar. Visita do Presidente da AHIMTB, Cel Cláudio Moreira Bento, em 11 nov 2004.